2022

Relatório de Gestão

Ministério da Defesa

Relatório de Gestão

Ministério da Defesa

2022

MINISTÉRIO DA
DEFESA

SUMÁRIO

MENSAGEM DO MINISTRO DA DEFESA

O Relatório de Gestão do Ministério da Defesa (MD) referente ao ano de 2022, período em que esteve à frente do órgão o General de Exército Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, consolida os principais resultados obtidos em face dos objetivos propostos, inclusive no tocante ao andamento dos programas e projetos estratégicos e das missões atribuídas à Pasta e às Forças Armadas, quando estas atuaram sob sua coordenação.

Ao se aproximar dos vinte e cinco anos de existência, o MD avança no fortalecimento da Defesa Nacional e na integração entre a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, bem como nas ações de cooperação com outros entes públicos e privados voltadas ao desenvolvimento nacional, à defesa civil e à melhoria das condições de vida da população brasileira.

Este documento apresenta informações relevantes acerca da gestão do Ministério, tais como sua organização, o contexto de sua atuação e a destinação dada aos recursos públicos a ele alocados, de forma a prestar contas com transparência à sociedade do trabalho realizado no último exercício.

Ao evoluir em sua organização e em seu funcionamento e ao buscar promover a interoperabilidade e a integração entre as Forças Armadas, a Pasta tem avançado no amadurecimento de suas doutrinas e na ampliação do alcance de diversas ações que promovem a cidadania, fortalecem nossa soberania, protegem os patrimônios físico e imaterial do País e preparam as instituições de defesa para os desafios do futuro.

No campo operacional, as ações do MD refletem não apenas sua atuação, mas também a operação conjunta das Forças Singulares, que, em diversas ocasiões, auxiliaram a segurança pública no estabelecimento de postos de bloqueio, no controle de rios e estradas, em revistas de pessoas, embarcações, veículos e aeronaves e na execução de patrulhas fluviais, terrestres e aéreas. Exemplo disso foi a participação na Operação Ágata, que buscou intensificar a presença estatal nas faixas de fronteira terrestre e marítima, nas águas interiores e no espaço aéreo e combater delitos transfronteiriços e ambientais. Apenas nessa operação, foram executadas 3.729 patrulhas e mais de 140 mil revistas e vistorias em 2022, com apreensão de 8.572 kg de cocaína, 16 mil kg de maconha e 202 mil toneladas de minérios e 2.885 m³ de madeira explorados ilegalmente, entre outros itens. Graças aos exercícios realizados, coordenados pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Amadas (EMCFA), foram aperfeiçoadas as capacidades operativas integradas das três Forças Singulares.

Outra vertente de atuação do MD é o estímulo ao fortalecimento da indústria de defesa que cria milhares de empregos, gera divisas para o país e desenvolve tecnologias utilizadas também no cotidiano civil. O Brasil desponta, no contexto global e na esfera regional, como provedor de produtos de defesa eficazes e de elevada tecnologia, o que é comprovado pelo fato de havermos atingido, em 2022, US$ 648 milhões em exportações autorizadas.

Os setores nuclear, cibernético e espacial também apresentaram evolução não somente na área de defesa nacional, mas também no amplo espectro de aplicação dual - militar e civil - especialmente no campo da Ciência & Tecnologia, com destaque para o Programa de Defesa Cibernética na Defesa Nacional, o Programa Nuclear da Marinha e o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE).

Os programas e projetos estratégicos desenvolvidos pelas Forças Armadas continuaram a avançar, com a ampliação da envergadura dissuasória nacional e a entrega de novas capacidades às Forças Armadas. Em 2022, merecem destaque as seguintes entregas: 90 viaturas blindadas, das quais 17 Multitarefa Leve sobre Rodas (VBMT-LR Guarani 4x4) e 73 de Transporte de Pessoal Média de Rodas (VBTP-MR Guarani 6x6); 3 aeronaves F-39 Gripen e 1 aeronave KC-390; incorporação ao setor operativo do S-BR-1- Submarino Riachuelo; e realização do teste de propulsão e imersão estática do S-BR-2 - Submarino Humaitá.

Em momentos de dificuldades, como desastres naturais, as Forças Armadas tendem a ser o primeiro braço da União a prestar auxílio no local. Para isso, empregam efetivos profissionais e capacidade logística em prol das comunidades afetadas, além de realizar ações em conjunto com órgãos federais e municipais para apoiar a Defesa Civil, como nos casos de atuação das Forças diante dos danos provocados pelas fortes chuvas que, em 2022, afetaram comunidades no Rio de Janeiro, na Bahia, em Pernambuco, em Alagoas e no Rio Grande do Norte.

Cabe destacar o apoio das Forças Armadas à realização das eleições. Durante o pleito do ano passado, foram transportados colaboradores da Justiça Eleitoral, urnas eletrônicas e materiais para centenas de localidades. Além disso, cerca de 12 mil locais de votação receberam segurança dos mais de 50 mil militares envolvidos. Essas operações, realizadas em conjunto com entes de segurança pública e por solicitação de autoridade eleitoral, auxiliaram na manutenção da ordem nos locais onde a segurança pública e eleitoral precisava de reforço.

No campo social, os Programas Forças do Esporte (PROFESP) e João do Pulo (PJP) têm promovido, com o apoio das Forças Armadas, a valorização do indivíduo, a redução de riscos sociais, o fortalecimento da cidadania e a inclusão e a integração sociais, alcançando, em 2022, cerca de 20 mil crianças e adolescentes, de 6 a 18 anos de idade, preferencialmente em situação de vulnerabilidade social, por meio do acesso à prática de atividades educacionais, esportivas e físicas saudáveis. O PJP tem, igualmente, atuação voltada à inclusão e integração sociais de pessoas com deficiência, a partir dos 6 anos de idade, por meio do acesso à prática de atividades educacionais, ao esporte adaptado e à equoterapia.

Já o Programa Atletas de Alto Rendimento (PAAR) coopera com o desenvolvimento do desporto nacional de alto rendimento do país e alavanca a participação brasileira nas principais competições esportivas por meio das equipes militares. Em 2022, as delegações brasileiras alcançaram resultados expressivos nos Campeonatos Mundiais Militares organizados pelo Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM).

Destaque-se, também, o Projeto Rondon, que contribui para desenvolvimento da cidadania nos estudantes universitários, mediante difusão de soluções sustentáveis para inclusão social e redução de desigualdades regionais. Em 2022, 474 universitários participaram das atividades do Projeto, realizadas em dois estados: Minas Gerais, em 12 municípios, e Amapá, em 11 municípios.

No que se refere à qualificação profissional, o Projeto Soldado Cidadão capacitou profissionalmente 6.235 jovens egressos do Serviço Militar, com vistas a seu ingresso no mercado de trabalho, enquanto o Ensino Profissional Marítimo (EPM) promoveu a formação de 19.817 aquaviários e portuários.

O Ministério também atua, de forma relevante, para aprimorar a infraestrutura nacional. O Programa Calha Norte (PCN) contribuiu para melhoria da infraestrutura básica dos municípios da sua área de abrangência e para aumento da presença do Poder Público em vazios estratégicos, com ênfase nas faixas de fronteiras, e permitiu a realização de 228 obras em 7 estados. Em outra frente de atuação, têm sido empregadas unidades de Engenharia do Exército Brasileiro na construção, na ampliação e na recuperação de rodovias e ferrovias por todo o território brasileiro, assim como na realização de obras em diversas localidades, com destaque para as relativas à manutenção da BR-364, no Acre.

As Forças Armadas igualmente atuaram em missões de Paz, sob a égide da Organização das Nações Unidas, marcando presença em 9 missões em 2022. Adicionalmente, foi realizada uma operação de repatriação de 68 pessoas, entre os quais 43 brasileiros, que se encontravam na Ucrânia por ocasião da eclosão do conflito bélico naquele país. Na oportunidade, foram levadas 11,6 toneladas de doações à população ucraniana.

A Operação Acolhida, iniciada em 2018 para recepcionar, identificar, triar, imunizar, acolher e realocar pessoas em situação de vulnerabilidade em decorrência do fluxo migratório provocado pela crise humanitária na Venezuela, prosseguiu em 2022, com cerca de 7.000 venezuelanos abrigados mensalmente em Roraima e 23 mil interiorizados no ano.

O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) continua a buscar o aperfeiçoamento das ações voltadas à proteção e ao desenvolvimento daquela Região, em especial mediante: produção de boletins e alertas que auxiliam os órgãos públicos na preparação e na mitigação dos impactos de alagamentos e inundações nas cidades ribeirinhas (plataforma SipamHidro); apoio ao monitoramento do desmatamento na região (SipamSAR); apoio a operações de combate a ilícitos ambientais (geointeligência), inclusive com monitoramento de ilícitos (garimpos ilegais, pistas de pouso irregulares, movimentos aéreos desconhecidos e cultivo de ilícitos); apoio a órgãos, instituições parceiras, comunidades ribeirinhas, aldeias indígenas, pelotões de fronteira e órgãos da justiça, por meio do fornecimento de terminais de comunicação via satélite em localidades isoladas na Amazônia (pontos de internet de uso geral e comunicação de dados); e disponibilização de informações sobre incêndios e queimadas no País (Painel de Fogo).

Também foram executadas várias ações de colaboração com a saúde pública, como o apoio logístico à saúde indígena e à vacinação em comunidades de difícil acesso na Região Norte, o uso de navios da Marinha para assistência médico-hospitalar às comunidades ribeirinhas e as operações realizadas pela Força Aérea Brasileira para transporte de profissionais de saúde e equipamentos necessários à captação de órgãos e tecidos e ao atendimento tempestivo dos respectivos receptores, quando não existe a possibilidade de uso de linhas regulares da aviação comercial, em apoio ao Centro Nacional de Transplantes.

Assim, o Setor de Defesa, integrado pelo MD e pelas Forças Armadas, tem contribuído significativamente para incremento das potencialidades nacionais e para aprimoramento dos recursos de que dispõe o Estado brasileiro, o que o torna um importante partícipe do esforço de desenvolvimento do País e de melhoria das condições de vida de sua população.

ESCOPO E ABRANGÊNCIA

O presente Relatório de Gestão, no formato de relato integrado, busca atender às orientações do Tribunal de Contas da União (TCU), mediante a apresentação de informações concisas, relevantes e estratégicas sobre a organização, a gestão e a produção de resultados (geração de valor) da Unidade Prestadora de Contas Ministério da Defesa (UPC-MD). Ele consolida informações significativas sobre a gestão da UPC-MD, considerando todos os órgãos que o integram, contemplando também informações relevantes e agregadas, na perspectiva de órgão supervisor, referentes aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Cabe ressaltar que compete aos Comandos, da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em seus respectivos âmbitos de atuação, na condição de Unidades Prestadoras de Contas, definir diretrizes, procedimentos e elaborar e divulgar as suas prestações de contas, observando os normativos do TCU e as especificidades das suas organizações.

Consideram-se integrantes da UPC-MD os seguintes órgãos: a Secretaria-Geral (SG); o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA); o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam); o Hospital das Forças Armadas (HFA); a Escola Superior de Guerra (ESG); e a Escola Superior de Defesa (ESD). Cabe esclarecer que a SG é o órgão central de direção que coordena e supervisiona as atividades do Departamento do Programa Calha Norte - DPCN e dos órgãos específicos singulares, que lhe são subordinados: o Censipam, a Secretaria de Orçamento e Organização Institucional (SEORI), a Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD) e a Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD).

Este item apresenta um resumo do escopo e abrangência das informações que integram o relatório ora em comento, de modo a facilitar sua leitura e entendimento e torná-lo mais útil para a sociedade, para os gestores e para os órgãos de controle.

De acordo com a Instrução Normativa TCU nº 84/2020, que estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, integram a prestação de contas da UPC:

I - Relatório de gestão, na forma de relato integrado;

II – Disponibilização de um conjunto de informações na seção “Transparência e Prestação de Contas” no sítio do órgão na internet, com chamada na página inicial;

III - Demonstrações contábeis, acompanhadas das respectivas notas explicativas; e

IV – Rol de responsáveis.

Este documento foi organizado em três capítulos, além da mensagem do Ministro e deste item, que trata do “Escopo e Abrangência”, cujos conteúdos são apresentados a seguir, procurando demonstrar a relação entre planejamento, organização (governança), gestão de recursos, resultados e conformidade contábil.

O Capítulo 1, “Quem somos” traz a identificação da UPC; uma Visão Geral da Defesa (o que defender e controlar; quem atua para defender e controlar; e o custo para defender e controlar); a estrutura da organização; as principais normas direcionadoras de sua atuação; as estruturas de governança (órgãos colegiados e principais instâncias de apoio à governança); o planejamento estratégico (identidade estratégica, cadeia de valor e mapa estratégico); o ambiente externo; o resumo da Programação do MD no Programa Plurianual (PPA 2020/2023); e uma visão macro dos principais desafios, riscos, oportunidades e perspectivas.

O Capítulo 2, “Principais Resultados”, relaciona as principais realizações de 2022, no contexto da apresentação dos resultados dos Programas do PPA 2020-2023, o Programa Defesa Nacional (6012) e o Programa Cooperação com o Desenvolvimento Nacional (6011), tal qual foi feito nos anos anteriores. Para cada Programa são apresentados os resultados do PPA 2020-2023 para o exercício, incluindo os avanços dos projetos que integram o portfólio de Projetos Estratégicos do MD e dos projetos que integram o Plano de Gestão do MD (PG-MD) 2020-2023, além de outros resultados relevantes alcançados pelos órgãos. É importante destacar que o PG-MD 2020-2023 está alinhado ao PPA 2020-2023 e ambos estão aderentes à Política e à Estratégia Setoriais de Defesa (PSD e ESD) 2020-2031.

Ainda com relação ao Capítulo 2, vale destacar que, adicionalmente serão apresentados, também:

- pela primeira vez, os principais resultados do MD no âmbito do Programa Oceanos, Zona Costeira e Antártica (6013), programa de caráter multissetorial, coordenado pela Marinha do Brasil, que envolve vários órgãos, dentre eles, os Ministérios do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações e das Minas e Energia; e
- outros resultados relevantes que não estejam diretamente relacionados aos eixos dos programas do PPA 2020-2023.

O Portfólio de Projetos Estratégicos Defesa (PPED) reúne os principais projetos estratégicos diretamente relacionados à construção de capacidade de defesa, direcionados para o desenvolvimento ou aquisição de plataformas, sistemas de armas ou sistemas de comunicação de caráter operacional a serem empregados em proveito de operações militares ou no adestramento de tropas, os quais são geridos pelas Forças Armadas ou pelo EMCFA. Considerando que quase todos os projetos/programas que integram o Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa são gerenciados e conduzidos pelas

Forças Armadas, este relatório apresenta apenas resultados do acompanhamento do andamento físico financeiro dos referidos projetos, feito a partir de informações encaminhadas pelos órgãos gestores, em observância à determinação consignada no item 9.2 do Acórdão 1.519/2017-TCU-Plenário.

Os resultados finalísticos apresentados foram extraídos do balanço de 2022 do PPA, do acompanhamento do Planejamento Estratégico do MD (PG-MD 2020-2023), dos relatórios de acompanhamento do Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa e outros balanços feitos pelos órgãos do MD, sempre focando nos resultados relevantes e de maior impacto para a sociedade, para a organização e para a construção das necessárias capacidades de defesa. São apresentados, também, principalmente no âmbito do Programa "Cooperação com o desenvolvimento nacional", alguns resultados relevantes para a sociedade produzidos pelas Forças Singulares.

Informações sobre o PG-MD 2020-2023 (planejamento estratégico do MD, exceto Forças), sobre os Programas do MD no PPA 2020-2023 e sobre o Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa, e os resultados do seus acompanhamentos anuais, podem ser acessados no sítio do MD na internet, na seção "Transparência e Prestação de Contas" (https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas).

O Capítulo 3, "Nossos Recursos", apresenta, de forma resumida e agregada, informações sobre:

- a Gestão Orçamentária e Financeira do MD, com todos os órgãos que o integram, incluídas as Forças Armadas (evolução do orçamento da defesa; evolução do orçamento da defesa por tipo de despesa; execução do orçamento por função; orçamento em 2022 – dotação autorizada; detalhamento dos programas com maiores pagamentos do orçamento discricionário – RP 2; execução financeira e restos a pagar – visão geral; e análise da gestão orçamentária e financeira);
- os Principais fatos contábeis, contas ou grupo de contas; e
- uma visão geral do quadro de pessoal (militares e civis; pessoal das Forças Armadas; e força de trabalho do MD, com todos os órgãos que o integram, exceto as Forças Armadas). No que se refere à força de trabalho do MD, o relatório traz informações gerais sobre a composição e os quantitativos, com uma nota dizendo que informações complementares podem ser acessadas na seção "Transparência e Prestação de Contas", no sítio do MD na internet (https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas).

As informações apresentadas nesse Capítulo foram obtidas a partir de dados extraídos dos sistemas estruturantes, fornecidos pelos Comandos das Forças Armadas e obtidos dos demais sistemas de gestão e controle das respectivas áreas especializadas do MD.

O conjunto de informações divulgadas na seção "Transparência e Prestação de Contas", no sítio do MD na internet, (https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas), item componente da prestação de contas, complementa e dialoga com o presente Relatório de Gestão. A referida seção contempla apenas informações sobre o MD, com todos os órgãos que o integram, exceto as Forças Armadas, sendo que, em situações específicas, indicadas no item respectivo, poderão ser apresentadas algumas informações agregadas sobre as Forças Armadas. Segue um resumo dos grupos de informações que constam da referida seção no Sítio Institucional do MD:

- Abrangência do repositório de informações da seção, com links para acesso às seções "Transparência e Prestação de Contas" das Forças Armadas;
- Referencial normativo do processo de prestação de contas anual do MD;
- Informações sobre Planejamento Estratégico, Plano Plurianual (PPA) e Projetos Estratégicos de Defesa (Objetivos, metas, indicadores, programas, projetos e principais resultados) (alíneas "a", "b" e "e", do inciso I, do art. 8º, da IN TCU nº 84/2020);
- Principais ações de supervisão, controle e correição (alínea "c", do inciso I, do art. 8º, da IN TCU nº 84/2020);
- Estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público (estrutura organizacional; competências; legislação aplicável; principais cargos e ocupantes; contato; horários de atendimento ao público) (alínea "d", do inciso I, do art. 8º, da IN TCU nº 84/2020);
- Repasses ou transferências de recursos financeiros (alínea "f", do inciso I, do art. 8º, da IN TCU nº 84/2020);
- Execução orçamentária e financeira detalhada (receitas e despesas) (alínea "g", do inciso I, do art. 8º, da IN TCU nº 84/2020);
- Licitações realizadas e em andamento, por modalidade (licitações e contratos) (alínea "h", do inciso I, do art. 8º, da IN TCU nº 84/2020);
- Remuneração e o subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público (alínea "i", do inciso I, do art. 8º, da IN TCU nº 84/2020);
- Contatos da autoridade de monitoramento da Lei de Acesso à Informação (LAI) e do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) (alínea "j", do inciso I, do art. 8º, da IN TCU nº 84/2020);
- Demonstrações contábeis exigidas pelas normas aplicáveis à UPC, acompanhadas das respectivas notas explicativas (Demonstrações Contábeis Consolidadas do MD com todos os órgãos que o integram, incluídas as Forças Armadas; e Demonstrações Contábeis Consolidadas do MD com todos os órgãos que o integram, excluídas as Forças Armadas) (inciso II do art. 8º, da IN TCU nº 84/2020);

- Relatório de gestão (inciso III, do art. 8º, da IN TCU nº 84/2020);
- Outros itens adicionais disponibilizados, no contexto da transparência ativa, com informações sobre todos os órgãos que o integram, exceto as Forças Armadas, e que complementam os quesitos obrigatórios que constam do art. 8º da IN TCU nº 84/2020:
  - Força de Trabalho do MD;;
  - Gestão Orçamentária e Financeira do MD;
  - Relacionamento com a Sociedade.

É importante mencionar que compete aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em seus respectivos âmbitos de atuação, definir diretrizes, procedimentos e orientações específicos, bem como elaborar e apresentar as suas prestações de contas, inclusive no que se refere à disponibilização de informações na seção "Transparência e prestação de contas" de seus respectivos sítios na internet.

1 Quem Somos

DEFESA
FESADE
SADEFE
DEFESA
FESADE
SADEFE
DEFESA
FESADE
SADEFE

IDENTIFICAÇÃO DA UPC

O Ministério da Defesa (MD) é o órgão do Governo Federal incumbido de exercer a direção superior das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, atuando com vistas ao seu preparo e emprego conjunto e singular e na coordenação das operações militares.

Criado em 1999, para reforçar a articulação das Forças Armadas e dar mais fluidez à sua relação com outras áreas do Estado, o MD tem sob sua responsabilidade uma vasta e diversificada gama de assuntos.

Fazem parte de seu escopo de atuação temas de grande alcance:

- Política de defesa nacional, estratégia nacional de defesa e políticas e estratégias setoriais de defesa e militares
- Atuação das Forças Armadas, quando couber: na garantia da lei e da ordem e da votação e apuração eleitoral; na cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil; e no combate a delitos transfronteiriços e ambientais
- Serviço Militar Obrigatório e orçamento de defesa
- Investimento, financiamento, fomento e promoção da base industrial de defesa e políticas nacionais de compra, contratação, desenvolvimento, importação e exportação de produtos de defesa
- Política marítima nacional, segurança do tráfego aquaviário e salvaguarda da vida humana no mar
- Política militar aeronáutica, atuação na política aeroespacial nacional, segurança da navegação aérea e infraestrutura aeroespacial e aeronáutica
- Operacionalização do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam)
- Atuação em três setores tecnológicos essenciais para a Defesa Nacional: o nuclear, o cibernético e o espacial.

A Defesa Nacional, conceituada como o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, das águas jurisdicionais, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas, é essencial para a consecução do desejado grau de segurança do País.

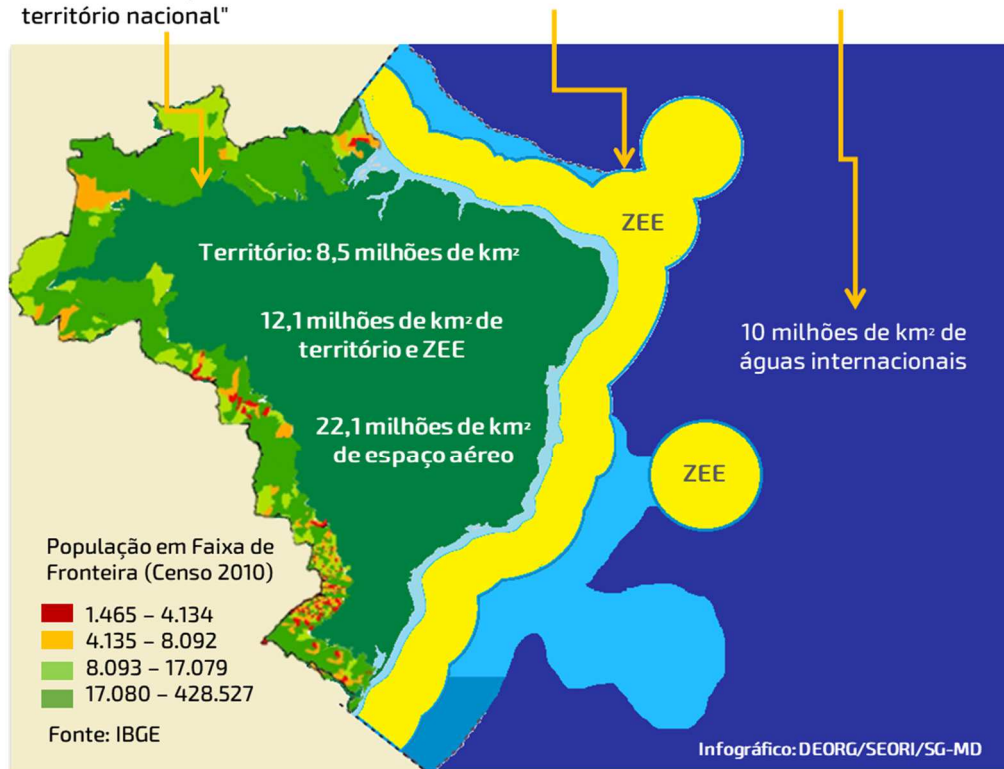
A paz, a segurança e a estabilidade do país requerem ações integradas e coordenadas nas esferas do Desenvolvimento, para a redução das deficiências estruturais de uma nação; da Diplomacia, para a conjugação dos interesses conflitantes de países; e da Defesa, para a dissuasão ou o enfrentamento de ações hostis.

VISÃO GERAL DA DEFESA

O QUE DEFENDER E CONTROLAR

A zona de fronteira é constitucionalmente definida como a faixa de até 150 km de largura, "ao longo das fronteiras terrestres, considerada fundamental para defesa do território nacional"

Controle, defesa, integração e busca e salvamento.
Zona Econômica Exclusiva (ZEE): 3,6 milhões de km²

Controle e busca e salvamento em águas internacionais

DADOS	VALOR	MUNDO	AS
TERRITÓRIO	8,5 milhões km²	5°	1°
FRONTEIRAS	16,9 mil km	3°	1°
LITORAL	10,9 mil km	-	1°
ÁGUAS JURISDICIONAIS	5,7 milhões km²	-	1°
ESPAÇO AÉREO	22,1 milhões km²	-	1°
PAÍSES LIMÍTROFES	10	3°	1°
MAR TERRITORIAL ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA (ZEE)	22 km (12 milhas náuticas) 370 km (200 milhas náuticas)	MAR + ZEE = 3,6 milhões km² (AMAZÔNIA AZUL)	
AMAZÔNIA LEGAL	FRONTEIRA ÁREA	12.390 km 5.217.423 km²	
ÁREAS FORESTAIS (*) DESFLORESTAMENTO (**)	309 milhões de hectares (2020) 36% do território do País (2020) 10.851 km² (2020 - estimado)	2°	1° 2° 3°

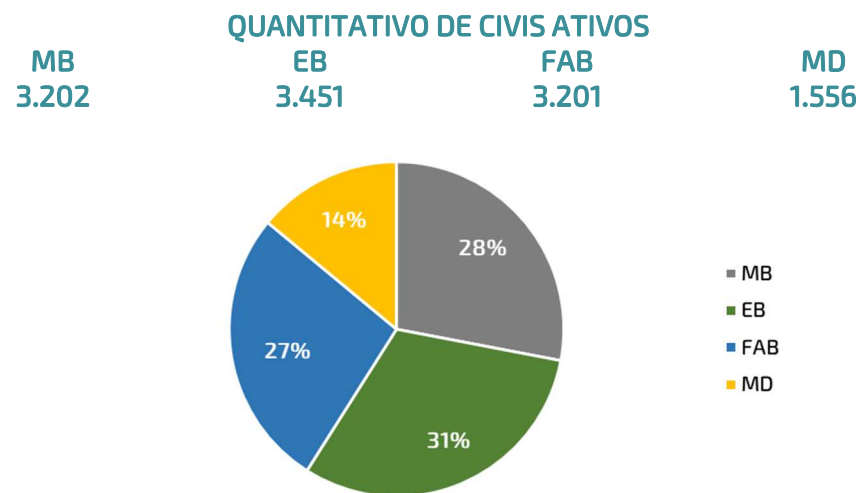
Legenda: AS: América do Sul

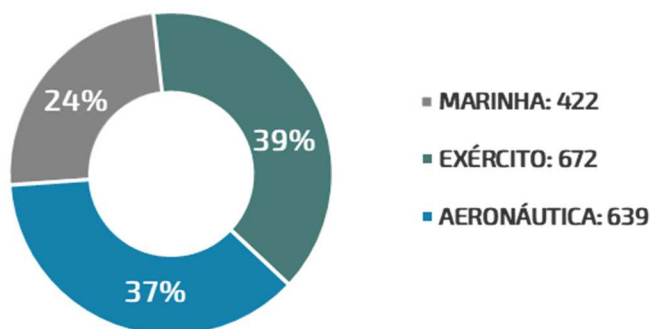
Fontes: TERRITÓRIO: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?edicao=36514>
FRONTEIRAS E LITORAL : <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31090-ibge-atualiza-municipios-de-fronteira-e-defrontantes-com-o-mar-devido-a-mudancas-de-limites>
Águas Jurisdicionais, Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva (ZEE): Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM). Informações consolidadas até AGO/2019.
Amazônia Legal: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>
(*) Cadastro Nacional de Florestas Públicas (link) – Mapa - (**) INPE (link)

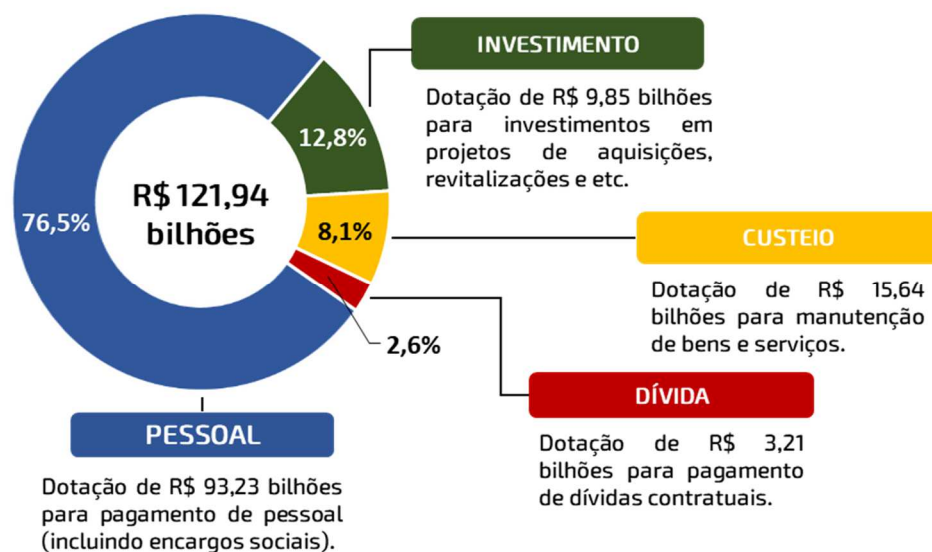
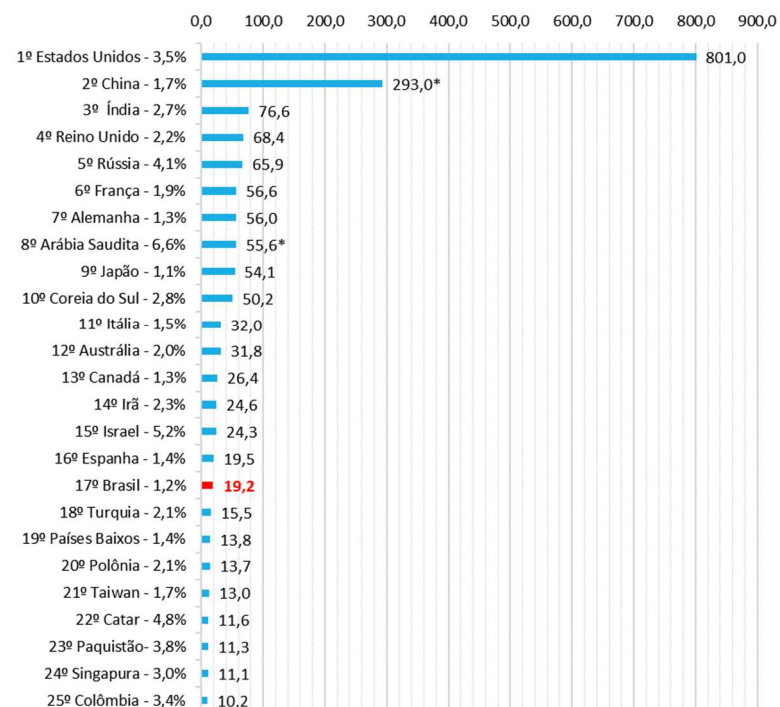
QUEM ATUA PARA DEFENDER E CONTROLAR

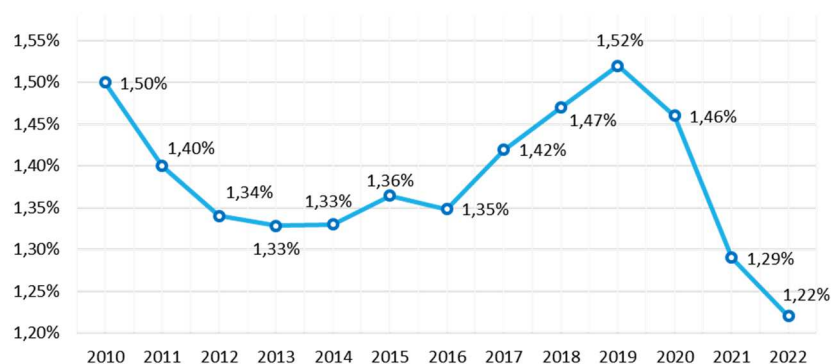
PESSOAL DO MD, INCLUÍDAS AS FORÇAS (Quantitativos)

Os militares que se encontram no MD já estão computados nos quantitativos das Forças Armadas, bem como os militares em exercício nos demais órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e nas demais esferas de governo.

Fonte: MD (Dez/2022)

Fonte: MD (Dez/2022)

ORGANIZAÇÕES MILITARES

Fonte: Marinha, Exército e Aeronáutica (Até Abr/2022)

O CUSTO PARA DEFENDER E CONTROLAR (ORÇAMENTO DE DEFESA. LOA 2022)

Fonte: DEORF – LOA 2022 (Dotação atualizada até 31/12/2022)

* Fonte: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) valores apurados conforme metodologia específica da instituição

Fonte: IBGE - SIOP-BI - Tesouro Gerencial (Incluídos todos os gastos de Defesa)

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A organização do MD é bastante peculiar e diferente dos demais ministérios:

- O Presidente da República é o Comandante Supremo das Forças Armadas, conforme estabelecido no art. 142 da Constituição Federal;
- O Ministro de Estado da Defesa exerce a direção superior das Forças Armadas;
- As Forças Armadas possuem autonomia administrativa, orçamentária e financeira, nos termos da Lei Complementar nº 97, de junho de 1999;
- Os comandantes das Forças Armadas exercem, no âmbito de suas atribuições, a direção e a gestão da respectiva Força;
- As Forças dispõem de estruturas próprias, de efetivos de pessoal militar e civil, fixados em lei, e de autonomia para fazer a gestão, de forma individualizada, dos recursos orçamentários que lhes forem destinados no orçamento do MD; e
- As Forças Armadas, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) e a Secretaria-Geral (SG) são órgãos de alto nível, diretamente subordinados ao Ministro.

A estrutura organizacional do MD contempla três grandes segmentos:

Forças Armadas

São instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. Cabem ainda às Forças Armadas, como atribuições subsidiárias, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, bem como atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, contra delitos transfronteiriços e ambientais. De acordo com a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, o Ministro de Estado da Defesa exerce a direção superior das Forças Armadas, assessorado pelo Conselho Militar de Defesa, órgão permanente de assessoramento, pelo EMCFA e pelos demais órgãos, conforme definido em lei.

EMCFA

O órgão tem o papel de Assessorar o Ministro de Estado da Defesa, objetivando a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, com vistas ao cumprimento de sua destinação constitucional e das atribuições subsidiárias previstas em lei, tendo como principais áreas de atuação: emprego conjunto das Forças Singulares; políticas e estratégias nacionais de defesa; inteligência e contrainteligência; educação e cultura; atividades de integração e interoperabilidade; articulação e equipamento das Forças Armadas; assuntos e atos internacionais e representações em organismos na área de defesa; políticas e estratégias militares de defesa; acompanhamento dos setores estratégicos nuclear, cibernético e espacial; entre outras.

Integram a estrutura da Chefia de Educação e Cultura (CHEC), do EMCFA, criada por meio do Decreto nº 10.998/2022, a Escola Superior de Guerra (ESG), voltada a estudos de alto nível sobre defesa nacional, e a Escola Superior de Defesa (ESD), que tem a finalidade de desenvolver estudos, pesquisas, ensino e difusão e intercâmbio de conhecimentos em temas de interesse da defesa nacional

SG

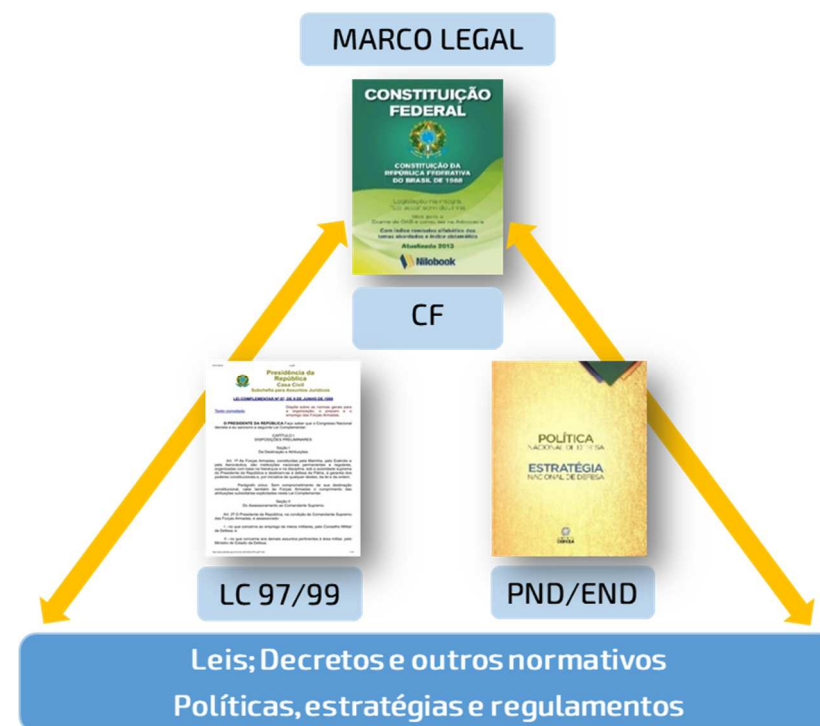
Órgão central de direção que coordena e supervisiona as atividades do Departamento do Programa Calha Norte (DPCN) e dos órgãos específicos singulares, que lhe são subordinados: o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), a Secretaria de Orçamento e Organização Institucional (SEORI), a Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD) e a Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD). À SG compete direcionar e supervisionar a gestão administrativa e a gestão estratégica no âmbito do MD, exceto quanto aos assuntos de competência dos Comandantes das Forças Armadas e aos assuntos militares de competência do EMCFA. O Hospital das Forças Armadas (HFA), órgão integrante da estrutura da SEPESD, tem por objetivo prestar assistência médico-hospitalar aos militares das Forças Armadas e a determinados segmentos da sociedade, bem como desenvolver o ensino e a pesquisa. O Censipam integra informações e gera conhecimento atualizado para articulação, planejamento e coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal e na Amazônia Azul, em prol da proteção ambiental e do desenvolvimento sustentável das duas regiões.

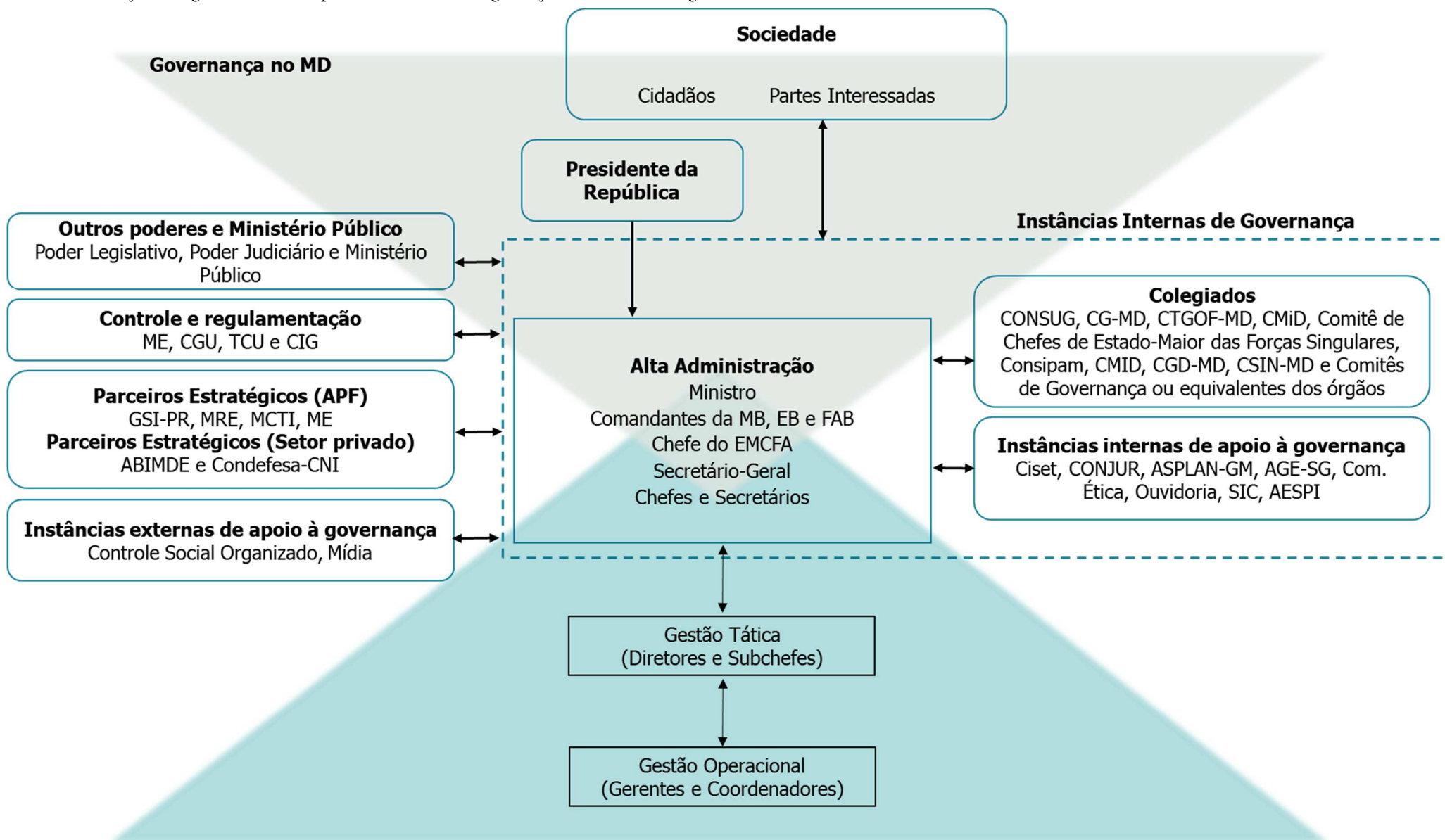
O detalhamento da estrutura organizacional atual do MD, bem como as competências dos órgãos que o integram, constam do Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério.

MINISTRO DA DEFESA
Assessoria Especial de Planejamento (ASPLAN)
Assessoria Especial Militar (ASSESPMIL)
Assessoria Especial de Relações Institucionais (AERI)
Assessoria Especial de Integridade (AESPI)
Assessoria Especial de Comunicação Social (ASCOM)
Gabinete
Secretaria de Controle Interno (CISET)
Consultoria Jurídica (CONJUR)
Orgãos Colegiados
Conselho Militar de Defesa (CMID)
Conselho Superior de Governança (CONSUG)
Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia (CONSIPAM)
Gabinete do EMCFA (GAB-EMCFA)
Assessoria de Inteligência de Defesa (AIDef)
Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA)
Secretaria-Geral (SG)
Gabinete do Secretário-Geral (GAB-SG)
Assessoria Especial de Gestão Estratégica (AGE -SG)
Departamento do Programa Calha Norte (DPCN)
Chefia de Operações Conjuntas (CHOC)
Vice-Chefia de Operações Conjuntas (VCHOC)
Subchefia de Comando e Controle (SC-1)
Subchefia de Operações (SC-3)
Subchefia de Operações Internacionais (SC-4)
Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE)
Conselheiros Militares
Vice-Chefia de Assuntos Estratégicos (VCAE)
Subchefia de Política e Estratégia (SCPE)
Subchefia de Assuntos Internacionais (SCAI)
Subchefia de Organismos Internacionais (SCOI)
Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJID)
Aditâncias no Exterior
Chefia de Logística e Mobilização (CHELOG)
Vice-Chefia de Logística e Mobilização (VCHELOG)
Subchefia de Logística Operacional (SUBLOP)
Subchefia de Mobilização (SUBMOB)
Subchefia de Logística Estratégica (SUBLOGE)
Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa (CASLODE)
Chefia de Educação e Cultura (CHEC)
Vice-Chefia de Educação e Cultura (VCHEC)
Escola Superior de Guerra (ESG)
Escola Superior de Defesa (ESD)
Secretaria de Orçamento e Organização Institucional (SEORI)
Departamento de Organização e Legislação (DEORG)
Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças (DEORF)
Departamento de Administração Interna (DEADI)
Departamento de Engenharia e Serviços Gerais (DESEG)
Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DETIC)
Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD)
Departamento de Produtos de Defesa (DEPROD)
Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação (DECTI)
Departamento de Promoção Comercial (DEPCOM)
Departamento de Financiamentos e Economia de Defesa (DEPFIN)
Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais (SEPESD)
Departamento de Pessoal (DEPES)
Departamento de Saúde e Assistência Social (DESAS)
Departamento de Desporto Militar (DDM)
Departamento de Projetos Sociais (DPS)
Hospital das Forças Armadas (HFA)
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM)
Diretoria Operacional (DIOPE)
Diretoria Técnica (DITEC)
Diretoria de Administração e Finanças (DIRAF)
MB
EB
FAB

PRINCIPAIS NORMAS DIRECIONADORAS DE SUA ATUAÇÃO

Relaciona-se a seguir as principais normas que direcionam a atuação do MD:

- A Constituição Federal, em especial o capítulo que trata das Forças Armadas (artigos 142 e 143);
- A Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que "Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas";
- A Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END), encaminhadas em julho de 2020 para apreciação do Congresso Nacional;
- A Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949, que criou a ESG;
- A Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.
- O Decreto nº 7.276, de 25 de agosto de 2010, que aprovou a Estrutura Militar de Defesa, quem a compõe e as responsabilidades das autoridades encarregadas de conduzi-la;
- A Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares.
- O Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do MD;
- O Decreto nº 5.874, de 15 de agosto de 2006; que aprovou o regulamento da ESG;
- O Decreto nº 1.310, de 8 de agosto de 1962, do Conselho de Ministros, que criou o HFA;
- O Decreto nº 8.422, de 20 de março de 2015, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do HFA;
- O Decreto nº 9.325, de 3 de abril de 2018, que aprovou o regulamento da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJID).
- O Decreto nº 10.806, de 23 de setembro de 2021, que cria a ESD.
- O Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001, que fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências.

ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

As informações sobre as estruturas de governança refletem a realidade no exercício de 2022. Como houve alteração na organização dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, em alguns casos as informações a seguir relacionadas podem não refletir a organização e as estruturas vigentes em 2023.

ÓRGÃOS COLEGIADOS

As informações sobre os órgãos colegiados consideram os instrumentos de criação vigentes, refletindo a realidade no exercício de 2022. Como houve alteração na organização dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, em alguns casos as informações a seguir relacionadas podem não refletir a organização e as estruturas vigentes em 2023.

COLEGIADO	DETALHAMENTO	
Conselho Superior de Governança (CONSUG)	Instrumento de criação:	Decreto nº 9.628, de 26 de dezembro de 2018
	Principais competências:	Definir diretrizes para a política de governança pública do MD e das Forças Armadas.
	Principais Integrantes:	Ministro da Defesa, que o presidirá; Comandante da Marinha; Comandante do Exército; Comandante da Aeronáutica; Chefe do EMCFA; e Secretário-Geral do MD.
Conselho Militar de Defesa (CMiD)	Instrumento de criação:	Lei Complementar nº 97/1999 e Decreto nº 7.276/2010
	Principais competências:	Assessorar o Presidente da República no que concerne ao emprego de meios militares; e assessorar o Ministro da Defesa: no assessoramento ao Presidente da República a decidir sobre o emprego das Forças Armadas; emitir diretrizes para o emprego das Forças Armadas, condução dos exercícios conjuntos e operações de paz; ativar os Comandos Operacionais em cumprimento à determinação do Presidente da República; designar e ativar os Comandos Operacionais para planejamento de emprego; aprovar os planejamentos estratégicos para atender às hipóteses de emprego; e adjudicar os meios aos Comandos Operacionais.
	Principais Integrantes:	Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, pelo Chefe do EMCFA e pelo Ministro de Estado da Defesa (apenas no que concerne ao emprego de meios militares).
Comitê de Governança do MD (CG-MD)	Instrumento de criação:	Portaria nº 3.127/GM-MD/2021, alterada pela Portaria GM-MD nº 5.972/2022
	Principais competências:	Definir diretrizes, políticas e estratégias para o aprimoramento da governança e da gestão no âmbito do Ministério.
	Principais Integrantes:	Ministro, que o preside, Chefe do EMCFA, Chefe de Operações Conjuntas (CHOC), Chefe de Assuntos Estratégicos (CAE), Chefe de Logística e Mobilização (CHELOG), CHEC, Secretário-Geral, SEORI, SEPROD, SEPESD e Diretor-Geral do Censipam.
Comitê de Chefes de Estado-Maior das Forças Singulares	Instrumento de criação:	Portaria Normativa nº 22/MD, de 24 de março de 2016
	Principais competências:	Contribuir para o assessoramento ao Ministro de Estado da Defesa nos seguintes assuntos: na condução dos exercícios e operações conjuntas e quanto à atuação de Forças brasileiras em operação de paz e humanitárias; nas políticas e estratégias nacionais e setoriais de defesa, de inteligência e contrainteligência; nos assuntos e atos internacionais e participação em representações e organismos no país e no exterior; nos assuntos referentes à logística, mobilização e tecnologia militar e articulação e equipamento das Forças Armadas; e nos assuntos referentes às operações em ambiente interagências. Ao Comitê cabe, ainda, contribuir para a atuação do EMCFA, em consonância com os Comandos Militares.
	Principais Integrantes:	Chefes de Estado-Maior dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, sob a coordenação do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (CEMCFA)
Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção	Instrumento de criação:	Decreto nº 9.829, de 10 de junho de 2019
	Principais competências:	Estabelecer diretrizes para a coordenação e a implementação de ações de governo, no âmbito do SIPAM, em observância à Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal

da Amazônia (Consipam)	Principais Integrantes:	Secretário-Geral do MD, que o presidirá; Secretários-Executivos da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério de Minas e Energia, do Ministério das Comunicações, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério do Desenvolvimento Regional, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e Secretário-Geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores.
Comissão Mista da Indústria de Defesa (CMID)	Instrumento de criação:	Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013, alterado pelo Decreto nº 9.857, de 2019
	Principais competências:	Assessorar o Ministro da Defesa em processos decisórios e em proposições de atos relacionados à indústria nacional de defesa
	Principais Integrantes:	Quatro representantes da Administração Central do MD, dentre os quais o Presidente; um representante do Comando da Marinha; um representante do Comando do Exército; um representante do Comando da Aeronáutica; um representante do Ministério da Economia; e um representante do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.
Comitê de Governança Digital do MD (CGD-MD)	Instrumento de criação:	Portaria GM-MD nº 3.572, de 29 de junho de 2022
	Principais competências:	Deliberar sobre os assuntos relativos à implementação da Estratégia de Governo Digital - EGD e ao uso de recursos de tecnologia da informação e comunicação.
	Principais Integrantes:	Um da SG; cinco do EMCFA; um da SEPESD; um da SEPROD; dois da SEORI, sendo um o Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DETIC), que presidirá o CGD-MD; um do Censipam; e o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da administração central do MD. Os membros titulares do CGD-MD serão ocupantes de Cargos Comissionados Executivos - CCE ou Funções Comissionadas Executivas - FCE de nível equivalente ou superior ao nível 15.
Comissão Técnica de Governança Orçamentária e Financeira (CTGOF-MD)	Instrumento de criação:	Portaria nº 3.077/GM-MD, de julho de 2021
	Principais competências:	Assessorar o Secretário-Geral nos assuntos referentes às áreas de orçamento, finanças e contabilidade do MD
	Principais Integrantes:	Representantes, nível DAS 5 ou equivalente, da SEORI, do Gabinete do Ministro e dos três Comandos (Marinha, Exército e Aeronáutica).
Comitê de Segurança da informação da administração central do MD (CSIN-MD)	Instrumento de criação:	Portaria GM-MD nº 3.247, de 8 de junho de 202
	Principais competências:	Assessorar o Ministro de Estado da Defesa nas atividades relacionadas à Segurança da Informação no âmbito da administração central do MD, observado o disposto no Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação – PNSI.
	Principais Integrantes:	Gestor da Segurança da Informação, que o coordenará; Chefe do Gabinete do Ministro; Diretor do DETIC/SEORI; Chefe da Assessoria de Inteligência de Defesa do EMCFA; Diretor do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais da SEORI; Subchefe de Comando e Controle da Chefia de Operações Conjuntas do EMCFA; e Diretor Técnico do Censipam

PRINCIPAIS INSTÂNCIAS DE APOIO À GOVERNANÇA

Assessoria Especial de Planejamento (ASPLAN)	Assessorar o Ministro nos assuntos relacionados à governança pública do setor de defesa, em especial no que se refere ao planejamento estratégico setorial de defesa e a elaboração e atualização do Livro Branco de Defesa Nacional.
Assessoria Especial de Integridade (AESPI)	Assessorar o Ministro nos assuntos relacionados à integridade pública; desempenhar as atividades relacionadas à correição pública, observadas as atribuições dos Comandantes das Forças Armadas; coordenar, orientar e harmonizar a adoção das providências relacionadas às demandas dos órgãos de controle interno e externo, nas situações em que estejam envolvidas mais de uma estrutura da alta administração do Ministério e desta com as Forças Singulares, quando for o caso.
Assessoria Especial de Gestão Estratégica (AGE) da SG	Assessorar o Secretário-Geral na condução da gestão estratégica, inclusive quanto ao planejamento estratégico, e nos assuntos relacionados à governança e à melhoria da gestão do órgão; articular com os órgãos de controle, interno e externo, bem como coordenar, harmonizar e acompanhar o atendimento das demandas dos órgãos de controle, interno e externo, no âmbito da SG; elaborar estudos e conduzir assuntos e projetos de interesse da SG.
Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) do EMCFA	Assessorar o Chefe do EMCFA nos assuntos relacionados à governança, à gestão, à integridade e à elaboração, atualização e acompanhamento do Planejamento Estratégico Organizacional, do Plano de Gestão e do Plano de Ação do EMCFA; implementar ações voltadas para a integração entre a gestão estratégica e a gestão orçamentária; desenvolver e aprimorar as atividades relacionadas à Gestão do Conhecimento, à Gestão Estratégica, Gestão de Riscos e Gestão por Processos.
Secretaria de Controle Interno (CISET)	Órgão de assistência direta e imediata ao Ministro, que tem como principais competências: assessorar como órgão de apoio à supervisão ministerial; acompanhar, controlar, fiscalizar e avaliar a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial; realizar auditorias sobre a gestão de recursos públicos; exercer supervisão técnica, coordenação das ações integradas e orientação normativa das unidades de controle interno dos Comandos Militares; apurar atos ou fatos ilegais ou irregulares, praticados na utilização de recursos públicos e comunicar as autoridades competentes.
Ouvidoria	A Ouvidoria do MD, criada em 1º de abril de 2013, vinculada ao Gabinete do Ministro, é a instância de participação e controle social, que promove a participação, proteção e defesa do usuário (pessoa física ou jurídica) de serviços públicos, responsável pelo recebimento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões, elogios e solicitação de simplificação dos serviços prestados pelo MD, com o objetivo de aprimorar a gestão pública e melhorar os serviços oferecidos.
Comissão de Ética Setorial do MD	Órgão que apura denúncias e julga desvios éticos dos agentes públicos, bem como orienta, informa e aconselha sobre a conduta ética, no âmbito da Pasta. A Comissão de Ética Setorial do MD é órgão colegiado, vinculado administrativamente à AESPI, de caráter consultivo e deliberativo, e com autonomia técnica para o desempenho das suas atribuições. O órgão faz parte do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, previsto no Decreto 6.029/2007, cujo órgão central é a Comissão de Ética Pública da Presidência da República.
Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)	Área específica para atendimento aos pedidos de acesso a informações apresentados pelos cidadãos, com base na LAI e no Decreto nº 7.724/2012. Faz parte da estrutura da SEORI, da SG.
Consultoria Jurídica (CONJUR)	Órgão de assessoria do Ministro, que tem como principais competências: fixar a interpretação das leis, dos tratados e dos demais atos normativos na área de atuação do MD; realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos; assistir o Ministro da Defesa no controle interno da legalidade dos atos do MD e das suas entidades vinculadas; e exercer a supervisão dos órgãos jurídicos das Forças Armadas.

RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DO MD NO PROGRAMA PLURIANUAL (PPA 2020/2023)

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo do governo federal. Ele define as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal, contemplando os investimentos de grande vulto e as despesas de custeio necessários à sua manutenção. O MD está representado no PPA 2020/2023 por meio de três Programas:

Programa	Descrição
Programa 6012 - Defesa Nacional	Objetivo: preparar adequadamente as Forças Armadas para a defesa do País contra ameaças, a proteção de sua ordem institucional e de suas riquezas. Meta: atingir, 73,50% do Índice de Operacionalidade das Forças Armadas (IOPF) ao final de 2023.
Programa 6011 - Cooperação com o Desenvolvimento Nacional	O MD e as Forças Armadas realizam, no contexto do cumprimento das atribuições subsidiárias, várias ações que contribuem com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil, em benefício da sociedade, merecendo destaque: ocupação de vazios estratégicos na faixa de fronteira; apoio à melhoria da infraestrutura de municípios; participação em campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social; atuação contra delitos transfronteiriços e ambientais; apoio às políticas públicas de inclusão social e de cidadania; produção de informações para a proteção da Amazônia legal; apoio em casos de desastres ambientais; operações de ajuda humanitária; cooperação com órgãos públicos federais, estaduais e municipais, na execução de obras e serviços de engenharia; e apoio à formação profissional. Meta: atingir 70,29% de execução de ações de cooperação com o desenvolvimento nacional ao final de 2023.
Programa 6013 - Oceanos, Zona Costeira e Antártica	Objetivo: promover o conhecimento científico e tecnológico, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, a gestão efetiva dos espaços costeiro e marinho e os interesses do país nos oceanos e Antártica. Meta: concluir 80% das ações previstas nos Planos Setoriais que compõem o Programa até 2023. De caráter multissetorial, o Programa é coordenado pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) da Marinha do Brasil e envolve, dentre outros, os Ministérios do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações e das Minas e Energia.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico do MD é um processo sistemático de estabelecimento da Estratégia em vigor, tendo como um dos seus produtos o Plano de Gestão do MD. Ele consolida as prioridades de todos os Órgãos que integram o MD, exceto as Forças Armadas, e está alinhado com o PPA 2020-2023 e com a Estratégia Setorial de Defesa (ESD), que é o documento que estabelece, no âmbito do MD, as ações estratégicas a serem implementadas com o fito de atingir os objetivos estabelecidos na Política Setorial de Defesa (PSD). Cabe esclarecer que as Forças Armadas têm seus planejamentos estratégicos próprios.

IDENTIDADE ESTRATÉGICA

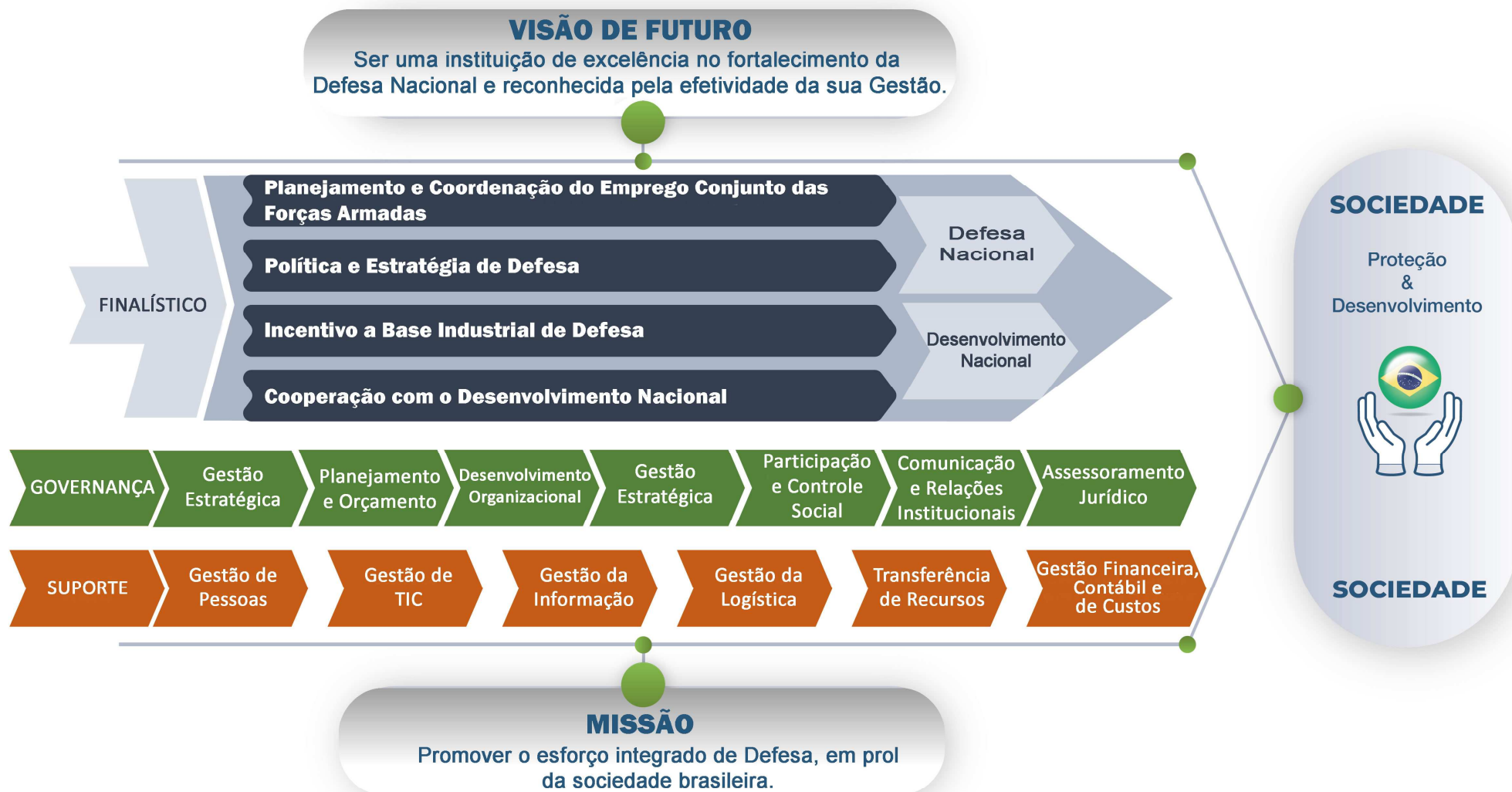
Alguns órgãos do MD possuem missões próprias, sintonizadas com a missão do MD e alinhadas aos seus papéis específicos:

Missão HFA: Prover assistência médico-hospitalar de média e alta complexidade aos usuários das Forças Armadas e outros conveniados; de baixa, média e alta complexidade aos servidores civis do MD e HFA; e desenvolver ensino, pesquisa e inovação na área de saúde.

Missão Censipam: Contribuir para a proteção, a integração, o desenvolvimento sustentável e o incremento da qualidade de vida na Amazônia Legal, no mar territorial, na Zona Econômica Exclusiva do Brasil e em outras áreas consideradas de interesse.

Missão ESG: Desenvolver atividades acadêmicas que permitam compreender as realidades nacional e internacional, visando preparar civis e militares para o desempenho de funções de direção e assessoramento de alto nível, no campo da Defesa Nacional, incluindo o que concerne à Segurança e ao Desenvolvimento.

Missão ESD: Desenvolver atividades acadêmicas em temas de interesse da Defesa Nacional, considerados os campos de segurança e desenvolvimento, com o propósito de contribuir para o fortalecimento da mentalidade de defesa na sociedade brasileira.

CADEIA DE VALOR

MAPA ESTRATÉGICO

AMBIENTE EXTERNO

O ambiente externo tem enorme influência sobre as atividades executadas pelo MD, primeiramente no que se refere ao preparo das Forças Armadas, uma vez que os projetos executados para este fim normalmente são de grande vulto financeiro, complexos, de longa duração e implicam em compras em moeda estrangeira; além disso, acontecimentos nacionais e internacionais podem produzir significativo impacto na atuação do MD, em especial no que diz respeito ao cumprimento de suas competências subsidiárias, como atuação das Forças Armadas, quando couber: na garantia da lei e da ordem e da votação e apuração eleitoral; na cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil; e no combate a delitos transfronteiriços e ambientais.

Planejamento
MD
Execução

Crise Econômica

Cortes de Recursos

Alta do dólar e dos combustíveis

Fluxo irregular de recursos

- Demanda por maior atuação na preservação do meio ambiente
- Riscos ecológicos e ambientais
- Cenário internacional conturbado
- Maior incidência de ataques cibernéticos
- Aumento dos casos de delitos transfronteiriços e ambientais
- Aumento da criminalidade e de ações terroristas
- Dependência e defasagem tecnológica
- Instabilidade econômica e social
- Pressão sobre soberania e uso da Amazônia
- Deficiência operacional de sistemas/infraestruturas de defesa

Influência do ambiente externo em 2022 (Fonte: AGE/SG)

DESAFIOS E RISCOS

Governança institucional complexa

A estrutura organizacional do MD é bastante peculiar e diferente dos demais órgãos públicos. O Ministério, que é um órgão de natureza civil, possui uma área que tem o papel de assessorar o ministro em assuntos militares (EMCFA), formada predominantemente por cargos militares, e uma outra área que exerce a direção geral do MD, formada predominantemente por cargos civis (Secretaria-Geral), ambas áreas subordinadas diretamente ao Ministro.

O Presidente da República é o Comandante Supremo das Forças Armadas, conforme estabelecido no art. 142 da Constituição Federal. O Ministro de Estado da Defesa exerce a direção superior das Forças Armadas, que lhes são diretamente subordinadas. As Forças Armadas possuem autonomia administrativa, orçamentária e financeira, nos termos da Lei Complementar nº 97, de junho de 1999.

Força de trabalho híbrida, reduzida e com elevada rotatividade

O MD, excluídas as Forças Armadas, possui força de trabalho híbrida, composta por servidores públicos regidos pela Lei nº 8.112/1990 e demais normas complementares, por empregados públicos, submetidos às regras da Consolidação da Leis do Trabalho-CLT, e por militares das três Forças Armadas, sujeitos ao Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880/1980, alterada pela Lei nº 13.954/2019), o que leva à convivência de culturas distintas. Atualmente, a força de trabalho é composta majoritariamente por militares, requisitados e sem vínculos.

A força de trabalho do MD, em especial a civil, tem diminuído expressivamente, ao longo dos últimos anos, devido à falta de autorização para a realização de concursos públicos e à vacância provocada pelas aposentadorias e exonerações dos servidores existentes, afetando as atividades fim e meio. Parte desse encolhimento tem sido compensado pela alocação de militares da ativa e da reserva. Essa situação tende a se agravar devido à iminente saída potencial dos servidores que já completaram ou estão prestes a completar os requisitos para aposentadoria, bem como pela supressão da prerrogativa de requisição de servidores pelo Decreto nº 10.988/2022.

Embora possua 270 cargos administrativos vinculados ao Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), o MD não possui carreira própria, em especial para atuar na área fim do Ministério, a de defesa. O HFA, dada a sua especificidade, possui o Plano de Carreiras e Cargos (PCCHFA), empregados públicos, além de cargos administrativos do PGPE. O corpo docente da ESG e da ESD pertence à carreira de Magistério Superior e o Censipam dispõe de cargos da Carreira de Ciência e Tecnologia.

Cabe destacar que a permanência dos militares nas diversas unidades do MD é transitória, em decorrência das características próprias da carreira, uma vez que a cada ciclo de dois a quatro anos ocorre a substituição da maioria desses militares, o que leva a uma rotatividade constante de pessoal em diversas áreas, resultando em dificuldade de continuidade de algumas atividades; perda de informações e de conhecimentos; sobrecarga de trabalho; comprometimento do clima organizacional e da produtividade; e despesas com novos treinamentos.

Com vistas a reduzir as dificuldades enfrentadas, vislumbra-se a criação de uma Carreira específica para atuar nas atividades, políticas, programas e projetos de defesa, dotando o Ministério de um quadro próprio de servidores públicos especializados, diminuindo a demanda por militares da ativa, e possibilitando colaboração ainda mais efetiva nas questões relacionadas à defesa nacional.

Dificuldade de planejar a atuação no apoio ao Estado

Acontecimentos nacionais e internacionais podem produzir significativo impacto na atuação do MD, em especial no que diz respeito ao cumprimento de suas competências subsidiárias. Para vários desses acontecimentos, não é possível planejar antecipadamente a atuação das Forças Armadas, como, por exemplo, no apoio à defesa civil no caso de desastres ambientais; no apoio a ações de caráter humanitário; em diversos casos de operações de garantia da lei e da ordem; em operações de apoio a ações emergenciais de saúde; no combate a delitos transfronteiriços e ambientais; entre tantas outras. Diversos desses acontecimentos, nacionais ou internacionais, podem resultar em situações que demandam atuação pronta, imediata e eficaz do MD e das Forças Armadas.

As novas ameaças implicam em novos campos de atuação do poder militar e demandam novas capacidades de defesa

As novas ameaças aos Estados deixaram de ser claras e definidas, transformando-se em difusas e polimorfas com natureza anônima, sem território definido. Podem não ser de natureza militar e nem estatal, sendo, na sua maioria, transnacionais e infra estatais (como o narcotráfico; terrorismo; migrações; riscos ecológicos, ambientais e climáticos; organizações criminosas transnacionais; crimes cibernéticos; guerras informacionais e híbridas).

Essas novas ameaças requerem a atuação do poder militar, demandando novas capacidades de defesa.

Nesse contexto, cabe destacar os riscos cada vez maiores de ataques cibernéticos externos, com vistas a danificar, roubar ou destruir dados, comprometendo sites, servidores ou interrompendo infraestruturas inteiras de tecnologia, com prejuízos para: as indústrias; o funcionamento dos órgãos públicos, dos serviços de saúde e de infraestruturas críticas; os serviços financeiros; entre outras possíveis consequências.

Fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID), um desafio contínuo

A indústria de defesa, por ser dependente das políticas de Estado, visto que os investimentos necessários são de grande vulto, os projetos são de maturação lenta e o ambiente internacional é, cada vez mais, caracterizado por ameaças e incertezas, possui forte correlação entre a política econômica e a industrial, o que leva à necessidade de planejar políticas públicas para a BID na atual dinâmica competitiva do sistema internacional, inclusive definindo uma programação de aquisições para produtos e sistemas de defesa.

Ademais, uma parcela importante das empresas de defesa é cercada por dificuldades e desafios para se desenvolver, lançar novos produtos e competir no mercado.

Dessa forma, o fortalecimento da BID se torna premente e implica na qualificação da indústria mediante incentivos à capacitação tecnológica das empresas; incentivos e investimentos à Pesquisa Tecnológica e Inovação; formação de mão-de-obra especializada; aperfeiçoamento do marco legal e das políticas voltadas ao setor; desenvolvimento das pequenas e médias empresas do ramo; e redução dos impactos do custo Brasil; entre outras medidas.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito ao risco de ausência de instrumentos de crédito para as empresas. Atualmente, são enfrentadas dificuldades relacionadas à fragilidade operacional e normativa de sistemas de apoio ao crédito às exportações, que podem impactar diretamente no volume das exportações e consequente sustentabilidade da BID.

O risco da dependência e da defasagem tecnológica

Para o desenvolvimento do setor de Defesa Nacional como um todo, é necessário forte investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação. O desenvolvimento científico e tecnológico e dos sistemas produtivos é de vital importância na área militar e deve ser tratado como um processo evolutivo contínuo, dinâmico e sistêmico, resultado das interações entre a indústria, as universidades e instituições científicas, tecnológicas e de inovação, quer seja no Brasil, ou em países mais avançados.

É fundamental reduzir gradativamente a dependência tecnológica externa, que impõe, por vezes, barreiras ao desenvolvimento da indústria e do setor. Com a sociedade cada vez mais dinâmica, aumentam os riscos de cerceamentos ao acesso a tecnologias sensíveis impostos pelos países industrializados.

Deficiência operacional em sistemas e infraestruturas de defesa

A manutenção e a construção das capacidades de defesa que o país necessita demandam investimentos em projetos de interesse, mediante a alocação regular de recursos orçamentários em ações voltadas ao desenvolvimento, à aquisição e à manutenção de meios, tecnologias, Sistemas e Produtos de Defesa.

Investimentos em patamares inferiores ao necessário podem levar a deficiência operacional em equipamentos, sistemas e infraestruturas de defesa, com comprometimento potencial da capacidade de pronta e eficiente atuação das Forças Armadas.

Redução na participação em eventos de capacitação e adestramento

Eventual restrição orçamentária pode ocasionar redução na participação de militares em eventos de ensino ou em operações de adestramento, nacionais e internacionais, com impacto potencial na preparação das Forças para o adequado cumprimento de seu papel.

Defender e controlar um país de dimensões continentais, que é potência ambiental e possui vastas riquezas naturais

O Brasil é um país de dimensões continentais, com um território de cerca de 8,5 milhões de km²; uma área oceânica denominada Amazônia Azul com 5,7 milhões de km²; um litoral com aproximadamente 7.500 km de extensão; mais de 17.000 km de fronteira terrestre; fronteira com nove países sul-americanos e com a região ultramarina da França; cerca de 3,5 milhões de km² de zona econômica exclusiva (controle, defesa, busca e salvamento); e aproximadamente 22 milhões de km² de espaço aéreo a ser controlado. Para assegurar a Defesa Nacional de um país de dimensões continentais, extensas áreas de fronteiras, terrestres e marítimas, e de elevada estatura política e econômica, é imperioso que o aparato de defesa esteja de acordo com as mais avançadas práticas e tecnologias, o que requer investimentos regulares, públicos ou privados, e direcionados para as áreas estratégicas, em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

As fronteiras terrestres demandam atenção especial, na medida em que por elas transitam pessoas, mercadorias e bens, integrando regiões e aproximando o País de seus vizinhos, ao mesmo tempo em que por elas são perpetradas atividades ilícitas que assumem natureza transnacional, de forma que sua permeabilidade requer constante vigilância, atuação coordenada e estreita cooperação com os países limítrofes.

É fundamental adequar e modernizar os meios e métodos de vigilância sobre o território nacional, incluindo a Zona Econômica Exclusiva, a plataforma continental, o espaço exterior sobrejacente e o espaço cibernético, entre outras áreas de interesse, inclusive otimizando o uso de dados e imagens do território para subsidiar ações de vigilância, em particular nas fronteiras. O uso de tecnologias modernas e de inteligência artificial, com ciclos tecnológicos mais rápidos, produzirá impactos significativos nas capacidades de defesa dos países.

As crescentes demandas mundiais por alimentos e recursos naturais, riquezas disponíveis no território brasileiro, são fatores que impulsionam o crescimento econômico do País e, ao mesmo tempo, são objetos de cobiça, trazendo preocupação constante para a Defesa Nacional.

Cenário de restrição fiscal

A Emenda Constitucional - EC nº 95/2016 trouxe grande impacto para o Orçamento Geral da União (OGU), visto que instituiu um novo regime fiscal e estabeleceu um teto para os gastos até 2036, limitando o crescimento desses à inflação do ano anterior. Dessa forma, o orçamento destinado ao MD foi fortemente afetado, pois concorre com as demais despesas governamentais, principalmente as da Área Social. As despesas discricionárias são as mais afetadas por esse instrumento legal, em razão do caráter impositivo das despesas obrigatórias.

No âmbito desta Pasta, os projetos estratégicos de defesa foram particularmente impactados nos últimos exercícios, uma vez que carecem de uma previsibilidade orçamentária que garanta a sua continuidade. Cabe destacar que uma eventual insuficiência orçamentária pode levar à necessidade de renegociação de contratos, impactando diretamente o cronograma físico-financeiro dos projetos, implicando prorrogação do término, cobrança de multas, juros e aumento no custo total do projeto. Dependendo da magnitude, tal insuficiência pode implicar a descontinuidade do projeto, com os elevados custos decorrentes, além da possibilidade de demissão de colaboradores diretos e indiretos e de desmobilização das empresas envolvidas vinculadas à Base da Indústria de Defesa, sem falar no prejuízo pelo não recebimento do objeto do contrato no prazo devido.

Vale lembrar que os Projetos Estratégicos de Defesa, de fundamental importância para o aparelhamento das Forças Armadas, possuem, em sua grande maioria, as seguintes características: longo prazo de maturação, desenvolvimento e fornecimento; envolvem significativos valores orçamentários, distribuídos em extenso período de tempo; implicam em contratos complexos, envolvendo compensação e transferência de tecnologia, entre outros itens peculiares; e muitas vezes implicam em compras ou parcerias internacionais (moeda estrangeira).

OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

O desenvolvimento tecnológico do setor de defesa e o fortalecimento da BID contribuem para o desenvolvimento do país

O fomento a uma indústria nacional de defesa contribui para o crescimento do país, na medida em que gera divisas, por meio das exportações, empregos diretos e indiretos e desenvolve produtos que serão úteis ao setor civil.

Vale ressaltar que o desenvolvimento tecnológico do setor de defesa alavanca e contribui significativamente para o desenvolvimento dos demais segmentos da indústria, resultando no desenvolvimento de produtos de uso dual ou que podem ser adaptados para o uso civil em geral.

Uma política industrial robusta na área de defesa, acompanhada de uma estratégia de gestão tecnológica, gera resultados positivos para a economia e para o desenvolvimento do país, além de maior eficiência militar.

Flexibilização do teto de gastos

A Emenda Constitucional nº 126/2022 estabeleceu que o Presidente da República deverá encaminhar ao Congresso Nacional, até 31 de agosto de 2023, projeto de lei complementar com o objetivo de instituir regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico. Nesse contexto, vislumbra-se como oportunidade tentar viabilizar que o novo regime a ser instituído garanta os recursos necessários para a continuidade dos projetos estratégicos e dos programas e ações de interesse do MD, bem como para avançar na construção das capacidades de defesa necessárias.

Aumento de exportações de produtos e sistemas de defesa

O cenário internacional mostra-se bastante propício ao aumento de exportações de produtos e sistemas de defesa. Isso, aliado à boa qualidade dos produtos ofertados pela indústria nacional e à manutenção dos projetos estratégicos de defesa e das políticas e ações voltadas ao fortalecimento da BID, certamente produzirá reflexos positivos no aumento das exportações de produtos e sistemas de defesa, resultando em mais dívidas e empregos para o país.

Realinhamento do Brasil com parceiros estratégicos internacionais

O atual contexto da política internacional abre caminhos para o realinhamento do Brasil com parceiros estratégicos, como os EUA, países europeus e China, entre outros. É importante priorizar o relacionamento com os países detentores de maiores capacidades científicas e tecnológicas, buscando o estreitamento de relações e o incremento de ações de interesse para fins de aumento da nossa capacidade de defesa.

Na América do Sul, a convergência de interesses contribui para a estabilidade regional, de maneira a gerar um clima de confiança mútua e estreitamento dos laços de amizade, por meio da cooperação internacional, que é instrumento para o desenvolvimento tecnológico e industrial e solução de problemas comuns.

Capacidade logística e capilaridade das Forças Armadas

A capacidade logística e a capilaridade das organizações militares, no Brasil e no exterior, é importante fator para racionalização, redução de custos e aumento da eficiência das ações, projetos, programas e operações conjuntas realizadas pelo MD.

Incremento da interoperabilidade entre as Forças Armadas

Os cenários de emprego das forças exigem, cada vez mais, um conjunto diversificado de capacidades e o emprego sinérgico dessas capacidades. Para tal, as forças conjuntas constituem-se como o melhor instrumento militar e devem possuir a capacidade de operarem em sinergia, ou seja, devem ser interoperáveis. O incremento da interoperabilidade é um desafio contínuo a ser perseguido em operações conjuntas.

Incremento das parcerias no campo da cooperação com o desenvolvimento nacional e apoio ao Estado, em especial no que se refere às ações voltadas à melhoria das condições sociais.

Atualmente, a sociedade como um todo, cidadãos e organizações, está cada vez mais motivada a cooperar com o desenvolvimento do país.

O contexto atual, principalmente frente à realidade de restrições orçamentárias, abre novas possibilidades para o aperfeiçoamento e a ampliação das parcerias junto aos demais ministérios, órgãos estaduais e municipais, organizações do terceiro setor e instituições privadas, no campo das ações, programas e projetos voltados à cooperação com o desenvolvimento nacional, particularmente daqueles que buscam a melhoria das condições sociais, o fortalecimento da cidadania e a melhoria da infraestrutura.

Neste sentido, é importante focar no alinhamento dos projetos e ações do MD com os de outros Ministérios e órgãos, de forma a potencializar a sinergia necessária e facilitar a cooperação, constituindo-se fator decisivo para mitigar os riscos de restrições de recursos e garantir melhores resultados com a máxima eficiência.

2 Principais resultados

INTRODUÇÃO

Este capítulo relaciona os principais resultados do MD de 2022, incluídos os resultados dos Programas do PPA 2020-2023, os avanços dos projetos que integram o Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa e os andamentos dos projetos que integram o portfólio do PG-MD 2020-2023, além de outros resultados relevantes alcançados pelos órgãos que integram o MD e pelas Forças Armadas.

Os resultados serão apresentados, sempre que possível, no âmbito dos eixos dos Programas do PPA 2020-2023, conforme os tópicos a seguir:

- Resultados relacionados ao eixo do Programa 6012 – Defesa Nacional;
- Resultados relacionados ao eixo do Programa 6011 – Cooperação com o Desenvolvimento Nacional;
- Principais resultados do MD no âmbito do Programa 6013 – Oceanos, Zona Costeira e Antártica;
- Outros resultados relevantes.

Para além dos projetos que compõem o Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa, apresenta-se ainda, outros resultados relevantes, com destaque para aqueles relacionados ao Programa de Defesa Cibernética, coordenado pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA).

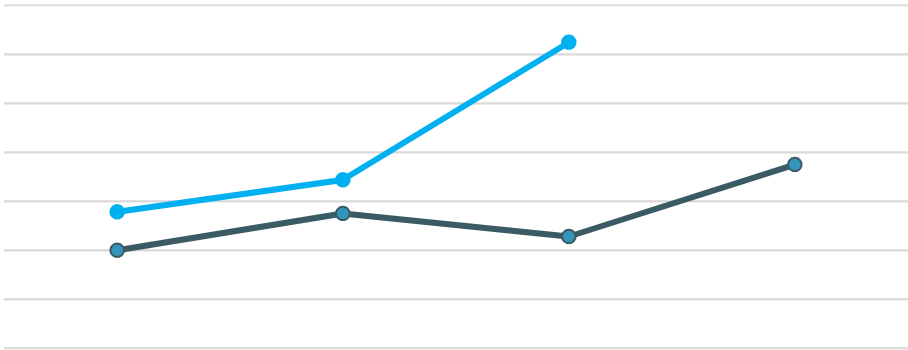
O PROGRAMA 6012 – DEFESA NACIONAL

CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

OBJETIVO	META	INDICADOR
Preparar adequadamente as Forças Armadas para a defesa do País contra ameaças, a proteção de sua ordem institucional e de suas riquezas.	Atingir 73,5% do Índice de Operacionalidade das Forças Armadas (IOPF) ao final de 2023.	ÍNDICE DE OPERACIONALIDADE DAS FORÇAS ARMADAS. Apurado por meio da média aritmética dos índices de operacionalidade obtidos anualmente pelos Comandos (Marinha, Exército e Aeronáutica), tendo como principais aspectos avaliados o adestramento, a capacidade operativa e a prontidão logística.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

No ano de 2022, o Programa registrou avanços relevantes e alcançou o índice de 78,49% no preparo das Forças Armadas, conforme evidenciado no gráfico ao lado:

Evolução do Índice de Operacionalidade das Forças Armadas

	2020	2021	2022	2023
Meta prevista	70,00%	71,50%	70,56%	73,50%
Meta realizada	71,57%	72,87%	78,49%	

Fonte: SIOP, posição fevereiro de 2023

RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS DO PROGRAMA 6012

Os resultados intermediários a seguir foram selecionados dentre aqueles pactuados para o PPA 2020/2023 que apresentaram entregas relevantes no período de vigência do Plano, de forma a contribuir para o alcance da meta do Programa de Defesa Nacional.

TÍTULO DO RESULTADO INTERMEDIÁRIO	UNIDADE DE MEDIDA	REGIONALIZAÇÃO	META	
0118. Submarinos convencionais entregues à Marinha do Brasil	Unidade	Rio de Janeiro (Itaguaí)	LINHA DE BASE 2019: META PREVISTA ATÉ 2022: META ALCANÇADA ATÉ 2022:	0 1 1
0120. Comissionamento dos Estaleiros e da Base Naval (Prosub) para operação de submarinos convencionais	Percentual	Rio de Janeiro (Itaguaí)	LINHA DE BASE 2019: META PREVISTA ATÉ 2022: META ALCANÇADA ATÉ 2022:	65% 78% 77%
0121. Viaturas Blindadas Sobre Rodas, do Projeto Forças Blindadas (antigo Programa Guarani), incorporadas ao Exército Brasileiro	Unidade	Minas Gerais (Sete Lagoas)	LINHA DE BASE 2019: META PREVISTA ATÉ 2022: META ALCANÇADA ATÉ 2022:	412 587 626
0123. Viaturas Blindadas sobre rodas do sistema ASTROS na versão MK3M e MK-6 incorporadas ao Exército Brasileiro	Unidade	São Paulo (São José dos Campos)	LINHA DE BASE 2019: META PREVISTA ATÉ 2022: META ALCANÇADA ATÉ 2022:	77 86 83
0148. Aeronaves de Caça FX-2 entregues à Força Aérea Brasileira (Projeto FX-2)	Unidade	Goiás (Anápolis)	LINHA DE BASE 2019: META PREVISTA ATÉ 2022: META ALCANÇADA ATÉ 2022:	0 6 3
0149. Cargueiros Táticos KC-390 entregues à FAB Unidade São Paulo (Gavião Peixoto)	Unidade	São Paulo (Gavião Peixoto)	LINHA DE BASE 2019: META PREVISTA ATÉ 2022: META ALCANÇADA ATÉ 2022:	2 6 5
0150. Helicópteros multiemprego entregues às Forças Armadas (HX-BR)	Unidade	Minas Gerais (Itajubá)	LINHA DE BASE 2019: META PREVISTA ATÉ 2022: META ALCANÇADA ATÉ 2022:	35 42 42
0144. Participação em eventos de adestramentos, nacionais e internacionais (eventos singulares e conjuntos) (*)	Unidade	Rio de Janeiro (8); Amazonas (1); Distrito Federal (2); Bahia (1); São Paulo (1); Região Centro-Oeste (1); Região Norte (1); Mato Grosso do Sul (1); Rio Grande do Sul (1); Goiás (3); Região Sudeste (1); Exterior - EUA (2)	LINHA DE BASE 2019: META PREVISTA PARA 2022: META ALCANÇADA EM 2022:	5 25 23

Fonte: SIOP, Fev/2023. (*) Meta não cumulativa.

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS METAS INTERMEDIÁRIAS DO PROGRAMA 6012

O Programa Defesa Nacional tem como meta "atingir 73,5% de operacionalidade das Forças Armadas até 2023". A meta prevista para o exercício de 2022 era de 70,56%, já considerada a revisão do índice em decorrência de restrições orçamentárias e da pandemia do Covid-19, que prejudicaram o desempenho do Programa nos anos de 2020 e 2021. Entretanto, no exercício de 2022, houve uma recuperação do índice, motivada pela melhora nos níveis de prontidão logística, adestramento e meios operativos (aparelhamento) das Forças Armadas (FA), em relação aos exercícios anteriores, o

que culminou no atingimento de 78,49% no grau de operacionalidade das FA.

Contribuíram, de modo significativo, para alcance dos resultados intermediários pactuados com a União em 2022, as entregas de viaturas do Programa Forças Blindadas (antigo Programa Guarani), do Submarino Riachuelo e dos helicópteros de médio porte (HX-BR).

Todavia as metas de comissionamento dos estaleiros do PROSUB e de aquisição dos Caças *Gripen,* dos cargueiros táticos KC-390 e das viaturas do Programa Astros, não foram cumpridas, notadamente em razão da insuficiência do orçamento em face às necessidades contratuais dos projetos.

No que diz respeito aos eventos de adestramento nacionais e internacionais, a meta não foi cumprida em razão do cancelamento do Exercício FELINO 2022 pela instituição organizadora e da necessidade de ajuste nas atividades planejadas da Operação de Adestramento Conjunto Amazônia.

PROJETOS ESTRATÉGICOS DE DEFESA

O Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa reúne os principais projetos estratégicos, entendidos como aqueles diretamente relacionados à construção de capacidades de defesa e direcionados para o desenvolvimento ou aquisição de plataformas, sistemas de armas ou sistemas de comunicação de caráter operacional a serem empregados em proveito de operações militares ou no adestramento de tropas, que são geridos pelas Forças Armadas ou pelo EMCFA.

Em observância à determinação consignada no item 9.2 do Acórdão do Plenário do TCU 1519/2017, o MD, na condição de órgão supervisor, faz o acompanhamento sistemático, a partir de informações fornecidas pelas Forças Armadas e pelo EMCFA, da execução físico-financeira dos projetos estratégicos de Defesa, cujos resultados serão apresentados no contexto do Programa Defesa Nacional (6012), sem prejuízo de informações mais detalhadas que venham a ser apresentadas pelas Forças Armadas no âmbito de seus relatórios de gestão, uma vez que aquelas instituições são responsáveis pela gestão da maior parte desses projetos. São essas as principais informações desses projetos estratégicos:

ÓRGÃO	PROJETOS ESTRATÉGICOS DE DEFESA
Marinha do Brasil	Submarinos Convencionais Submarino de Propulsão Nuclear Estaleiro e Base Naval Programa Nuclear da Marinha (PNM)
Exército Brasileiro	Projeto Forças Blindadas (antigo Programa Guarani) Projeto Astros Projeto SISFRON
Força Aérea Brasileira	Projeto FX-2 Projeto KC 390 - Aquisição Projeto KC-X Desenvolvimento
EMCFA/MD	Helicópteros - HX-BR Projeto TH-X (iniciado em 2022 e incluído pela Resolução CONSUG nº 5, de setembro de 2020) Programa Estratégico de Comando e Controle de Defesa (incluído pela Resolução CONSUG nº 10/2021)

Fonte: Sumário dos Projetos Estratégicos, terceiro quadrimestre de 2022.

Conforme indicado na tabela anterior, o gerenciamento e a execução dos Projetos Estratégicos de Defesa estão sob a responsabilidade dos Comandos das Forças e do EMCFA. Conforme dito, o acompanhamento desses projetos é realizado, sistematicamente, com base nas informações prestadas pelos seus órgãos gestores.

Vale destacar que os Projetos Estratégicos de Defesa são fundamentais para o aparelhamento das Forças Armadas e contribuem com o desenvolvimento tecnológico e industrial do país, principalmente no que se refere à pesquisa e ao desenvolvimento de produtos de defesa, e com a geração de emprego e renda. No período de 2008 a 2040, a carteira de projetos do MD está distribuída conforme a seguir:

VALOR TOTAL DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS DE DEFESA. (2008 A 2040 - R$ 148,0 bilhões) DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS			
ÓRGÃO	PROJETOS	VALOR (R$ BILHÃO)	PERCENTUAL
MARINHA	4	47,8	32,3%
EXÉRCITO	3	45,0	30,4%
AERONÁUTICA	3	47,1	31,8%
EMCFA	3	8,1	5,5%

Fonte: Sumário dos Projetos Estratégicos, terceiro quadrimestre de 2022.

Apresenta-se a seguir informações sobre os projetos estratégicos do Ministério da Defesa, no exercício de 2022, com relação a: início e previsão de término, valores em milhões (total do projeto, pago até 31/12/2022, LOA 2022 e Dotação 2022), execução física (realizada e a realizar), produto final, principais entregas em 2022 e empregos gerados.

Projetos estratégicos sob responsabilidade do Comando da Marinha

PROJETO ESTRATÉGICO	INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO INICIAL	PREVISÃO DE TÉRMINO EM DEZ/2022	VALORES (R$ MILHÕES)		EXECUÇÃO FÍSICA (%)	
Submarinos Convencionais	2009	2021	2025	Total do projeto:	13.308,2	Realizada:	87,5
				Pago até 31/12/2022:	9.896,7	A realizar:	12,5
				LOA 2022:	558,0		
				Dotação 2022:	716,1		
Submarino de Propulsão Nuclear	2009	2025	2034	Total do projeto:	15.119,8	Realizada:	24,8
				Pago até 31/12/2022:	4.436,4	A realizar:	75,2
				LOA 2022:	475,3		
				Dotação 2022:	519,5		
Estaleiro e Base Naval	2009	2025	2030	Total do projeto:	12.497,9	Realizada:	77,0
				Pago até 31/12/2022:	9.605,0	A realizar:	23,0
				LOA 2022:	315,0		
				Dotação 2022:	356,4		
Programa Nuclear da Marinha - PNM	2000	2030	2036	Total do projeto:	6.834,7	Realizada:	59,5
				Pago até 31/12/2022:	2.624,5	A realizar:	40,5
				LOA 2022:	398,2		
				Dotação 2022:	370,6		

Fonte: Comando da Marinha

SUBMARINOS CONVENCIONAIS:

– Produto final: quatro submarinos convencionais construídos com todos os seus sistemas integrados e em operação.

– Principais Entregas em 2022: foi incorporado ao setor operativo o S-BR-1- Submarino Riachuelo e foi realizado o teste de propulsão e imersão estática do S-BR-2 - Submarino Humaitá.

SUBMARINO NUCLEAR:

– Produto final: um submarino com propulsão nuclear, projetado e construído no Brasil.

- Principais entregas em 2022: conclusão da fase inicial de detalhamento do projeto do Submarino Convencionalmente Armado com Propulsão Nuclear (SCPN); e conclusão da adequação fabril da Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas para a construção das Seção de Qualificação e Seção C Preliminar do casco resistente do SCPN.

ESTALEIRO E BASE NAVAL:

- Produto final: unidade de fabricação de estrutura metálica, estaleiro de construção, estaleiro de manutenção e base naval construídos.
- Principais Entregas em 2022: conclusão das obras dos centros integrados de controle, dos edifícios administrativos dos submarinos convencionais e do almoxarifado da manutenção.

PROGRAMA NUCLEAR DA MARINHA:

- Produto final: Laboratório de geração de energia nucleoelétrica (Labgene), Unidade piloto de hexafluoreto de urânio (Usexa), Laboratório de enriquecimento isotópico (LEI) e Laboratório de materiais nucleares (Labmat).
- Principais Entregas até 2022: desenvolvimento da tecnologia de enriquecimento isotópico e da infraestrutura do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP).
- Principais Entregas em 2022: foram entregues parte da estrutura do casco de contenção do reator do Labgene e componentes metálicos e cerâmicos para a fabricação do Elemento Combustível do LABGENE e foram concluídas as obras civis de acabamento dos prédios do Reator e da Turbina.

Geração de empregos:

23.217 empregos diretos

44.669 empregos indiretos

Projetos estratégicos sob responsabilidade do Comando do Exército

PROJETO ESTRATÉGICO	INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO		VALORES (R$ MILHÕES)		EXECUÇÃO FÍSICA (%)	
		INICIAL	EM DEZ/2022				
Projeto Forças Blindadas (antigo Programa Guarani)	2012	2040	2040	Total do projeto:	30.585,2	Realizada:	29,6
				Pago até 31/12/2022:	3.259,6	A realizar:	70,4
				LOA 2022:	642,5		
				Dotação 2022:	789,4		
Projeto Astros	2011	2019	2031	Total do projeto:	2.435,0	Realizada:	58,6
				Pago até 31/12/2022:	1.427,6	A realizar:	41,4
				LOA 2022:	122,2		
				Dotação 2022:	50,4		
Projeto SISFRON	2012	2035	2039	Total do projeto:	11.992,0	Realizada:	19,4
				Pago até 31/12/2022:	2.325,5	A realizar:	80,6
				LOA 2022:	431,01		
				Dotação 2022:	386,1		

Fonte: Comando do Exército

FORÇAS BLINDADAS:

– Produto final: 2.096 viaturas blindadas
– Principais entregas até 2022: 626 viaturas entregues (621 pagas), sendo 589 Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal Médias de Rodas (VBTP-MR Guarani 6x6) e 32 Viaturas Blindadas Multitarefas Leves sobre Rodas (VBMT-LR Guarani 4x4).
– Principais Entregas em 2022: foram entregues 90 viaturas, sendo 17 4X4 e 73 6x6.

ASTROS:

– Produto final: implantação de 100% do Sistema Estratégico de Artilharia de longo alcance, com capacidade de lançar foguetes guiados e mísseis até 300 km.
– Principais entregas até 2022: modernização de 38 viaturas modelo MK3-M e aquisição de 45 viaturas no padrão MK-6.

SISFRON:

– Produto final: implantação de 100% do sistema integrado de sensoriamento, apoio à decisão e à operação, composto, entre outros meios, de: sistemas de sensoriamento portáteis

ou instalados em plataformas de superfície, aéreas e orbitais; sistemas de comunicações; sistemas de tecnologia da informação; simuladores; e sistemas operacionais de defesa.

- Principais entregas até 2022: conclusão de 100% do Projeto Piloto do SISFRON (4ª Brigada de Cavalaria Mecânica), em MS.
- Principais Entregas em 2022: prosseguimento da implantação dos Módulos Especiais de Fronteira na área do Comando Militar da Amazônia e da implantação do SISFRON na 13ª Brigada de Infantaria Motorizada (MT) e na 18ª Brigada de Infantaria de Pantanal (MS).

Geração de empregos: **13.897** empregos diretos
13.541 empregos indiretos
26.404 empregos induzidos

Projetos estratégicos sob responsabilidade do Comando da Aeronáutica

PROJETO ESTRATÉGICO	INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO		VALORES (R$ MILHÕES)		EXECUÇÃO FÍSICA (%)	
		INICIAL	EM DEZ/2022				
Projeto FX-2	2014	2024	2028	Total do projeto:	24.225,8	Realizada:	8,3
				Pago até 31/12/2022:	10.559,0	A realizar:	91,7
				LOA 2022:	1.213,2		
				Dotação 2022:	1.455,8		
Projeto KC-X	2009	2018	2023	Total do projeto:	5.852,6	Realizada:	99,9
				Pago até 31/12/2022:	5.575,7	A realizar:	0,1
				LOA 2022:	300,8		
				Dotação 2022:	133,7		
Projeto KC-390	2014	2026	2035	Total do projeto:	17.015,0	Realizada:	26,3
				Pago até 31/12/2022:	3.666,0	A realizar:	73,7
				LOA 2022:	465,9		
				Dotação 2022:	559,1		

Fonte: Comando da Aeronáutica

Sgt Müller Marin / Força Aérea Brasileira

FX-2:

- Produto final: 36 aeronaves de caça multiemprego adquiridas, armamentos, simuladores de voo, logística inicial, transferência de tecnologia, serviços de suporte logístico contratados, serviços de integração de sistemas e armamentos.
- Principais entregas até 2022: voo inaugural do modelo brasileiro na Suécia e realização do evento "Apresentação das primeiras aeronaves F-39 Gripen".
- Principais entregas em 2022: recebimento de três aeronaves. A diferença entre as metas de execução física e financeira do projeto F-X2 é decorrente dos custos envolvidos no desenvolvimento da plataforma. O indicador da meta financeira é calculado diretamente pela relação do que já foi efetivamente pago pelo projeto e seu custo total. Já a meta física é calculada pelo número de aeronaves efetivamente entregues à FAB. Desse modo, as metas física e financeira convergirão apenas na conclusão do projeto.

KC-X (desenvolvimento):

– Produto final: 100% da aeronave de transporte militar e reabastecimento em voo, desenvolvida e certificada.
– Principais entregas até 2022: Realização de campanhas de ensaio.

KC-390 (aquisição):

– Produto final: 19 aeronaves de transporte militar e reabastecimento em voo.
– Principais entregas em 2022: 1 aeronave.

Geração de empregos:	FX-2: **20.000** empregos diretos e indiretos KC-X/KC-390: **6.100** empregos diretos e **6.100** indiretos

Projetos estratégicos sob coordenação do EMCFA

PROJETO ESTRATÉGICO	INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO		VALORES (R$ MILHÕES)		EXECUÇÃO FÍSICA (%)	
		INICIAL	EM DEZ/2022				
Helicópteros H-X BR	2008	2023	2026	Total do projeto:	7.307,0	Realizada:	89,4
				Pago até 31/12/2022:	6.344,1	A realizar:	10,6
				LOA 2022:	257,5		
				Dotação 2022:	289,1		
Comando e Controle	2021	2026	2026	Total do projeto:	270,2	Realizada:	57,1
				Pago até 31/12/2022:	35,3	A realizar:	42,9
				LOA 2022:	56,6		
				Dotação 2022:	37,7		
Projeto TH-X	2020	2028	2028	Total do projeto:	578,9	Realizada:	0
				Pago até 31/12/2022:	81,3	A realizar:	100
				LOA 2022:	89,3		
				Dotação 2022:	89,3		

Fonte: EMCFA

H-X BR

– Produto final: 47 helicópteros de médio porte de emprego geral, com a seguinte destinação: 14 para a MB; 15 para o EB; e 18 para a FAB, sendo 2 delas para Grupo de Transporte Especial, em apoio à Presidência da República.
– Principais Entregas até 2022: 42 helicópteros.
– Principais entregas em 2022: 2 helicópteros.

COMANDO E CONTROLE

– Produto final: desenvolvimento e/ou aquisição de sistemas, ferramentas e equipamentos integrados e interoperáveis de comunicações, comando e controle.
– Principais entregas até 2022:
  · integração de aeronave ao sistema e segmento de solo (Projeto Link BR2);
  · Terminal Integrado de Dados em alta frequência - TID-HF (etapa 1);
  · modernização da Rede Operacional de Defesa(ROD);

- · manutenção do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²);
- · Sistema Tático de Enlace da Dados em Radiopropagação Naval (STERNA).

– Principais entregas em 2022:

- · Terminal Integrado de Dados em alta frequência (TID-HF. Etapas 2 e 3) e transferência de tecnologia; e
- · 2ª versão veicular do Rádio Definido por *Software* (RDS).

PROJETO TH-X

– Produto final: 27 helicópteros leves, sendo 15 para a Marinha do Brasil (MB) e 12 para a Força Aérea Brasileira (FAB).

– Principais entregas em 2022: Realização da *Kick-off Meeting* do Projeto. No caso do Projeto TH-X, o desembolso efetuado corresponde à etapa de pagamento inicial do projeto (*downpayment*).

Geração de empregos: 627 diretos e 394 indiretos.

PROGRAMA DE DEFESA CIBERNÉTICA NA DEFESA NACIONAL

Além dos projetos que compõem o Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa do MD, vale destacar o Programa de Defesa Cibernética na Defesa Nacional, sob responsabilidade do EMCFA, em face de sua relevância para a construção de capacidades para a Defesa.

Esse Projeto tem por objetivo dotar o Ministério da Defesa (MD) e as Forças Armadas (FA) da estrutura de defesa necessária para desenvolver eficazmente todo o espectro das ações cibernéticas, possibilitando atuar com liberdade de ação no espaço cibernético de interesse da Defesa Nacional e negando essa possibilidade aos oponentes.

PROJETO ESTRATÉGICO	INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO		VALORES (R$ MILHÕES)		EXECUÇÃO FÍSICA (%)	
		INICIAL	EM DEZ/2022				
Programa de Defesa Cibernética na Defesa Nacional	2015	2035	2035	Total do projeto:	3.278,7	Realizada:	4,3
				Pago até 31/12/2022:	17,3	A realizar:	95,7
				LOA 2022:	84,5		
				Dotação 2022:	72,8		

Fonte: EMCFA

– Produto final: Sistema de Defesa Cibernética estruturado para atuar no espaço cibernético, de forma confiável e com liberdade de ação, para proteção e defesa de ações e/ou ataques cibernéticos.

- – Principais entregas até 2022: Base Normativa para avaliação de sistemas cibernéticos de defesa e requisitos para estruturação de um observatório de defesa cibernética, concepção geral do Sistema Militar de Defesa Cibernética (SMDC), integração do observatório de defesa cibernética ao Observatório Militar da Praia Vermelha, realização do Exercício Guardião Cibernético 3.0 (Simulação de proteção de infraestruturas críticas estratégicas) e serviços de certificação digital para proteção cibernética e de ampliação da capacidade cibernética da Defesa Nacional.
- – Principais entregas em 2022: contratação da implementação integrada do Centro de Operações de Defesa Cibernética (COpDCiber-1a fase).

Geração de empregos:
3.401 empregos diretos
5.035 empregos indiretos
18.353 empregos induzidos

DETALHAMENTO DAS OPERAÇÕES MILITARES REALIZADAS

As Atividades Operacionais gerenciadas pelo EMCFA são formadas pelos Adestramentos Conjuntos, pelos Exercícios Conjuntos e Combinados e pelas Operações Conjuntas e Interagências. Os Adestramentos Conjuntos capacitam militares em atividades operacionais específicas e na aplicação de técnicas, táticas e procedimentos. Os Exercícios Conjuntos e Combinados preparam militares para o desempenho de atividades nas estruturas de Estado-Maior (EM), na aplicação de processos de comando e controle e tomada de decisões e, ainda, na formação e no aprimoramento de capacidades relacionadas às defesas biológica, química, nuclear e radiológica. As Operações Conjuntas e Interagências expressam a aplicação integrada do poder militar, em coordenação com agências governamentais na fronteira e no enfrentamento aos crimes transfronteiriços, entre outras ações.

Ao apoiar o planejamento e a realização de adestramentos e operações, o Sistema de Planejamento Operacional Militar, coordenado pelo EMCFA/MD, realiza o trâmite automático de dados e informações para ampliação da consciência situacional em proveito de um melhor processo planejamento e tomada de decisões nos níveis Estratégico e Operacional, o que contribui para interoperabilidade entre os Sistemas de Apoio à Decisão do Ministério da Defesa e das Forças Singulares.

Adestramentos nacionais e internacionais (singulares e conjuntos)

Adestramentos conjuntos específicos

Em 2022, em território nacional, ocorreram 12 adestramentos:

1) Qualificação Operacional de Pouso das Aeronaves H225M a Bordo de Navio da Esquadra - coordenado pela MB, consistiu na qualificação de pilotos do EB e da FAB para pouso a bordo de navios da Marinha, em continuação ao esforço iniciado em 2018. Ocorreu de 04 a 09 de abril, em área marítima próxima ao Estado do Rio de Janeiro, com a participação de 4 pilotos e 10 mecânicos de voo de cada Força;

2) Emprego Combinado de Armas FORMOSA 2022 - conduzido pela MB, promoveu a atualização e o nivelamento conjunto sobre as Táticas, Técnicas e Procedimentos de Coordenação de Fogos e Controle do Espaço Aéreo. Ocorreu de 06 a 10 de agosto, em Formosa/GO, com a participação de 16 militares de cada Força;

3) Adestramento Conjunto Específico de Salto Livre Operacional - coordenado pela MB, promoveu a atualização e o nivelamento conjunto na execução das correspondentes operações. Ocorreu de 28 de março a 08 de abril, em São Pedro da Aldeia/RJ, com a participação de aproximadamente 50 militares das 3 Forças;

4) Atiradores de Precisão de Operações Especiais - coordenado pela MB, promoveu a atualização e o nivelamento conjunto na execução de operações que envolvem a realização de tiro de precisão. Ocorreu de 10 a 21 de outubro, no Rio de Janeiro/RJ, com a participação de 26 militares das 3 Forças;

5) Desativação de Artefatos Explosivos em Área Urbana - coordenado pela MB, atualizou e nivelou os conhecimentos sobre as Táticas, Técnicas e Procedimentos de Desativação de Artefatos Explosivos. Ocorreu de 07 a 09 de novembro, em Duque de Caxias/RJ, com a participação de 12 militares de cada Força;

6) Engenharia de Combate - coordenado pela MB, possibilitou o conhecimento sobre as capacidades disponíveis de cada FS e o compartilhamento de boas práticas. Ocorreu de 09 a 11 de novembro, em Duque de Caxias/RJ, com a participação de aproximadamente 80 militares das 3 Forças;

7) Coordenação de Fogos no Teatro de Operações - coordenado pelo EB, possibilitou o adestramento dos EM das FS na coordenação do espaço aéreo dentro do Teatro de Operações, empregando sistemas de simulação e tropas no terreno. Ocorreu de 17 a 22 de julho, em Formosa/GO, com a participação de aproximadamente 30 militares das 3 Forças;

8) Comando e Controle e Guerra Eletrônica - coordenado pelo EB, promoveu a atualização e o nivelamento conjunto sobre as correspondentes Táticas, Técnicas e Procedimentos. Ocorreu de 23 de novembro a 01 de dezembro, em Brasília/DF, com a participação de 48 militares das 3 Forças;

9) Planejamento de Operações Especiais - coordenado pelo EB, promoveu a atualização e o nivelamento conjunto sobre as Táticas, Técnicas e Procedimentos de Planejamento de Operações Especiais. Ocorreu de 24 de julho a 04 de agosto, em Goiânia/GO, com a participação de 27 militares das 3 Forças;

10) Voo de helicóptero empregando Óculos de Visão Noturna em Operações de Guerra - coordenado pelo EB, promoveu a atualização e o nivelamento conjunto sobre as correspondentes Táticas, Técnicas e Procedimentos. Ocorreu de 04 a 15 de julho, em Taubaté/SP, com a participação de 27 militares das 3 Forças;

11) Formação operacional de Guia Aéreo Avançado (GAA) - Exercício Conjunto NUNTIUS - coordenado pela FAB, promoveu a formação de militares das Forças em manutenção operacional das equipagens, a fim de permitir o emprego nas ações de Apoio Aéreo Aproximado, Guiamento Aéreo Avançado e Controle Aéreo Avançado. Ocorreu de 19 de setembro a 08 de outubro, em Campo Grande/MS, com a participação de 12 militares das 3 Forças; e

12) Manutenção Operacional dos GAA - Exercício Conjunto TÁPIO - coordenado pela FAB, promoveu o adestramento em ações de Força Aérea, dentre as quais o Apoio Aéreo Aproximado, o Guiamento Aéreo Avançado, a Infiltração Aérea, a Exfiltração Aérea, o Reconhecimento Especial, a Ação Direta e a Busca e Salvamento em Combate, além de adestramento específico em Atendimento Pré-Hospitalar Tático. Ocorreu de 15 de agosto a 02 de setembro, em Campo Grande/MS, com a participação de aproximadamente 60 militares das 3 Forças.

Exercício PANAMAX

O Exercício Multinacional PANAMAX teve como objetivo a proteção do Canal do Panamá e envolveu a capacitação de Força de Segurança Multinacional para resposta às ameaças à livre navegação no referido canal. Em agosto de 2022, cerca de 30 militares das três Forças Singulares participaram, o que permitiu angariar experiência na condução e execução de Exercícios Combinados. O Exército Brasileiro figurou como Comandante da Força Terrestre Componente.

Capacitação para Operações de Paz

Para atender a requisitos para Operações de Paz das Nações Unidas, o Brasil conta com as ações do Centro de Operações de Paz de Caráter Naval (COpPazNav) e do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), ambas as instituições internacionalmente reconhecidas pelo alto padrão de preparo de militares, policiais e civis para Operações de Paz e que capacitaram, ao longo de 2022, cerca de 3.000 (três mil) indivíduos com atividades presenciais em centros de instrução ou por meio de equipes móveis.

Em função de compromisso assumido, em 2021, durante a Reunião Ministerial de Operações de Manutenção da Paz promovida pela Organização das Nações Unidas, em Seul, Coreia do Sul, foram oferecidos cursos no Brasil e foram enviadas equipes de treinamento ao exterior. Tais iniciativas contribuíram na preparação de militares de países amigos nas áreas de Engenharia Militar, Desminagem Humanitária, Proteção de Civis, Força-Tarefa Marítima, Operações Ribeirinhas e Inteligência Militar. Militares femininas e conselheiras de gênero receberam treinamentos específicos para atuarem em Missões de Paz das Nações Unidas. Sete cursos foram realizados em centros brasileiros (COpPazNav e CCOPAB) e foram desdobradas duas equipes móveis de treinamento no Paraguai. No total, foram contemplados 28 países e 95 alunos. Esse resultado contribuiu para manutenção da credibilidade do Brasil junto à comunidade internacional no preparo de pessoal capacitado para emprego em Operações de Manutenção da Paz.

Fonte: Subchefia de Operações Internacionais (SC4)

Exercício Multidimensional, Conjunto e Combinado Viking 22

O Viking 22 foi um exercício para operações de paz mundial e resposta a crises internacionais, conduzido pelo Ministério da Defesa da Suécia, em parceria com o Departamento de Defesa dos Estados Unidos.

A nona edição da atividade, realizada com o objetivo de preparar civis, militares e policiais para missões de paz, ocorreu entre 28 de março e 7 de abril, com cerca de 1.750 pessoas, desde militares das Forças Armadas e Auxiliares até representantes da sociedade civil, de mais de 40 países. A ação contou com a participação da Organização das Nações Unidas, da Organização do Tratado do Atlântico Norte e da União Europeia.

Em 2022, o evento contou com o Sítio Brasil, um Posto de Comando Central em Brasília, com computadores conectados em rede e distribuídos remotamente. Ao todo, a atividade contou com 276 participantes, conforme ilustrado:

Exercícios de Defesa Química, em prol da Organização para Proibição de Armas Químicas

O 1º Exercício de Aspectos Médicos de Assistência e Proteção contra Armas Químicas (EXBRAMED) e o Exercício Regional em Assistência e Proteção para Estados Partes da Comunidade de Língua Portuguesa (EXBRALP) buscaram compartilhar conhecimentos sobre o assunto, aproveitando a experiência brasileira em grandes eventos nacionais e reforçando a posição de referência na qualificação de respondedores contra agentes químicos. Ambos os eventos são demandados pela Organização para a Proibição de Armas Químicas.

No Rio de Janeiro, de 23 a 27 de maio, o EXBRAMED envolveu a participação de 23 alunos, civis e militares, de doze países do Grupo da América Latina e do Caribe: Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Panamá, Peru, República Dominicana e Uruguai.

De 22 a 26 de agosto, no Rio de Janeiro, o EXBRALP contou com a participação de 25 alunos, civis e militares, de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Portugal. As instruções incluíram Monitoramento de Agentes Químicos de Guerra, Uso de Equipamentos de Proteção Individual e Descontaminação, além de Demonstração e Prática de Resposta Integrada e Comando e Controle aplicados às situações de risco e emergências químicas.

Exercícios de Proteção de Emergência Nuclear

a) Exercício Geral de Resposta Integrada à Emergência e Segurança Física na Fábrica de Combustível Nuclear/Indústria Nuclear do Brasil: conforme planejamento do Comitê de Proteção de Emergência Nuclear de Resende e com o objetivo de nivelar e atualizar os conhecimentos de seus integrantes, foram realizados, no período de 26 a 30 de setembro, exercícios de resposta com a participação de aproximadamente de 120 militares das três FS; e

b) Exercício Parcial de Emergência Nuclear da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - conforme orientação do Comitê de Planejamento de Resposta a Situações de Emergência Nuclear de Angra dos Reis e com o propósito de aperfeiçoar planos e procedimentos, além de treinar a estrutura de resposta, foi realizado no período de 24 a 28 de outubro. Envolveu a participação de um Estado-Maior Conjunto, coordenado pelo MD, com efetivo militar de 50 militares das três FS. Tratou-se de um adestramento na carta, tipo *Table Top Exercise*, com a existência de uma Direção do Exercício simulando a resposta das tropas especializadas no terreno, além da ação decorrente de outras Instituições.

As atividades realizadas atenderam às demandas do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro, notadamente no que se refere a assegurar o planejamento integrado e a coordenar a ação conjunta e a execução de providências que visem a atender às necessidades de segurança das atividades, das instalações e dos projetos nucleares brasileiros, particularmente do pessoal empregado, da população e do meio ambiente.

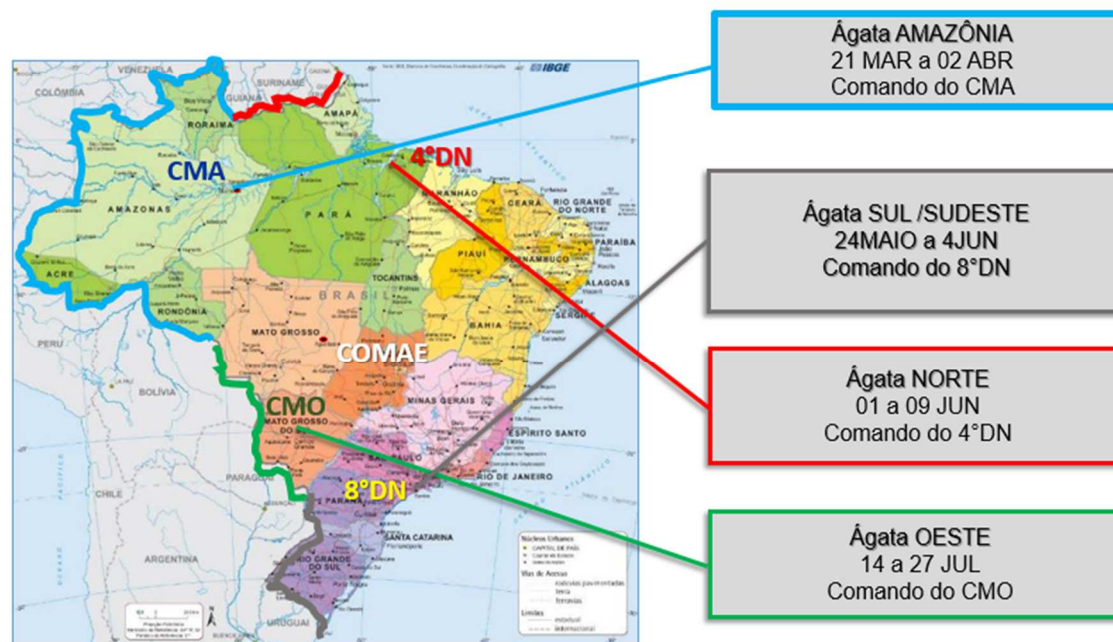
Operações ÁGATA

As Operações ÁGATA são coordenadas pelo MD, por meio da MB, do EB e da FAB, com a participação de órgãos de segurança e de fiscalização pública federais, estaduais e municipais. Destinam-se ao combate a crimes transfronteiriços, coma intensificação da presença do Estado nas áreas de fronteira e a integração com outros órgãos e organizações da sociedade civil, bem como da cooperação técnica e logística entre os partícipes, de modo a otimizar as ações contra os ilícitos transfronteiriços e ambientais.

As Forças Armadas auxiliam a segurança pública no estabelecimento de postos de bloqueio, no controle de rios e estradas, em revistas de pessoas, embarcações, veículos e aeronaves e na execução de patrulhas fluviais, terrestres e aéreas.

No ano de 2022, foram realizadas mais de 610 operações singulares Ágata (quando somente uma das Forças Armadas participa) e 04 operações conjuntas Ágata e foram executadas 3.729 patrulhas, mais de 140 mil revistas e vistorias, 429 inspeções de aeronaves e 433 interceptações de aeronaves.

APREENSÕES E PRISÕES	TOTAL
Cocaína	8.572 Kg
Maconha	16.324 Kg
Skank	3.792 Kg
Armamentos	78 Un
Munição	905 Un
Embarcações	255 Un
Veículos	134 Un
Aeronaves	285 Un
Minério	202.000 T
Cigarros	830,530 Pct
Madeira	2.885 m^3
Pescados/Carnes	142 T
Prisões	215
Dinheiro	R$ 813.627
Combustível	1.200 L

OPERAÇÕES CONJUNTAS ÁGATA 2022

Missões Internacionais

As ações do MD ocorrem por meio de missões de paz, parcerias com órgãos federais, cooperações internacionais, acordos bilaterais e participação do Brasil em fóruns internacionais multilaterais, entre outros.

Em 2022, o Brasil marcou presença em 9 missões sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), das quais 7 de manutenção da paz (peacekeeping) e 2 relacionadas a política e construção da paz (peacebuilding). Nessas missões, foram empregados 86 militares das Forças Armadas e policiais brasileiros no Sudão do Sul, República Democrática do Congo, Chipre, Líbano, República Centro Africana, Sudão, Saara Ocidental e Somália. Registra-se que a participação feminina em tropas empregadas tem sido incrementada. Também houve participação em ações que envolveram a desminagem humanitária e a segurança de representações diplomáticas do País no exterior, com 143 militares envolvidos nessas atividades.

Além disso, as Forças Armadas brasileiras coordenaram a manutenção, no sistema de prontidão de capacidades de Operações de Paz das Nações Unidas, de 17 capacidades ofertadas com o apoio de Unidades Aéreas, Forças de Reação Rápida, Batalhão de Infantaria, Hospital de Campanha, entre outros.

Fonte: Subchefia de Operações Internacionais (SC4).

Garantia da Votação e Apuração (GVA) e apoio logístico às Eleições 2022

Em atendimento às solicitações do Tribunal Superior Eleitoral, meios e efetivos consideráveis foram empregados, em ambos os turnos das eleições de 2022, sem ocorrência de vulto ou acidente. O MD coordenou a atuação das Forças Armadas na segurança e na logística das eleições. As tropas trabalharam em conjunto para garantir que os cidadãos exercessem o direito de voto, especialmente em lugares mais remotos, como comunidades rurais, indígenas e ribeirinhas

No primeiro turno, foram transportadas 578 urnas para 121 municípios de 9 Estados da Federação e foram realizadas 458 ações de segurança em 9.282 locais de votação, em 458 municípios de 11 Estados da Federação. No total, foram empregados 27.015 militares, 2.183 viaturas, 440 aeronaves e mais de 110 navios/embarcações. No segundo turno, foram transportadas 360 urnas para 119 localidades de 9 Estados da Federação e foram realizadas ações de segurança em 12.561 locais de votação em 449 municípios de 11 Estados da Federação que empregaram 24.996 militares, 2.350 viaturas, 35 aeronaves e mais de 120 navios/embarcações.

Júlio Campos / Ministério da Defesa

Entrega de urnas eletrônicas em locais remotos com apoio das Forças Armadas.

Operação REPATRIAÇÃO

Em articulação com o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Ministério da Infraestrutura, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério da Saúde, o MD coordenou o emprego de uma aeronave KC-390 e uma C-99, no período de 7 a 10 de março, para repatriação de brasileiros presentes na Ucrânia. Foram transportados em segurança 43 brasileiros (12 menores), 19 ucranianos (3 menores), 5 argentinos (1 menor), 1 colombiano e 10 animais de estimação.

Sgt Figueira / Força Aérea Brasileira

Míssil Antinavio de Superfície (MANSUP)

Realizada no dia 20 de setembro de 2022, na região ao sul de Cabo Frio (RJ), a operação teve por finalidade o quarto lançamento do Míssil Antinavio de Superfície (MANSUP), marcou o início de sua fase de qualificação, e possibilitou testar alguns subsistemas já em sua versão final de produção.

O projeto foi iniciado pela Marinha do Brasil em 2011, com tecnologia exclusivamente brasileira, e, agora, após sua a execução, encontra-se em fase de testes para que possa ser utilizado na Força Naval e comercializado para outros países, fomentando a Base Industrial de Defesa (BID). A construção é resultado de uma parceria feita com empresas nacionais e, até o momento, já foram feitos quatro lançamentos, todos para avaliar o funcionamento do dispositivo, coletar dados e efetuar melhorias. A operação contou com um efetivo de 421 militares, 2 fragatas e 2 helicópteros.

Após a conclusão do projeto, o MANSUP permitirá à Marinha contar com um armamento eficaz no prazo e na quantidade que se fizerem necessários, e que contribuirá para a defesa dos interesses nacionais e da nossa soberania na Amazônia Azul.

Operação BRACOLPER

Conduzida pelas Marinhas de Brasil (MB), Colômbia e Peru, desde 1974, no intuito de realizar exercícios táticos voltados à proteção da tríplice fronteira e a aprofundar a confiança mútua e a interoperabilidade entre as Forças Navais participantes. Em 2022, a operação foi dividida em três fases, sendo a última realizada no Estado do Amazonas, nos Rios Solimões e Negro, no mês de setembro, por ocasião da comemoração dos 200 anos da Independência do Brasil. Ao todo, foram empregados mais de 400 militares dos três países na operação, tendo a MB participado com um efetivo de 250 militares, 9 meios navais e 1 aeronaval.

Exercício Multinacional GRAND AFRICAN NEMO 2022

Realizada no período de 7 a 19 de outubro de 2022, no continente africano, com o propósito de fortalecer a segurança marítima da região do Atlântico Sul, em especial quanto à prática de pirataria e tráfico de ilícitos, bem como de combater a prática de crimes transfronteiriços e ambientais. O exercício multinacional contou com 124 militares e 1 Navio Patrulha Oceânico da Marinha do Brasil, e contribuiu para a segurança das nossas fronteiras marítimas, a preservação da biodiversidade marinha e o incremento da troca de informações com os países do entorno estratégico, em prol do monitoramento do Atlântico Sul.

Operação ACRUX

Foi realizada no período de 31 de julho a 16 de setembro de 2022, a ACRUX, maior operação ribeirinha multinacional, teve como objetivo executar Operações Ribeirinhas Combinadas (ORC) entre unidades da Armada da República Argentina, da República da Bolívia, da Marinha do Brasil (MB), da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, a fim de promover a interoperabilidade e elevar o nível de adestramento dos meios envolvidos. Realizada na hidrovia Paraguai-Paraná, contou com um efetivo de 192 militares, 2 navios e 1 aeronave.

A operação contribui para o fortalecimento da imagem da MB junto à população dos países envolvidos, estreitamento da interoperabilidade entre as Marinhas participantes e aumento de segurança para as populações ribeirinhas, devido à ação de presença realizada.

Exercício OBANGAME EXPRESS 2022

Realizada em março de 2022, na área marítima entre o Rio de Janeiro/RJ, Walvis Bay, Luanda, Libreville e Recife/PE, com a participação das Marinhas da Namíbia, Angola, Congo e República Democrática do Congo, com vistas ao estreitamento de laços com os países participantes e a promoção da interoperabilidade e da proficiência regional marítima, de modo a incrementar a segurança e conter a pirataria e as atividades ilícitas naquela região. Durante os exercícios foram gerados cenários simulados de suspeitas de atividades de pesca ilegal, imigração ilegal, tráfico de drogas e de armas, pirataria, contrabando, sequestro e roubo armado. A MB participou com 118 militares, incluídos um Destacamento de Mergulhadores de Combate e 1 Navio-Patrulha Oceânico.

A presença brasileira nesta operação contribui para a segurança marítima da região e, sobretudo, fortalece a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, consolidando o Brasil como ator regional relevante e influente em nosso entorno estratégico.Defesa aérea (Operação Brasil)

Ações realizadas pela Força Aérea Brasileira (FAB) em todo o território nacional, ao longo do ano, com o objetivo de cumprir as Tarefas de Controle Aeroespacial (CAepc), de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (IVR), de Sustentação ao Combate (SC), de Proteção das Forças (PF) e de Apoio às Ações de Estado. Merecem destaque:

- 385 interceptações para aplicação das Medidas de Policiamento junto a aeronaves que apresentaram algum tipo de comportamento suspeito no Espaço Aéreo Brasileiro (aeronaves da aviação de caça e de reconhecimento).
- Ações de Vigilância e Reconhecimento (IVR), para obtenção de informações sobre linhas de fronteira, terras indígenas e áreas de proteção ambiental (aeronaves de ataque, de patrulha marítima e de Reconhecimento).
- Operações de Busca e Salvamento: foram cumpridas 127 missões, sobre a terra e sobre o mar (aeronaves H-36, H-60, KC-130, P-3AM, P-95BM e SC-105).
- Patrulha Marítima (PATMAR): foram realizadas 118 missões com ações previamente planejadas e desenvolvidas em conjunto com a Marinha do Brasil, nas quais as aeronaves são utilizadas para fazer monitoramento do litoral, com vistas a detecção, localização e identificação de embarcações suspeitas de ilícitos (aeronaves P-3AM e P-95BM).
- Transporte aerologístico para apoio a ações de Estado: realizadas ao longo de todo o ano, em todas as regiões do território nacional, em apoio a organizações militares e a órgãos e agências da esfera federal para transporte de: equipes de segurança; alimentos; medicamentos e vacinas para brasileiros que habitam áreas isoladas; resgate de cidadãos brasileiros; e apoio a operações humanitárias, principalmente devido a desastres naturais.

Exercício Conjunto Escudo-Tínia 2022

O Exercício Conjunto Escudo-Tínia 2022 teve por finalidade adestrar as unidades aéreas no cumprimento de ações de força aérea em um cenário tático, fictício, dinâmico, complexo e com um objetivo a ser atingido: defender a soberania do espaço aéreo e atacar o território inimigo, em uma simulação de guerra convencional.

As atividades aéreas e terrestres ocorreram nas Bases Aéreas de Canoas (BACO) e Santa Maria (BASM), além de nas cidades gaúchas de Santana da Boa Vista e Caçapava do Sul. Com 1.500 horas de voo, o EXCON Escudo-Tínia 2022 contou com a participação de mais de 800 militares da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e do efetivo de unidades da Força Aérea Brasileira distribuídas por todo o País, bem como mais de 50 aeronaves das aviações de caça, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (IVR), asas rotativas e transporte.

Sgt Müller Marin / Força Aérea Brasileira

Outro aspecto do Exercício foi o acompanhamento em tempo real dos combates aéreos, o chamado *showtime*, em que militares avaliaram cada ação dos pilotos em voo e definiram o andamento das missões. O reabastecimento em voo também foi treinado durante o exercício. O KC-130 Hércules e o KC-390 do Esquadrão Gordo realizaram missões de reabastecimento das aeronaves F5.

Durante a realização do EXCON Escudo-Tínia 2022, aconteceu o treinamento da missão de Defesa Antiaérea. O adestramento envolveu aeronaves e mísseis para defesa de pontos e zonas sensíveis de superfície, de forças terrestres ou navais e interdição de um espaço aéreo condicionado ou em zona de combate.

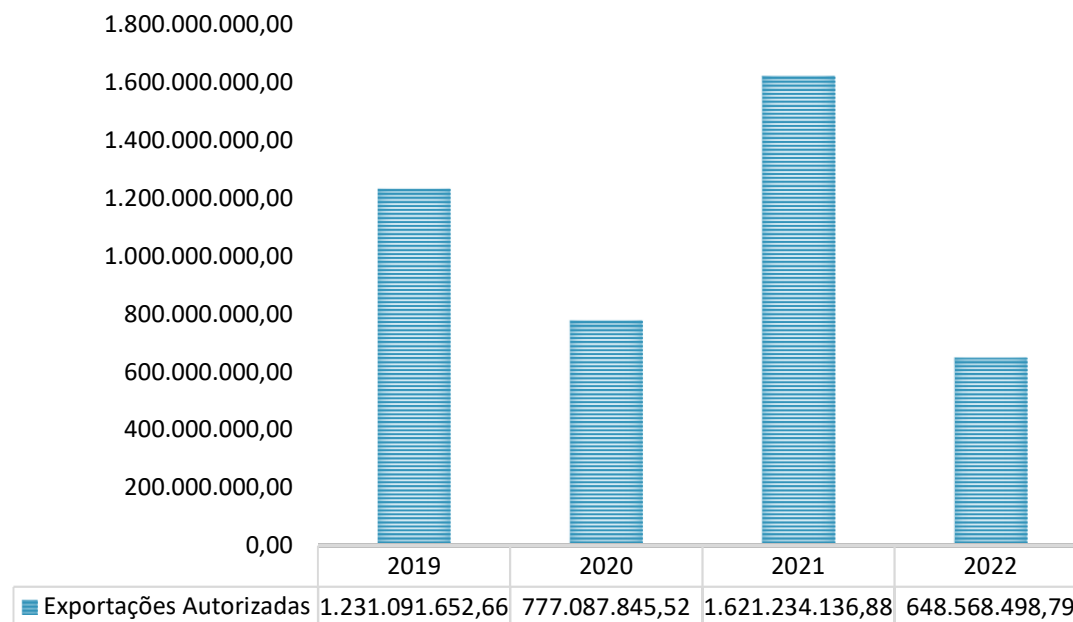
FORTALECIMENTO DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA (BID)

A defesa do País é indissociável de seu desenvolvimento, na medida em que um eventual emprego da expressão militar depende das capacidades disponíveis (infraestruturas, instaladas e potenciais, e capital humano) e, ao mesmo tempo, contribui para o incremento das potencialidades nacionais, inclusive das industriais, e para o aprimoramento de todos os recursos de que dispõe o Estado brasileiro. O fomento a uma indústria nacional de defesa contribui para o crescimento do país, na medida em que gera divisas e empregos diretos e indiretos e desenvolve produtos que serão úteis ao setor civil. Também é imperioso que o aparato de defesa esteja de acordo com as mais avançadas práticas e tecnologias, o que requer uma boa condição de desenvolvimento científico e tecnológico nacional.

Nesse contexto, a defesa do Brasil exige o permanente fortalecimento de sua BID, formada pelo conjunto de organizações estatais e privadas, civis e militares, que realizam ou conduzam, no País, pesquisas, projetos, desenvolvimento, industrialização, produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção de produtos ou sistemas de defesa.

São esses os principais resultados das ações voltadas ao fortalecimento da BID em 2022:

	2019	2020	2021	2022
Exportações Autorizadas	1.231.091.652,66	777.087.845,52	1.621.234.136,88	648.568.498,79

- Apoio a eventos de jornadas empresariais com foco na promoção comercial de produtos de defesa, no país e no exterior, resultando, no ano de 2022, em U$ 648.568.498,79, relativos ao volume de Exportações Autorizadas.
- Instituição da Política Nacional para a Base Industrial de Defesa (PNBID), por meio do Decreto nº 11.169, de 10 de agosto de 2022, com o intuito de orientar a atuação do Poder Executivo no fortalecimento do setor produtivo de bens e serviços de defesa. A PNBID organiza a indústria de defesa brasileira e busca assegurar ao País a autonomia operacional e tecnológica necessária às competências atribuídas às Forças Armadas. Ressalta-se que tal setor produtivo é importante motor de crescimento econômico e gerador de emprego e renda, dadas suas peculiaridades de pessoal altamente qualificado, tecnologias avançadas e elevado efeito sobre outros setores industriais.
- Ampliação, em âmbito nacional, da possibilidade de utilização do Termo de Licitação Especial para a aquisição de Produtos de Defesa (PRODE) e de Produtos Estratégicos de Defesa (PED), com a edição da Portaria GM-MD nº 5.904/2022. A norma permite também, de forma discricionária, que órgãos e entidades possam usar a Central de Compras do Ministério da Economia para padronização das referidas aquisições.
- Dados do Estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) em 2022, indicam que a BID Gera 2,9 milhões de empregos e representa 4,78% do PIB.
- Crescimento em 2022, de cerca de 17,78%, de produtos classificados como Produtos de Defesa (PRODE) e Produtos Estratégicos de Defesa (PED), de 14,11% dos quantitativos de empresas credenciadas como Empresas de Defesas e Empresas Estratégicas de Defesa, e de 20,68 % do quantitativo de empresas habilitadas ao Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa, bem como das que o usufruem.
- Aprovação do Plano Anual de Investimentos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), com a destinação de recursos financeiros na ordem de R$ 489 milhões aos projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação das Forças Armadas (17 projetos contemplados em 2022) e de R$ 670 milhões a projetos de interesse da Defesa.

- Criação da Cartilha para o Exportador de Produtos de Defesa: produzida pelo MD e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tem por finalidade orientar as empresas da BID nos procedimentos, processos e tempos para viabilizar a exportação de produtos de defesa (PRODE) com ou sem o apoio de instituição financeira estabelecida no Brasil. Constitui-se como um dos entregáveis do grupo de trabalho (GT) Defesa, estabelecido no âmbito do Protocolo de Intenções 20.2.037.1, firmado entre o BNDES e a União, por intermédio do MD.
- Entrada em vigor desde 05.05.2022, do Acordo entre Brasil e Governo dos Estados Unidos da América, referente a Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (RDT&E). O instrumento tem por objetivo definir parâmetros aplicados ao início, condução e gerenciamento de atividades de pesquisa, desenvolvimento, teste e avaliação, detalhadas em Acordos de Projeto a serem celebrados pelo MD do Brasil e o Departamento de Defesa dos EUA. Além de permitir ao Brasil e EUA desenvolverem e aperfeiçoarem, sob o prisma tecnológico, suas capacidades militares, facilitará o ingresso de itens produzidos pelo Brasil no mercado norte-americano, e dos 28 países membros da OTAN.
- Implantação do Sistema de Gestão do Conhecimento, que possui uma base de dados com informações sobre competências e capacidades de Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do MD (ICTMD). Além de outros objetivos, visa estimular maior sinergia entre as entidades participantes e os nichos do setor, desde o último dia 16 de janeiro. A iniciativa abrange empresas de base tecnológica, universidades, centros de pesquisa, laboratórios e fundações de apoio à Ciência e Tecnologia. Disponível no link https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/seprod/ciencia-e-tecnologia/ciencia-tecnologia-e-inovacao.

- Celebração de importante Acordo de Cooperação Técnica entre o MD e o Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (Invest Minas), que prevê a criação de mecanismos destinados a viabilizar soluções estratégicas para financiamentos e investimentos voltados à ampliação e fortalecimento da Base Científica, Tecnológica e Industrial de Defesa (BCTID) nacional, entre outros correlatos, sobretudo, que possam contribuir para a criação, no Estado de Minas Gerais, de ambiente para a atração de negócios e de investimentos nos mercados de defesa, segurança e aeroespacial.
- Fomento à interação entre os institutos de pesquisa militares e à interação destes com outras instituições de pesquisa e empresas da BID, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação de interesse da Defesa, por meio da promoção de eventos como reuniões, seminário e workshop.

OUTROS RESULTADOS RELEVANTES NO EIXO DO PROGRAMA 6012

Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE)

O Projeto Lessonia consiste no lançamento de satélites de órbita baixa, dotados de cargas úteis com Sensor Radar de Abertura Sintética (SAR), para a atividade de Sensoriamento Remoto Radar (SRR), com o objetivo de obter produtos de imagem-radar a partir do Sistema Espacial (SE) LESSONIA do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE). Em 2022, foram realizadas as seguintes ações:

- lançamento dos dois dos primeiros satélites SRR do projeto, denominados Carcará I e Carcará II, por meio do foguete Falcon 9, da SpaceX, no Centro Espacial Kennedy, em Cabo Canaveral, nos Estados Unidos (EUA);
- realização, pela empresa ICEYE, de treinamentos para a equipe técnica do Centro de Operações Espaciais (COPE), no contexto do programa de treinamento que permitirá que a constelação de satélites Lessonia-1 seja operada e mantida pelo pessoal habilitado do COPE; e
- entrega de 575 imagens captadas pelo novo sistema, que foram utilizadas em apoio ao combate ao tráfico de drogas e mineração ilegal, para atualização de produtos cartográficos, para determinação da navegabilidade de rios, para visualização de queimadas, para monitoramento de desastres naturais, para vigilância da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e apoio a operações de vigilância e controle das fronteiras, entre outros fins.

Lançamento dos primeiros satélites do projeto Lessonia (Fonte: COMAE/FAB)

Conferência de Ministros de Defesa das Américas

Iniciada em 1995, a Conferência de Ministros de Defesa das Américas (CMDA) é uma reunião política multilateral que fomenta a confiança entre os países do continente americano e, por consequência, promove a manutenção da paz no hemisfério ocidental. Realizada a cada dois anos, a conferência propicia o conhecimento recíproco, a análise, o debate e o intercâmbio de ideias e experiências nos campos de defesa e segurança. Atualmente, a CMDA abrange os Ministérios de Defesa de 34 países das Américas.

Em 2022, pela 2ª vez, o Brasil presidiu o encontro, ocasião em que foi assinada a Declaração Brasília, na qual os países participantes reafirmaram o compromisso com a democracia, a soberania dos Estados Americanos e as normas que regulam o uso da força pelas Forças de Defesa e Segurança, respeitada a soberania de cada um.

Fonte: Subchefia de Organismos Internacionais (SCOI).

Serviço Militar

O Serviço Militar é toda atividade desempenhada por oficiais e praças, por atiradores dos Tiros de Guerra (TG) e por alunos das Escolas de Instrução Militar (EsIM), de forma obrigatória ou voluntária, sob a égide das leis e dos regulamentos das Forças Armadas. A prestação do Serviço Militar está disciplinada na Lei do Serviço Militar e em seu regulamento, o Decreto nº 57.654/1966.

O Serviço Militar Inicial é obrigatório para todos os brasileiros do sexo masculino, que devem se alistar no primeiro semestre do ano em que completam 18 anos de idade, nos termos do Art 143 da Constituição Federal, com período de prestação de serviço durante 12 (doze) meses, em tempo de paz, caso sejam selecionados Mulheres e eclesiásticos estão isentos da referida prestação.

O jovem que ingressa no Serviço Militar Inicial Obrigatório (Marinha, Exército ou Aeronáutica) não seguirá carreira militar, mas poderá solicitar a prorrogação do tempo de serviço a cada 12 (doze) meses, até o limite total de 96 (noventa e seis) meses. Caso deseje seguir carreira militar, poderá prestar concurso para ingresso nas escolas militares.

O alistamento militar é realizado durante o período de 1º de janeiro a 30 de junho, no qual o cidadão convocado realizará o preenchimento do formulário de alistamento militar disponível no sítio eletrônico <https://alistamento.eb.mil.br> e <https://www.gov.br/pt-br/servicos/alistar-se-no-servico-militar-obrigatorio> mediante a inserção do número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) para convalidação dos dados junto à Receita Federal. O cidadão que assim preferir ou aquele que não possuir CPF deverá realizar o alistamento presencialmente em uma Junta de Serviço Militar.

As ações relacionadas à convocação para o Serviço Militar Obrigatório, em âmbito nacional, são da responsabilidade do Ministério da Defesa, que conta com o apoio dos órgãos de direção das Forças Armadas e órgãos regionais de planejamento e, execução e coordenação, constituídos por 9 Distritos Navais, 12 Regiões Militares, 7 Serviços de Recrutamento e Preparo de Pessoal, 21 Órgãos de Formação da Reserva da Marinha, 63 Postos de Recrutamento e Mobilização do Exército, 27 Seções Mobilizadoras da Força Aérea, quase 700 Comissões de Seleção das três Forças Singulares e mais de 5 mil Juntas de Serviço Militar.

Em 2022, mais de 1,43 milhão de brasileiros realizaram o alistamento militar. Foram incorporados às Forças Armadas 77.932 jovens, dos quais 2.045 na área de saúde (Médicos, Dentistas, Farmacêuticos e Veterinários) e 75.887 recrutas.

Além disso, 149.947 reservistas participaram do Exercício de Apresentação da Reserva, que visa a atualizar os dados cadastrais de militares que se afastaram do serviço ativo, praticar o mecanismo da convocação e avaliar a eficiência do Sistema de Mobilização.

Cooperação internacional

A consolidação de confiança mútua, a cooperação e o estreitamento de laços de amizade entre o Brasil e as Nações Amigas, na área de Defesa, é muito importante e é promovida por meio do intercâmbio com países, na busca de aproximações nas áreas militares, de economia de defesa e psicossocial.

Em 2022, foram realizados vários eventos e ações, que reafirmaram a preocupação do Brasil em fomentar a cooperação internacional. Merecem destaque: reuniões de Diálogo Político-Militar na França, no Canadá e na Suécia; reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; e reuniões bilaterais com representantes dos Estados-Maiores Conjuntos de Defesa de França, Egito, Argentina, Estados Unidos da América, México, Suécia, Itália e Reino Unido.

Preparação de militares e civis no campo da defesa nacional

Uma das Ações Estratégicas, previstas na Política Nacional de Defesa, diz respeito à ampliação do envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de defesa nacional. Uma sociedade consciente das atividades desenvolvidas no campo da defesa nacional estará mais preparada para participar e desenvolver as condições necessárias para garantir a soberania do País, sua integridade e a consecução dos objetivos nacionais.

Nesse sentido, o MD, por meio de suas instituições e profissionais de ensino, promoveu vários cursos, seminários e eventos que permitiram a capacitação de cerca de 8.900 participantes, entre militares e civis, em temas relacionados à defesa.

Destacam-se os seguintes programas voltados à preparação de militares e civis:

a) Pró-Defesa IV: parceria entre o MD e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que tem por objetivo fomentar a cooperação entre instituições civis e militares para a implementação de projetos voltados ao ensino, à realização de pesquisas científicas e tecnológicas e à formação de recursos humanos, na área de Defesa Nacional. Em 2022, foram diplomados 12 mestres e 8 doutores por meio desse programa; e

b) PROCAD-DEFESA – fomento à pesquisa, com gestão compartilhada entre o MD e a CAPES, em que Instituições de Ensino e Pesquisa, Militares de Tecnologia, Governamentais e do Setor Produtivo trabalham projetos conjuntos de pesquisa no Brasil e no exterior, com a mesma finalidade do Pró-Defesa. Em 2022, foram diplomados 8 mestres e 8 doutores.

Merecem destaque, ainda, as capacitações para as Operações de Paz promovidas pelo MD, por meio do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e o Centro de Operações de Paz de Caráter Naval (COpPazNav), voltadas à preparação de militares, policiais e civis, brasileiros e estrangeiros. Em 2022, foram realizados 26 cursos, com a participação de 1.423 brasileiros, além de 101 estrangeiros de 26 países. São exemplos de eventos dessa natureza o curso de Operações de Paz para Mulheres e o curso de Manutenção de Equipamentos de Engenharia.

Entre os temas ministrados, vale mencionar: a participação feminina nas tropas; a coordenação civil e militar; a preparação de jornalistas e de assessores de imprensa; as ações contraminas; as operações humanitárias; e a inteligência militar.

Sistema de Geoinformação de Defesa (SisGEODEF)

O Sistema de Geoinformação de Defesa (SisGEODEF) é uma infraestrutura de sistemas que tem por objetivo principal garantir a gestão eficaz da geoinformação de interesse do Ministério da Defesa. O SisGEODEF pretende garantir a interoperabilidade e a governança da geoinformação, inclusive com a integração das bases de dados geoespaciais do MD, das três Forças Singulares e de órgãos de interesse do MD, em apoio ao processo decisório nas Operações Conjuntas e de interesse. Em 2022 foi cumprido o cronograma de implantação estabelecido para o sistema.

O PROGRAMA 6011 – COOPERAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

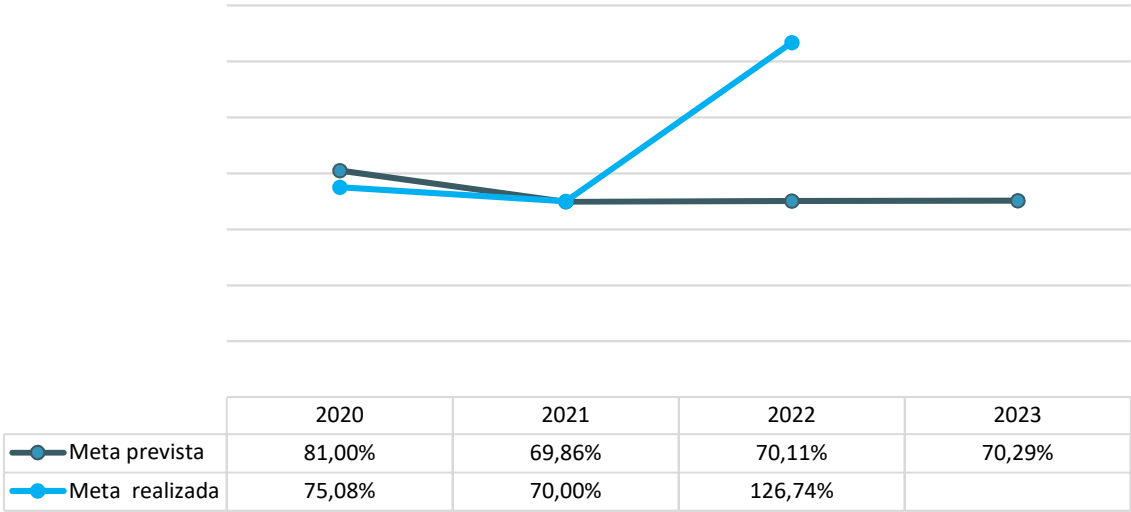
CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

OBJETIVO	META	INDICADOR
Realizar ações de cooperação com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.	Atingir 70,29% de realização das ações de cooperação com o desenvolvimento nacional.	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE COOPERAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL. Apurado pela média aritmética da execução física das ações orçamentárias que financiam o Programa Calha Norte; o Projeto Atleta de alto rendimento; o Programa Forças no Esporte (PROFESP); o Ensino Profissional Marítimo; o Projeto Soldado Cidadão; o Projeto Rondon; e o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM).

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

Em 2022, o Programa apresentou resultados relevantes em função dos arranjos de gestão estabelecidos para contornar restrições orçamentárias. O Índice de realização das ações de cooperação com o desenvolvimento nacional atingiu o patamar de 126,74%, conforme ilustrado no gráfico ao lado.

Evolução do índice de cooperação com a Defesa Nacional

	2020	2021	2022	2023
Meta prevista	81,00%	69,86%	70,11%	70,29%
Meta realizada	75,08%	70,00%	126,74%	

Fonte: SIOP, posição fevereiro de 2023

A meta do Programa Cooperação com o Desenvolvimento Nacional para o exercício de 2022 foi superada em função do bom desempenho na execução das ações orçamentárias que o constituem, conforme demonstrado abaixo:

DESEMPENHO DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	
Projeto Soldado Cidadão:	169,84%
Ações apoiadas pelo Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM):	100%
Projeto Atletas de Alto Rendimento:	74,20%
Projeto Forças no Esporte (PROFESP):	100%
Ensino Profissional Marítimo:	305,49%
Projeto Rondon:	94,05%
Programa Calha Norte:	44%

Para o cálculo da meta do Programa, são consideradas apenas as realizações financiadas com os recursos da Unidade Responsável (UR) consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) e os eventuais créditos e emendas recebidas no exercício pela referida Unidade.

O desempenho acima da média do Projeto Soldado Cidadão deveu-se aos acordos firmados com entidades de capacitação, em especial do chamado Sistema S, que permitiram a contratação de cursos profissionalizantes a custos inferiores à média do mercado nacional.

Os resultados do Ensino Profissional Marítimo podem ser explicados pela ampliação do credenciamento de instituições privadas para ministrar cursos nas modalidade telepresencial e semipresencial.

O Programa Calha Norte registrou as seguintes restrições ao desempenho das ações apoiadas por sua vertente civil: paralisação de obras; reajuste de valores de contratos; insuficiência de recursos; escassez de matéria prima, a falta de equipamentos para aquisição e o aumento significativo de termos aditivos.

RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS DO PROGRAMA 6011

Os resultados intermediários do Programa 6011 foram selecionados dentre os Projetos que compõem o rol de ações do Ministério da Defesa, realizadas em cooperação com o desenvolvimento do país, sobretudo, aquelas que apresentam resultados de maior impacto social.

TÍTULO DO RESULTADO INTERMEDIÁRIO	UNIDADE DE MEDIDA	REGIONALIZAÇÃO	META 2022	
0145 - Qualificação dos jovens incorporados às Forças Armadas (Soldado Cidadão). Projeto Soldado Cidadão: Qualificação profissional dos jovens egressos do Serviço Militar para ingresso no mercado de trabalho.	Unidade	Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste	LINHA DE BASE 2019: PREVISTA: ALCANÇADA:	9.052 4.300 6.235
0146 - Inclusão social de crianças e adolescentes atendidos pelo Projeto Forças no Esporte (PROFESP). PROFESP: Inclusão social de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, com idades entre 6 e 18 anos, com a finalidade de desenvolver valores cívicos, sociais e morais por meio de práticas desportivas e educacionais, durante o contraturno escolar. Projeto João do Pulo (PJP): atendimento de pessoas com deficiência (PcD), priorizando aquelas em estado de vulnerabilidade social.	Unidade	Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso Do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio De Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.	LINHA DE BASE 2019: PREVISTA: ALCANÇADA:	28.000 40.000 19.499
0147 – Universitários capacitados do Projeto Rondon.	Unidade	Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Sergipe, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.	LINHA DE BASE 2019: PREVISTA: ALCANÇADA:	756 484 474

0119 - Formação de aquaviários e portuários pelo Ensino Profissional Marítimo.	Unidade	Nos Estados de Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Sergipe, Bahia, Goiás, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Pernambuco, Amapá, Maranhão, Pará, Piauí, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Tocantins, Paraíba, São Paulo, Paraná, Acre, Rondônia, Roraima e Amazonas.	LINHA DE BASE 2019: 12.058 PREVISTA: 33.046 ALCANÇADA: 19.817

Fonte: SIOP, fevereiro de 2023. (Nota: No cômputo das metas dos resultados intermediários estão incluídos os resultados de todas as unidades executoras, independente da origem do recurso.)

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS METAS INTERMEDIÁRIAS DO PROGRAMA 6011

A despeito do bom desempenho orçamentário das ações que compõem os resultados intermediários do programa (126,74%), apenas a meta física de qualificação dos jovens incorporados às Forças Armadas (Projeto Soldado Cidadão) foi alcançada e superada, em virtude de diversos acordos locais firmados com entidades de capacitação, sobretudo do chamado Sistema "S", que permitiram a contratação de cursos profissionalizantes a custos inferiores à média nacional.

A retomada das atividades do Projeto Forças no Esporte (PROFESP), nas organizações militares de todo o país, tem acontecido de forma gradual depois da Pandemia de Covid 19. Em 2022, o PROFESP/PJP recebeu apenas uma pequena parcela dos recursos necessários para o alcance dos resultados programados, os quais foram destinados exclusivamente à aquisição/fornecimento de alimentação. Apesar disso, o esforço dispendido pelas organizações militares envolvidas e pela coordenação do Projeto, associado às parcerias locais firmadas, possibilitou a alocação dos profissionais para a realização das atividades, entre outros recursos, e permitiu que o PROFESP/PJP atingisse uma eficácia de atendimento de 49% das crianças e adolescentes previstos para o exercício de 2022, não obstante estivessem disponíveis apenas 8% dos recursos orçamentários necessários.

O Projeto Rondon é uma ação interministerial, coordenada pelo MD, destinada a contribuir com o desenvolvimento e o fortalecimento da cidadania nos estudantes universitários, mediante o emprego de soluções sustentáveis para a inclusão social e a redução de desigualdades regionais, em parceria com os governos estaduais e municipais e instituições de ensino superior, públicas e privadas. As atividades do projeto foram retomadas em 2022, após paralisação em razão da pandemia de Covid-19, com a realização de duas operações, que envolveram 474 universitários, provenientes de 10 estados, uma em Minas Gerais, que alcançou 12 municípios, e a outra no Amapá, que abrangeu 11 municípios. Foi atingida 98% da meta prevista para o período, com um grau de satisfação de 96% das comunidades assistidas em relação aos trabalhos desenvolvidos na região.

As ações do Ensino Profissional Marítimo, por sua vez, alcançaram 60% da meta física prevista, dadas as restrições orçamentárias enfrentadas no período, minimizadas por meio da realização de turmas na modalidade de ensino a distância ou semipresencial, que reduzem os custos de capacitação.

PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL

Principais resultados produzidos pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam):

Monitoramento de Eventos Extremos

A plataforma SipamHidro gera boletins e alertas que auxiliam os órgãos públicos na preparação e na mitigação dos impactos de alagamentos e inundações nas cidades ribeirinhas da Amazônia. Os alertas meteorológicos são encaminhados para a Defesa Civil, para subsidiar o planejamento de ações preventivas em cada cidade. Paralelamente, são fornecidas informações meteorológicas para todos os municípios da Amazônia Legal.

Fonte: Censipam.

Em novembro, foram apresentados, no Centro Regional de Belém (PA), a análise e o prognóstico para os principais rios da Amazônia em 2023, no evento Pré-Cheia 2022, cujo objetivo foi auxiliar os órgãos parceiros a se prepararem para o período de cheias, com a adoção das providências necessárias e a expedição de alertas para a população.

No âmbito do SipamHidro, também têm sido realizados mapeamentos aéreos e processamento de imagens com drones.

Monitoramento do Desmatamento

O Amazônia SAR contempla um sistema de monitoramento do desmatamento na Amazônia, o SipamSAR, com utilização de dados de radares de abertura sintética (do inglês Synthetic Aperture Radar – SAR) para detecção da alteração na cobertura vegetal de forma semiautomática, nas principais áreas de pressão antrópica da Amazônia Legal, que são monitoradas de outubro a abril, período de alta densidade de nuvens, o que preenche a lacuna de monitoramento do Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real (DETER), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

No âmbito do SipamSAR têm sido desenvolvidos algoritmos de detecção de mudança, para a geração de alertas de desmatamento em imagens SAR das constelações de satélites “COSMO-SKYMED” e “ICEYE”, e têm sido capacitados os técnicos do Centro Gestor para utilizar as imagens da constelação de satélites “Lessônia”, operada pela Força Aérea Brasileira (FAB).

Atualmente, o maior demandante de imagens SAR do MD é o Censipam, que possui ampla expertise no processamento digital dessas imagens para extração de alvos de interesse e fornece capacitação para os órgãos parceiros.

Com vistas a buscar maior sinergia e coordenação no uso dos meios disponíveis, foram assinados dois Planos de Trabalho com o Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE) da FAB, o primeiro para utilização das antenas multissatelitais do Censipam, de modo a contribuir com a operacionalização da constelação Lessônia, e o segundo para o uso das imagens de satélites adquiridas pelo COMAE.

O sistema de imageamento do Projeto Lessonia utiliza um Sensor Ativo de Detecção capaz de gerar imagens de altíssima resolução, que podem ser obtidas a qualquer hora do dia ou da noite, independentemente das condições meteorológicas, pois o sinal emitido atravessa as nuvens. Dessa forma, é possível o monitoramento continuado de áreas de interesse do Brasil.

Por fim, na busca de aperfeiçoamento do Sistema SipamSAR, o Censipam firmou uma parceria com a Universidade de Brasília (UnB), para melhoria dos algoritmos de detecção já existentes e o desenvolvimento de um software capaz de processar diversas fontes de dados SAR mediante a utilização de técnicas avançadas de inteligência artificial.

Apoio a Operações

O Censipam fornece apoio de pessoal especializado em geointeligência, além de equipamentos e instalações nas fases de planejamento e execução de operações conjuntas, singulares e interagências, realizadas por MD, Forças Armadas (FA) e órgãos de fiscalização ambiental, de segurança pública e de defesa civil.

Em 2022, o Censipam apoiou 99 operações conjuntas, singulares ou interagências. Entre as principais ações apoiadas, destaca-se a Operação Guardiões do Bioma (OGB) – Combate ao Desmatamento.

Merece relevo, também, a atuação do Grupo de Integração para a Proteção da Amazônia (GIPAM), constituído por representantes de diversos órgãos, com o objetivo de analisar diferentes bases de dados provenientes dos órgãos federais e estaduais, imagens de satélites, informações sobre ilícitos ambientais e dados de campo e, assim, produzir alertas priorizados e qualificados sobre desmatamento e garimpo ilegal nas áreas de interesse operacional. A partir daí, são gerados relatórios semanais, com alertas de desmatamento priorizados e qualificados para orientar as ações de campo da operação. Foram produzidos 37 relatórios, com a indicação de 1.298 (mil duzentos e noventa e oito) alertas, equivalentes a uma área total aproximada de 77 mil hectares. Além desses relatórios, o GIPAM promoveu a capacitação de policiais da Força Nacional de Segurança Pública, de policiais militares dos estados da Amazônia Legal, de servidores da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e do Censipam, sobre a metodologia de análise de alertas de desmatamento na Amazônia Legal e sobre ferramentas de navegação de campo.

Para aperfeiçoar o desenvolvimento de suas atividades, o Censipam adquiriu 16 novos drones e 10 comunicadores satelitais direcionais, destinados ao apoio à comunicação de emergência de servidores que atuam em campo, em áreas de difícil acesso.

Monitoramento de Ilícitos

O Censipam, por meio de uma estrutura de inteligência, realiza o monitoramento dos seguintes ilícitos, em apoio aos órgãos pertinentes de fiscalização, de segurança e outros:

- Garimpo Ilegal: realizado por meio da análise diária de dados e mosaicos extraídos de imagens satelitais. Os dados são classificados e categorizados por área, data de aquisição, velocidade de crescimento, situação legal, coordenadas do garimpo e nome (processo conhecido como Localização de Garimpos - LOGAR). Além disso, busca-se a identificação de balsas e máquinas em atividades de garimpo nos rios da Amazônia.
- Pistas de Pouso Irregulares: um banco de dados de pistas ou feições de pistas identificadas em toda Amazônia legal, atualizado a partir de imagens satelitais. Essas identificações são classificadas como irregulares caso não sejam registradas ou homologadas junto aos órgãos competentes, em um processo conhecido como Localização de Pistas (LOPIS).
- Movimento Aéreo Desconhecido: com vistas ao acompanhamento do movimento aéreo desconhecido na Amazônia Legal, foi desenvolvido o Sistema de Gerenciamento de Pistas (GPis), voltado

ao acompanhamento contínuo do tráfego aéreo local e ao armazenamento dos dados em um banco de dados específico. O GPis recebe as informações sobre as aeronaves detectadas, em tempo real, pelos radares de vigilância instalados na área de responsabilidade do Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA IV) da Força Aérea Brasileira. Recebe, ainda, informações das pistas detectadas pelas Aeronaves E99, de vigilância e R99, de sensoriamento remoto. Com essa integração, é possível monitorar voos de baixa altitude e assim buscar aeronaves que atuem em atividades supostamente ilícitas.

- Cultivo de Ilícitos: tem sido desenvolvido, em parceria com instituições federais, um projeto para monitoramento de cultivos ilícitos na Amazônia Legal por meio do uso de sensores hiperespectrais, para a formação de uma biblioteca de assinaturas. Será possível identificar as diversas fases de um cultivo, desde o plantio, passando pela maturação, até o seu ponto de colheita. Isso permitirá a automação e maior celeridade no reconhecimento de áreas com esse tipo de atividade e facilitará o trabalho de análise dos órgãos de fiscalização e segurança pública.

Comunicação e Dados

O Censipam apoia órgãos, instituições parceiras, comunidades ribeirinhas, aldeias indígenas, pelotões de fronteira e órgãos da justiça, mediante o fornecimento de terminais de comunicação via satélite em localidades isoladas na Amazônia. Além dos pontos de internet de uso geral, o sistema também realiza a comunicação de dados de estações meteorológicas de superfície e de radares meteorológicos. Desde o início da parceria com o Ministério das Comunicações (Mcom), ocorrida em 2020, até dezembro de 2022, foram instalados 368 terminais de Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) dos 400 previstos, sendo que, em 2022, foram instalados 36 terminais.

Outra iniciativa relevante é o Projeto Panorama, que tem o objetivo de estruturar e implantar uma infraestrutura de dados espaciais para a integração de dados, informações e produtos geoespaciais do Censipam e de órgãos parceiros. No âmbito do projeto, são padronizados os procedimentos e fluxos de trabalho necessários para armazenar, catalogar, integrar e harmonizar dados geoespaciais produzidos, mantidos e geridos pelo Censipam. A face visível para a sociedade do projeto é a Plataforma Panorama, que é um portal para agregar conhecimento sobre a região amazônica, organizado, catalogado e hierarquizado em diferentes níveis de acesso. Na Plataforma, são oferecidos informações e acessos aos principais sistemas e projetos do Censipam, como: Previsão do Tempo, SipamSAR, SipamHidro, SOS Amazonia, Verde Brasil e Radares da Amazônia, entre outros. Este conjunto de dados pode, com a adesão do Censipam à Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), ser ofertado à comunidade científica para fins de pesquisa em universidades e institutos científicos.

USO DO PAINEL 2021-2022

AÇÕES DO CENSIPAM E DADOS DE ACESSO

26k	26	24	+ 500	28	381
Acessos ao painel	Países com registros de acesso	Estados com registros de acesso	Pessoas capacitadas	Instituições capacitadas	Brigadas cadastradas no painel

Atividade do usuário ao longo do tempo

30 DIAS 1,2 mil · 7 DIAS 416 · 1 DIA 104

1 de set. de 2021 – 20 de out. de 2022

O Painel do Fogo é uma plataforma on-line (software) que oferece informações sobre incêndios e queimadas no País. O foco é subsidiar o trabalho dos Corpos de Bombeiros, das Defesas Civis, dos órgãos ambientais e de instituições parceiras em realizar o acompanhamento e análises dos incêndios e planejar seu combate. A ferramenta aponta as condições mais recentes e integra dados, praticamente em tempo real, para rastreio das chamas.
De forma resumida, o software gera os seguintes produtos:

- camada vetorial dos eventos de fogo;
- camada de frente de fogo 24h;
- camada de brigadas;
- coleção de imagens óticas atualizadas para qualificação dos incêndios e queimadas durante a ocorrência;
- gráfico com nível de severidade do fogo para priorização de acionamentos e gráficos e dados estatísticos sobre eventos do fogo em todo território nacional.

A página na internet possui indicadores que mostram a quantidade de eventos por estado e por bioma, além de possibilitar a comparação do total de eventos de fogo ativos em cada mês. O painel reúne, em um único sistema, dados que, antes, eram consultados em diferentes plataformas, o que facilita a análise de contexto das ocorrências. Também oferece análise de rastreio e gravidade do fogo. Em 2022, melhorias importantes foram efetuadas e as informações passaram a abranger todo o Brasil.

Em 2022, o Censipam promoveu o Seminário Painel do Fogo, com o objetivo principal de auxiliar os órgãos parceiros a se prepararem para o período de seca e queimadas com utilização do software.

Fonte: Censipam.

OUTROS RESULTADOS RELEVANTES NO EIXO DO PROGRAMA 6011

Além dos resultados já relacionados, merecem destaque os seguintes resultados alcançados em 2022:

O **Programa Calha Norte (PCN)**, tem suas ações desenvolvidas em duas vertentes de atuação: "Soberania", que contribui para a manutenção da soberania nacional e da integridade territorial e na qual as Forças Armadas exercem papel primordial; e a "Desenvolvimento", voltada para a promoção do desenvolvimento regional, aumento da presença do poder público e ocupação de vazios estratégicos, com ênfase na faixa de fronteira, e à melhoria da infraestrutura dos municípios de sua área de abrangência. O PCN executa transferência de recursos orçamentários por meio de convênios firmados entre o MD e os entes estaduais e municipais beneficiados pelo Programa, com vistas ao atendimento de projetos de infraestrutura básica (escolas, creches, postos de saúde, centros de convivência, praças, ginásios de esporte, pavimentações de vias públicas, entre outros) e de aquisição de máquinas e equipamentos (bens permanentes).

O Programa se expandiu de maneira significativa e contempla, atualmente, 783 municípios, em 10 Estados da Federação (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), que correspondem a 59,2% do território nacional. Seguem, de forma consolidada, as principais realizações propiciadas pelo PCN em 2022:

ESTADO	REALIZAÇÕES		VALOR (R$1,00)
Acre	Obras:	24	14.440.743,07
	Equipamentos:	192	10.212.337,00
Amazonas	Obras:	49	39.631.666,00
	Equipamentos:	65	8.640.061,00
Amapá	Obras:	51	42.016.386,00
	Equipamentos:	64	6.915.418,00
Mato Grosso	Obras:	15	6.208.468,50
	Equipamentos:	21	6.121.869,00
Rondônia	Obras:	3	1.277.264,00
	Equipamentos:	240	32.658.845,68
Roraima	Obras:	69	44.599.783,00
	Equipamentos:	15	1.857.000,00
Tocantins	Obras:	17	27.273.673,00
	Equipamentos:	28	6.786.547,00
TOTAL	**Obras:**	**228**	**175.447.983,57**
	Equipamentos:	**625**	**73.192.077,68**

O **Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento das Forças Armadas (PAAR)** tem por objetivos cooperar com o desenvolvimento do desporto nacional de alto rendimento do país e fortalecer a equipe desportiva militar brasileira. O PAAR propicia ao atleta brasileiro melhores condições de preparação e, portanto, a obtenção de melhores resultados e índices, individuais e coletivos, em competições de alto rendimento.

O PAAR consiste no alistamento militar voluntário de atletas de forma voluntária, por aviso de convocação pública feito por cada Comissão de Desportos das Forças Singulares. A escolha leva em conta o currículo desportivo dos atletas em competições nacionais e internacionais. Após ingressar no Programa, o atleta passa a ter os direitos e deveres do militar temporário das Forças Singulares, tais como: remuneração mensal, sistema de saúde das Forças Armadas, assistência médica e odontológica, incluindo nutricionistas e fisioterapeutas, além de disponibilidade de todas as instalações esportivas militares, adequadas para treinamento esportivo.

Os atletas militares de carreira, participam, juntamente com os atletas do PAAR, das competições internacionais, trocando experiências e obtendo benefícios técnicos. Com isso, o Programa também proporciona o desenvolvimento de recursos humanos das Forças Armadas nas áreas da educação física e de gestão esportiva, bem como contribui para desenvolvimento e aplicação da ciência do esporte, por intermédio dos laboratórios de ciência do esporte das Forças Singulares.

Como preparação para os 8º Jogos Mundiais Militares de 2027, no ano de 2022 a delegação brasileira participou dos seguintes Campeonatos Mundiais Militares organizados pelo Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM), em que alcançou resultados expressivos:

- 23º Campeonato Mundial Militar de Triatlo (Jun/22 – Espanha);
- 11º Campeonato Mundial Militar de Lifesaving (Jun/22 – Holanda), conquistando 22 medalhas e o segundo lugar geral por equipes;
- 45º Campeonato Mundial de Paraquedismo (Jun/22 – Áustria), conquistando o 3º lugar geral por equipes masculino e o 4º lugar geral por equipes feminino;
- 60º Campeonato Mundial de Pentatlo Aeronáutico (Ago/22 – Finlândia), conquistando o 1º lugar geral por equipes feminino e o 2º lugar geral por equipes masculino;
- 53º Campeonato Mundial Militar de Pentatlo Naval (Set/22 – Rio de Janeiro), conquistando o 1º lugar geral por equipes masculino e feminino;
- 23º Campeonato Mundial Militar de Hipismo (Out/22 – França);
- 58º Campeonato Mundial Militar de Cross Country (Out/22 – Portugal); e
- 26º Campeonato Mundial Militar de Taekwondo (Nov/22 – Irã), conquistando 7 medalhas, sendo 3 de ouro, 2 de prata e 2 de bronze.

Além dos Campeonatos Internacionais do CISM, visando à preparação da delegação brasileira para os 8º Jogos Mundiais Militares de 2027, foram realizados também os seguintes eventos esportivos

nacionais:

- Seletiva de Lifesaving das Forças Armadas (Abr/22 – Rio de Janeiro);
- 37º Campeonato Brasileiro de Orientação das Forças Armadas (Mai/22 – Caxias do Sul);
- 53º Campeonato Brasileiro de Tiro das Forças Armadas (Ago/22 – Rio de Janeiro);
- 3 Treinamentos centralizados da equipe de Paraquedismo (Mai, Jun, Nov/22 – Guaratinguetá); e
- 2 Campings Paralímpicos (Jul/22 – Campinas e Dez/22 – Fortaleza).

Operações de enfrentamento a crimes ambientais

O MD apoiou os órgãos de governo e as agências ambientais no enfrentamento ao desmatamento ilegal, às queimadas e aos incêndios florestais e aos garimpos ilegais, nas seguintes ações principais:

- Operação Guardiões do Bioma, apoio com um helicóptero H-60L da FAB, para transporte de pessoal, operando a partir da Base de Operações de Humaitá, no 54º Batalhão de Infantaria de Selva, de 8 de junho a 29 de julho; e
- operação de combate a garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami: apoio a equipes da polícia federal e a agências ambientais, entre 6 a 20 de junho, com o apoio do 4º Pelotão Especial de Fronteira, em Surucucu/RR. Entre 25 de julho e 9 de agosto, um helicóptero H-60 e um avião C-105 da FAB apoiaram o esforço de repressão aos ilícitos ambientais e de retirada de garimpeiros.

Divulgação / Ministério da Defesa

Forças Armadas mantêm a soberania territorial.

Apoio logístico à Saúde Indígena

O EB e a FAB prestaram apoio logístico à Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, no Município de Normandia/RR, com oferecimento de atenção primaria e de atenção especializada, com o propósito de garantir o acesso dos indígenas à integralidade da atenção à saúde no território do Distrito Sanitário Especial Indígena Leste de Roraima. De 30 de março a 25 de abril, foram empregados viaturas, aeronaves e militares para realizar transporte de material e de equipe médica, além de ter sido fornecida alimentação ao pessoal envolvido.

Operação GOTA

Para alcançar as comunidades de difícil acesso na Região Norte do País em ações de vacinação de população indígena e ribeirinha, o MD apoiou o Ministério da Saúde no transporte de vacinas e de profissionais de saúde por meio de helicópteros da FAB.

No período de 22 de março a 16 de setembro, foram realizadas ações em quatro estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas e Pará). Ao todo, foram voadas cerca de 420h em apoio a 272 aldeias e comunidades ribeirinhas, com 24.825 pessoas vacinadas e 43.300 doses de vacina aplicadas.

Além disso, foram realizados atendimentos médicos, incluindo consultas às gestantes e procedimentos odontológicos, de enfermagem e de nutricionais, bem como ações de conscientização sobre a importância da vacinação e das atividades de saneamento, entre outras.

Ações de apoio à defesa civil (ações de apoio a situações de calamidade pública e outras)

Infelizmente, o Brasil tem sido cenário de catástrofes naturais, que levam a escassez de água, inundações e deslizamentos de terra, entre outras consequências.

No decorrer de 2022, em apoio à Defesa Civil e ao Ministério do Desenvolvimento Regional, as seguintes ações principais foram realizadas pelas Forças Armadas, nos referidos estados da federação, sob coordenação do MD e de outros órgãos envolvidos:

Bahia

Entre 11 de dezembro de 2021 e 08 de janeiro de 2022, atuação conjunta com órgãos federais, estaduais e municipais com vistas à assistência às populações afetadas pelas fortes chuvas na região sul do estado. Foram empregados 7 helicópteros, 4 aviões, cerca de 30 viaturas e aproximadamente 300 militares, na execução das seguintes atividades: distribuição de 200 toneladas de doações, cestas básicas, água e medicamentos, transporte de equipe do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, realização de sobrevoos de reconhecimento e avaliação de danos, execução de limpeza e desobstrução de ruas e acessos e retirada de pessoas de áreas isoladas, incluindo as evacuações aeromédicas.

Rio de Janeiro

Atuação conjunta com órgãos federais, estaduais e municipais com vistas à assistência às populações afetadas pelas fortes chuvas na cidade de Petrópolis. Foram empregados mais de 1.000 militares, 130 equipamentos, como viaturas, ambulâncias, tratores e de 1 helicóptero em: transporte e entrega de, aproximadamente, 310 toneladas de donativos, desobstrução de 50 vias públicas e atendimento médico de cerca de 1.800 pessoas em hospital de campanha. Além disso, em consequência das volumosas chuvas que afetaram as cidades de Angra dos Reis e Paraty, foram empregados: helicópteros militares, para avaliação de danos e elaboração do plano de ação, meios de engenharia militar, para reestabelecimento da trafegabilidade de trechos da BR-101; e aeronave militar, para transporte de uma carregadeira “Bobcat” para a região de Ponta Negra, para resgate do corpo de uma vítima.

Pernambuco

Em maio, foi decretado estado de emergência em 24 municípios de Pernambuco, em decorrência das fortes chuvas. No apoio aos órgãos federais, estaduais e municipais envolvidos com as ações de assistência às populações afetadas, foram empregados: 1.100 militares, 1 helicóptero de grande porte, 131 viaturas e 06 embarcações. As ações realizadas compreenderam: transporte de 180 bombeiros militares, resgate de 42 vítimas, transporte de profissionais de saúde para áreas de difícil acesso e distribuição de água potável, 4.000 cestas básicas, 1.500 colchões e outros donativos. Além disso, houve a distribuição de cerca de 19 mil marmitas e 22 toneladas de alimentos recebidos da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo.

Alagoas

Em apoio aos órgãos federais, estaduais e municipais envolvidos com a assistência às populações afetadas pelas fortes chuvas, foram empregadas aeronaves militares para deslocamento de equipes de busca e salvamento e para transporte e distribuição de 5 toneladas de itens de ajuda humanitária.

Rio Grande do Norte

Em apoio aos órgãos federais, estaduais e municipais envolvidos com a assistência às populações afetadas pelas fortes chuvas, foram utilizados equipamentos e viaturas militares em ações que compreenderam: o emprego de motobombas em áreas alagadas, como no município de Touros, onde foram drenados 44.200.000 litros de água, desobstrução de vias públicas, transporte de agentes de saúde envolvidos na vacinação da população e de funcionários municipais para aplicação de produto químico (“fumacê”) contra vetores, distribuição de cestas básicas e colchões e abastecimento, com água potável, das residências e do Gabinete do Centro de Crise da Prefeitura de Nísia Floresta.

Operação Acolhida

As ações desenvolvidas pela Operação Acolhida e seus parceiros (agências da ONU e órgãos governamentais e não governamentais, entre outros), em cooperação com os Governos Federal, Estadual e Municipal, visam a prestar assistência emergencial, oportuna e necessária ao acolhimento, em Roraima, de refugiados e migrantes provenientes da Venezuela em situação de vulnerabilidade. Essa importante atividade é coordenada pelo Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE), criado pela Medida provisória nº 820/2018 (convertida na Lei nº 13.684/2018) e regido pelo Decreto n° 10.917/2021.

Em cumprimento às resoluções do CFAE, o MD atuou no apoio logístico às ações, trabalhando nos eixos Ordenamento da Fronteira, Acolhimento e Interiorização. Por meio do esforço conjunto das Forças Armadas, foi estabelecida a Força Tarefa Logística Humanitária (FTLogHum), que emprega 536 militares (416 do EB, 79 da MB e 41 da FAB), distribuídos em três bases localizadas em Boa Vista/RR, Pacaraima/RR e Manaus/AM. Suas especialidades abrangem recursos humanos, administração financeira e contábil, engenharia, saúde, assistência social e telecomunicações, entre outras.

A FTLogHum opera oito abrigos, equipamentos de telecomunicações, dois Núcleos de Saúde Assistencial (NSA), 53 viaturas, instalações temporárias

para alojamento e áreas de trabalho para os militares, servidores e funcionários de órgãos participantes.

Em 2022, foram executadas atividades principalmente nas seguintes áreas: proteção social, saúde, educação, formação e qualificação profissional, fornecimento de alimentos, garantia dos direitos humanos, em especial de grupos sociais vulneráveis, oferta de infraestrutura e saneamento, segurança pública e fortalecimento do controle de fronteiras, logística e distribuição de insumos, distribuição dos migrantes no território nacional e no contexto da interiorização e o reassentamento. Foram 23.388 venezuelanos interiorizados, cerca de 7 mil venezuelanos abrigados mensalmente, com 4 refeições diárias, e 5.675 atendimentos médicos realizados.

Ações de combate ao lixo no mar

Em 2019, com o lançamento do Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar, a Marinha passou a contribuir com as ações de fiscalização para reprimir o descarte inadequado de lixo no mar e a apoiar a realização de mutirões voluntários de recolhimento de lixo, com engajamento da sociedade civil. Em 2022, foram realizadas ações de limpeza de praias, rios e lagos, coletas de resíduos subaquáticos, conscientização da população sobre o descarte correto do lixo, regatas ecológicas e distribuição de cartilhas educativas, entre outras atividades. Foram empregados 384 militares, 49 meios navais e 25 viaturas, que realizaram o recolhimento de cerca de 4,5 toneladas de lixo descartado inadequadamente.

Navios de Assistência Hospitalar da Marinha do Brasil

Os Navios Hospitalares da Marinha do Brasil (MB) prestam assistência médico-hospitalar às comunidades ribeirinhas. Foram empregados 1.674 militares, 6 meios navais e 1 aeronaval no atendimento às populações. Foram realizados atendimentos médicos e odontológicos preventivos, além de ações de vigilância epidemiológica e de combate a endemias e eventuais atendimentos a emergências, contribuindo para o bem-estar e saúde de populações, que, na maioria dos casos, residem em locais de difícil acesso. As atividades executadas visaram também a contribuir para o desenvolvimento de uma mentalidade de preocupação com a saúde e cuidados de higiene.

ATENDIMENTO À POPULAÇÃO	QUANTIDADE
Médico, Odontológico, Enfermagem e Exames realizados:	57.970
Medicamentos distribuídos:	1.813.323

Transporte de Órgãos, Tecidos e Equipes (TOTEQ)

Trata-se de apoio ao Centro Nacional de Transplantes (CNT) no transporte de profissionais de saúde e de equipamentos necessários à captação de órgãos e tecidos e ao atendimento tempestivo dos receptores, quando não existe a possibilidade de apoio das linhas regulares da aviação comercial. A contribuição ao Ministério da Saúde evita perda de órgãos e tecidos em virtude da demora no deslocamento entre o ponto de coleta e o local de transplante, além de contribuir para o salvamento de vidas de pessoas em filas de transplantes. Ao longo do ano de 2022, foram acionadas 280 missões para Transporte de Órgãos, Tecidos e Equipes (TOTEQ), com a utilização de aeronaves U-100, C-95 e C-97 no transporte de 135 fígados, 82 corações, 41 rins, 16 pulmões, 05 pâncreas, 05 tecidos e 04 baços, no total de 288 órgãos transportados.

Fonte COMAE/FAB

Operação Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

O Exército Brasileiro apoia o Ministério da Educação no citado exame desde o ano de 2009, com a oferta de locais de armazenamento seguros para as provas e posterior distribuição, por intermédio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em diversas localidades do território nacional. Em 2022, foram utilizadas 28 organizações militares em diversos locais do território nacional para a guarda das provas do ENEM.

Operação PIPA

Essa operação consiste em uma cooperação técnica e financeira entre os Ministérios do Desenvolvimento Regional e da Defesa para realização de ações complementares de apoio às atividades de distribuição emergencial de água potável, prioritariamente às populações rurais atingidas por estiagem e seca na região do semiárido nordestino.

O Exército Brasileiro atua como órgão de execução para planejamento e operacionalização das ações de apoio à distribuição de água potável, que compreendem as seguintes etapas:

- levantamento de informações e reconhecimento dos municípios atendidos;
- contratação de carros-pipa para a distribuição de água às comunidades;
- controle e fiscalização de municípios sob responsabilidade do Comando do Exército;
- elaboração de relatórios gerenciais de acompanhamento da execução física da Operação Carro-Pipa;
- prestação de contas dos recursos financeiros utilizados para consecução dos objetivos do acordo de cooperação.

Em 2022, foram empregados 24 organizações militares e 456 militares. Foram beneficiadas 1,6 milhões de pessoas em 438 municípios, atendidos por 3.408 pipeiros.

Apoio à Polícia Federal na busca de pessoas desaparecidas

O Exército Brasileiro participou da busca de pessoas desaparecidas no Vale do Javari no Amazonas, em apoio logístico às operações da Polícia Federal nas terras indígenas e nas regiões de Benjamin Constant, Atalaia do Norte, São Gabriel e São Rafael, no Vale do Javari, no Amazonas, nos períodos de 6 a 20 de junho de 2022 e 25 de julho a 5 de agosto de 2022. Foram empregados 183 militares.

Contribuição com a construção da infraestrutura Nacional

O emprego de unidades de Engenharia do Exército Brasileiro na construção, na ampliação e na recuperação de rodovias e ferrovias por todo o território brasileiro, assim como na realização de obras em diversas localidades, tem contribuído sobremaneira para o desenvolvimento nacional e para o bem-estar da população brasileira. A realização de obras é importante atividade de adestramento e preparação dos batalhões de engenharia do Exército. Em 2022, destacaram-se: a aquisição de equipamentos e viaturas para a obra da Barragem de Arvorezinha, em Bagé-RS, a construção de infraestrutura de hangares na Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia/ RJ e a manutenção da BR-364, no Acre.

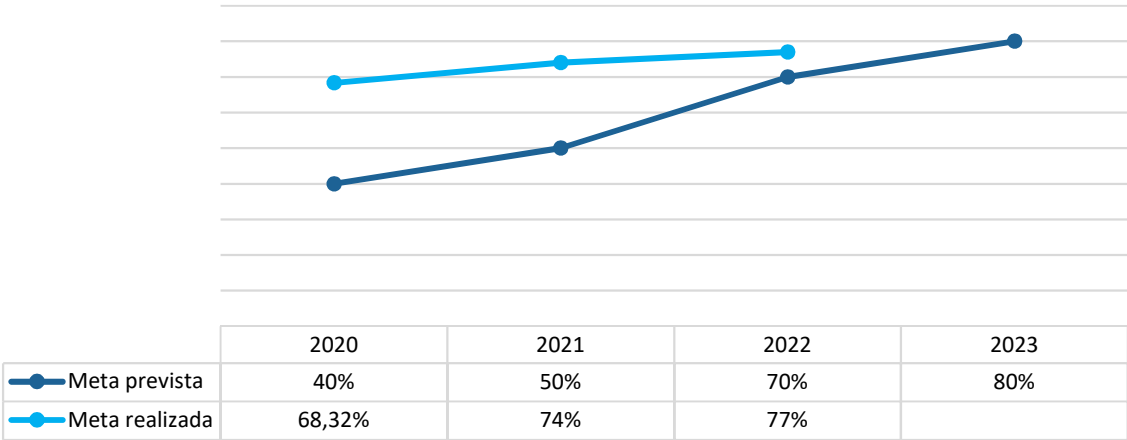
O PROGRAMA 6013 – OCEANOS, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTICA

CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

OBJETIVO	META	INDICADOR
Promover o conhecimento científico e tecnológico, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, a gestão efetiva dos espaços costeiro e marinho e os interesses do país nos oceanos e Antártica.	Concluir 80% das ações previstas nos Planos Setoriais que compõem o Programa.	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NOS PLANOS E PROGRAMAS SETORIAL. Apurado pela média aritmética do percentual de realização das ações do Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI-Oceanos) e no Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC).

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

O Programa 6013 – Oceanos, Zona Costeira e Antártica, conduzido pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) do Comando da Marinha, teve desempenho superior ao planejado, no ano de 2022, quando o índice de realização das ações previstas nos planos e programas setoriais alcançou o patamar de 77%, conforme demonstrado no gráfico ao lado:

	2020	2021	2022	2023
Meta prevista	40%	50%	70%	80%
Meta realizada	68,32%	74%	77%	

Fonte: SIOP, posição fevereiro de 2023

Desde o início de vigência do Plano, em 2020, as metas do Programa têm apresentado resultados superiores aos referenciais estabelecidos anualmente, mais acentuadamente nos anos de 2020 e 2021, graças ao bom desempenho dos Planos Setoriais que compõem o Programa.

RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS DO PROGRAMA 6013

Foram estabelecidos para o Plano Plurianual 2023, dez resultados intermediários, detalhados a seguir:

TÍTULO DO RESULTADO INTERMEDIÁRIO (*)	UNIDADE DE MEDIDA	REGIONALIZAÇÃO	META 2022	
0211 - Manter a presença brasileira e o apoio logístico às atividades (de pesquisa) desenvolvidas na Região Antártica.	Percentual	Exterior	LINHA DE BASE 2019: META PREVISTA PARA 2022: META ALCANÇADA EM 2022:	96% 92% 100%
0212 - Ocupação permanente da Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP).	Percentual	Rio Grande do Norte	LINHA DE BASE 2019: META PREVISTA PARA 2022: META ALCANÇADA EM 2022:	100% 100% 100%
0213 - Manter a operacionalidade da rede de Dispositivos Fixos para coleta de dados meteoceanográficos do GOOS-Brasil.	Percentual	Nas Regiões Sul e Sudeste	LINHA DE BASE 2019: META PREVISTA PARA 2022: META ALCANÇADA EM 2022:	80% 70% 59%
0214 - Ampliação do conhecimento científico sobre processos atmosféricos, climáticos, biológicos, criosféricos, geológicos, oceânicos e antárticos, que impactam os oceanos, clima e biodiversidade brasileiros.	Percentual	No Distrito Federal, Bahia, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Ceará, Maranhão e Exterior.	LINHA DE BASE 2019: META PREVISTA PARA 2022: META ALCANÇADA EM 2022:	69% 70% 100%
0215 - Conclusão e entrega de duas novas embarcações - Laboratórios de Ensino Flutuantes.	Unidade	Regiões Nordeste, Norte, Sudeste e Sul.	LINHA DE BASE 2019: META PREVISTA PARA 2022: META ALCANÇADA EM 2022:	2 Meta concluída
0216 - Publicação de novos títulos de material didático baseados na realidade nacional para distribuição entre os estudantes de graduação e pós-graduação da área de Ciências do Mar.	Unidade	Regiões Sul e Sudeste.	LINHA DE BASE 2019: META PREVISTA PARA 2022: META ALCANÇADA EM 2022:	3 7 7
0217 - Atualização do Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM/PNRM) (revisão compromissos).	Unidade	Distrito Federal	LINHA DE BASE 2019: META PREVISTA PARA 2022: META ALCANÇADA EM 2022:	0 1 1
0218 - Manter os esforços técnicos e diplomáticos para homologar a ampliação da área da plataforma continental estendida do Brasil.	Percentual	Nacional	LINHA DE BASE 2019: META PREVISTA PARA 2022: META ALCANÇADA EM 2022:	0% 100% 100%
0219 - Conclusão de estudos sobre a potencialidade de recursos minerais marinhos dos projetos (Fosforita, Granulados marinhos (GRANMAR) e Diamantes).	Unidade	Regiões Nordeste e Sul	LINHA DE BASE 2019: META PREVISTA PARA 2022: META ALCANÇADA EM 2022:	0 3 3
0220 - Docentes de Ensino Fundamental e Médio e outros multiplicadores capacitados em temas da Cultura Oceânica.	Unidade	Regiões Sul e Sudeste.	LINHA DE BASE 2019: META PREVISTA PARA 2022: META ALCANÇADA EM 2022:	0 300 500

Fonte: SECIRM/Comando da Marinha. (*) Metas não cumulativas

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS METAS INTERMEDIÁRIAS DO PROGRAMA 6013

O Programa 6013 tem como meta concluir 80% das ações previstas nos Planos Setoriais que compõem o Programa até 2023.

Em 2022, o percentual atingido foi de 77%, em razão dos seguintes fatores: a entrega de dois novos laboratórios de ensino flutuantes foi concluída em 2020, manutenção da presença brasileira na Região Antártica, apoio logístico prestado às atividades de pesquisa desenvolvidas na Região Antártica, financiamento de 100 projetos de pesquisas de interesse do programa, capacitação de 500 professores e educadores sobre a cultura oceânica, ocupação permanente da Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP), publicação de sete novos títulos de material didático baseados na realidade nacional, atualização do Plano Setorial para os Recursos do Mar e conclusão de estudos sobre a potencialidade de recursos minerais marinhos dos projetos fosforita, granulados marinhos e diamantes.

Por sua vez, a meta de manutenção de 70% da operacionalidade da rede de dispositivos fixos para coleta de dados meteoceanográficos do GOOS-Brasil não foi atingida em 2022, em razão da perda de três sensores do Programa Nacional de Boias (PNBOIA) por ação de vandalismo e de eventos de mau-tempo. Outra justificativa para o não atingimento da meta é a histórica insuficiência orçamentária para a realização da totalidade de ações do projeto, que remonta a 2017.

PESQUISA NA ANTÁRTICA

Reconhecendo a relevância e a amplitude da influência antártica para o desenvolvimento nacional, o Brasil aderiu ao Tratado da Antártica em 1975. Negociado em plena Guerra Fria, por doze países, aquele acordo singular, que rege um continente inteiro e suas águas circundantes, denominadas de oceano Austral, sem população permanente, estabeleceu, em 1959, um quadro jurídico para a governança antártica e abriu um novo capítulo de cooperação multinacional naquela região. O Tratado abrange a área ao Sul do paralelo 60°S e é notavelmente curto: contém apenas quatorze artigos e um protocolo ao tratado sobre a proteção ao meio ambiente (protocolo de Madri), com cinco anexos, que estabelece a importância das pesquisas científicas e da preservação daquele continente para toda a humanidade, com prevalência da liberdade científica, da cooperação e da pacificidade.

O Tratado conta atualmente com 55 países aderentes, sendo 29 deles membros consultivos, incluído o Brasil, que atendem aos critérios de engajamento científico necessários para garantir o direito a voz e voto nas decisões sobre o futuro do Continente Branco e suas águas circundantes.

Pesquisa na antártica – benefícios para a sociedade

A ciência antártica, torna-se cada vez mais importante, especialmente ao tentar responder as principais questões relacionadas às mudanças climáticas. Os processos atmosféricos, biológicos, criosféricos, ambientais e oceânicos, que ocorrem naquela região, afetam diretamente o território brasileiro. O monitoramento das condições ambientais de regiões remotas como essa é essencial para o entendimento de variações climáticas e suas relações com o clima global. O avanço de massas de ar e de correntes marinhas interfere no regime das chuvas, inclusive no Brasil. Por isso, compreender a Antártica e o Oceano Austral nos ensina sobre o passado e nos ajuda a prever o clima e o meio ambiente futuros, tanto em escala doméstica quanto global. No Brasil, as pesquisas e estudos antárticos são coordenados pelo MCTI e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

As pesquisas são uma parte importante do trabalho realizado e envolvem, entre outras ações, o estudo de microrganismos que vivem em ambiente extremo e têm potencial de produzir substâncias que podem contribuir para a cura de doenças graves, como o câncer. São realizados estudos com aves da região; e coletas de algas, fungos e gelo, além do lançamento de balões meteorológicos.

Além disso, a Antártica tem possibilitado o desenvolvimento de pesticidas e herbicidas menos tóxicos, a formulação de medicamentos veterinários mais eficientes, a criação de plantas geneticamente modificadas mais resistentes ao frio e à escassez de água e de nutrientes, o estudo das alterações no comportamento humano em ambientes extremos, o desenvolvimento tecnológico e diversos outros conhecimentos com aplicação efetiva em ramos tão distintos quanto a indústria, a medicina e o agronegócio. Os estudos de oceanografia permitem compreender a dinâmica da corrente circumpolar antártica, que se encarrega de nutrir o oceano por meio das quatro correntes frias que dela derivam e costeiam a América do Sul, a África e a Austrália, propiciando a vida no mar.

A coleta e a aquisição de dados, além do processamento de amostras, acontecem na Estação Antártica Comandante Ferraz, nos refúgios localizados na Península Antártica, em vários acampamentos montados nas áreas de difícil acesso e em navios utilizados no projeto.

Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF)

A Estação Antártica Comandante Ferraz dispõe de amplas instalações, que aliam tecnologia e sustentabilidade, com dezessete laboratórios equipados no estado da arte, sistemas automatizados que garantem maior segurança, conforto e melhores condições de trabalho. A realização das Operações Antárticas anuais, com uso de navios e helicópteros da Marinha do Brasil e de aeronaves da Força Aérea Brasileira, assegura o apoio logístico necessário à presença permanente do Brasil na Antártica.

O Brasil mantém uma estação antártica para apoio às pesquisas desde 1982. A nova Estação, inaugurada em 2020, com capacidade para 64 pessoas, proporciona as condições adequadas de habitabilidade e segurança, permitindo a sua utilização ao longo do ano e o desenvolvimento das pesquisas antárticas. As edificações ocupam uma área de 4.500m² e possuem, além dos alojamentos (32 unidades) e dos laboratórios (14 no interior da Estação e mais 3 na área externa), um setor de saúde, uma biblioteca e sala de estar.

A Marinha do Brasil mantém 17 marinheiros e fuzileiros navais permanentemente na EACF, responsáveis pela manutenção e apoio às pesquisas.

Instalações da Estação Antártica Comandante Ferraz

Operação Antártica (Operantar)

A Operação Antártica (OPERANTAR), dividida em atividades logísticas e de pesquisa, caracteriza-se por ser uma missão de longa duração, em uma região insular e de trabalhos em condições adversas, dadas as peculiaridades do clima antártico.

As atividades logísticas envolvem diretamente os meios da Marinha do Brasil (MB) e da FAB e são, normalmente, iniciadas no mês de outubro, com o carregamento dos navios, no Porto do Rio de Janeiro. Nessa etapa, são embarcados todos os materiais, equipamentos e gêneros necessários ao funcionamento da EACF e ao desenvolvimento das atividades dos projetos de pesquisa.

As atividades de pesquisa são realizadas durante o ano todo. Na OPERANTAR, com a presença de pesquisadores, são desenvolvidas pesquisas a bordo dos navios da MB, na EACF, no módulo Criosfera 1, em acampamentos isolados e em estações estrangeiras, por meio de acordos de cooperação entre os países.

A Marinha do Brasil é responsável por gerenciar a logística do PROANTAR, o que implica o planejamento das Operações Antárticas, com emprego de navios, aeronaves e recursos humanos para manter a EACF em funcionamento, realizando pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento, durante os 365 dias do ano.

Para tanto, a MB realizou, em 2022, 2 operações antárticas em apoio ao Programa: a primeira, de janeiro a setembro, e a segunda, de outubro a dezembro de 2022, com a participação de 133 pesquisadores de 23 projetos de pesquisa e o apoio de dois helicópteros UH-17, do Navio Polar Almirante Maximiano e do Navio de Apoio Oceanográfico Ary Rongel. Além disso, a Força Aérea Brasileira realizou 10 voos de apoio logístico à EACF com uma aeronave KC-390.

O efetivo envolvido em apoio às atividades de pesquisa e logística na Antártica conta com 289 militares nos dois navios, acima mencionados.

O Navio de Apoio Oceanográfico (NApOc) "ARY RONGEL" realiza atividades de apoio logístico à EACF, com o transporte de combustível, gêneros, equipamentos e materiais diversos, que vão permitir o funcionamento ininterrupto da Estação e seus sistemas. Serve, ainda, de plataforma para a realização de pesquisas hidroceanográficas, mediante lançamentos e recolhimentos de pesquisadores em refúgios e acampamentos isolados no continente Antártico.

O Navio Polar (NPo) Almirante Maximiano é empregado, prioritariamente, em coleta de dados oceanográficos na região antártica em apoio aos projetos científicos do PROANTAR e pode ser utilizado tanto em Águas Jurisdicionais Brasileiras como em outras regiões de interesse, com a finalidade de realizar levantamentos hidroceanográficos para a atualização de cartas e publicações náuticas, sem prejuízo das atividades do PROANTAR, e em apoio logístico à Estação Antártica Comandante Ferraz. É dotado de diversos equipamentos científicos e de apoio à pesquisa, de modo a dar suporte à comunidade científica por meio dos mais modernos recursos de pesquisa nas áreas de Hidrografia, Oceanografia, Geologia, Biologia e Geofísica.

As ilhas de James Ross, Marambio e Livingston receberam três acampamentos, que contam com 650 toneladas de carga, entre equipamentos, combustível e mantimentos, totalizando 920 m A Marinha do Brasil é responsável por gerenciar a logística do PROANTAR, o que implica o planejamento das Operações Antárticas, com emprego de navios, aeronaves e recursos humanos para manter a EACF em funcionamento, realizando pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento, durante os 365 dias do ano.

Para tanto, a MB realizou, em 2022, 2 operações antárticas em apoio ao Programa: a primeira, de janeiro a setembro, e a segunda, de outubro a dezembro de 2022, com a participação de 133 pesquisadores de 23 projetos de pesquisa e o apoio de dois helicópteros UH-17, do Navio Polar Almirante Maximiano e do Navio de Apoio Oceanográfico Ary Rongel. Além disso, a Força Aérea Brasileira realizou 10 voos de apoio logístico à EACF com uma aeronave KC-390.

O efetivo envolvido em apoio às atividades de pesquisa e logística na Antártica conta com 289 militares nos dois navios, acima mencionados.

O Navio de Apoio Oceanográfico (NApOc) "ARY RONGEL" realiza atividades de apoio logístico à EACF, com o transporte de combustível, gêneros, equipamentos e materiais diversos, que vão permitir o funcionamento ininterrupto da Estação e seus sistemas. Serve, ainda, de plataforma para a realização de pesquisas hidroceanográficas, mediante lançamentos e recolhimentos de pesquisadores em refúgios e acampamentos isolados no continente Antártico.

O Navio Polar (NPo) Almirante Maximiano é empregado, prioritariamente, em coleta de dados oceanográficos na região antártica em apoio aos projetos científicos do PROANTAR e pode ser utilizado tanto em Águas Jurisdicionais Brasileiras como em outras regiões de interesse, com a finalidade de realizar levantamentos hidroceanográficos para a atualização de cartas e publicações náuticas, sem prejuízo das atividades do PROANTAR, e em apoio logístico à Estação Antártica Comandante Ferraz. É dotado de diversos equipamentos científicos e de apoio à pesquisa, de modo a dar suporte à comunidade científica por meio dos mais modernos recursos de pesquisa nas áreas de Hidrografia, Oceanografia, Geologia, Biologia e Geofísica.

As ilhas de James Ross, Marambio e Livingston receberam três acampamentos, que contam com 650 toneladas de carga, entre equipamentos, combustível e mantimentos, totalizando 920 m^3.

Navio Polar Almirante Maximiano (H41) e Navio de Apoio Oceanográfico Ary Rongel (H44) em missão na Antártica

OUTROS RESULTADOS RELEVANTES

Outros resultados relevantes e que não estão diretamente relacionados aos eixos dos programas do PPA 2020-2023.

HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS (HFA)

Ao HFA compete:

I. prestar assistência médico-hospitalar, sob a forma ambulatorial ou hospitalar:

a. aos militares da ativa, da reserva e reformados, aos servidores da administração central do MD e aos servidores e empregados públicos do próprio HFA e da ESG e a seus dependentes e pensionistas;

b. aos usuários dos Fundos de Saúde das Forças Armadas; e

c. a outras instituições autorizadas por convênios, contratos ou outros instrumentos legais;

II. cooperar com as autoridades civis e militares no que disser respeito à saúde pública;

III. realizar atividades de pesquisa médica;

IV. executar programas de ensino médico e de enfermagem, e programa de intercâmbio científico com associações médicas e entidades afins, no Brasil ou no exterior; e

V. realizar atos de gestão orçamentária e financeira das dotações sob sua responsabilidade.

Principais resultados de 2022

- Atendimentos realizados: 293.765;
- Cirurgias realizadas: 3.511, sendo: 1.466 de pequeno porte; 1.650 de médio porte; e 395 de grande porte;
- Capacitação de 963 pessoas do HFA, sendo 491 servidores civis, 402 militares e 70 médicos residentes. Além desses, acrescenta-se 55 militares integrantes de outras organizações militares e 36 integrantes da comunidade;
- Capacitação de 8 médicos militares, por meio do Programa de Instrução em Serviço (PIS/HFA).
- Com a redução dos casos graves de COVID-19 ao longo do ano de 2022 e o retorno gradual de atendimentos e internações de casos não-COVID-19, iniciado em 2021, pôde ser observado em 2022 um aumento de cerca de 15% nos atendimentos realizados e de cerca de 48% no número de cirurgias realizadas, em relação ao ano anterior. Já para as capacitações, o aumento foi mais expressivo, passando de 383 realizadas em 2021 para 963 realizadas em 2022.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO MD

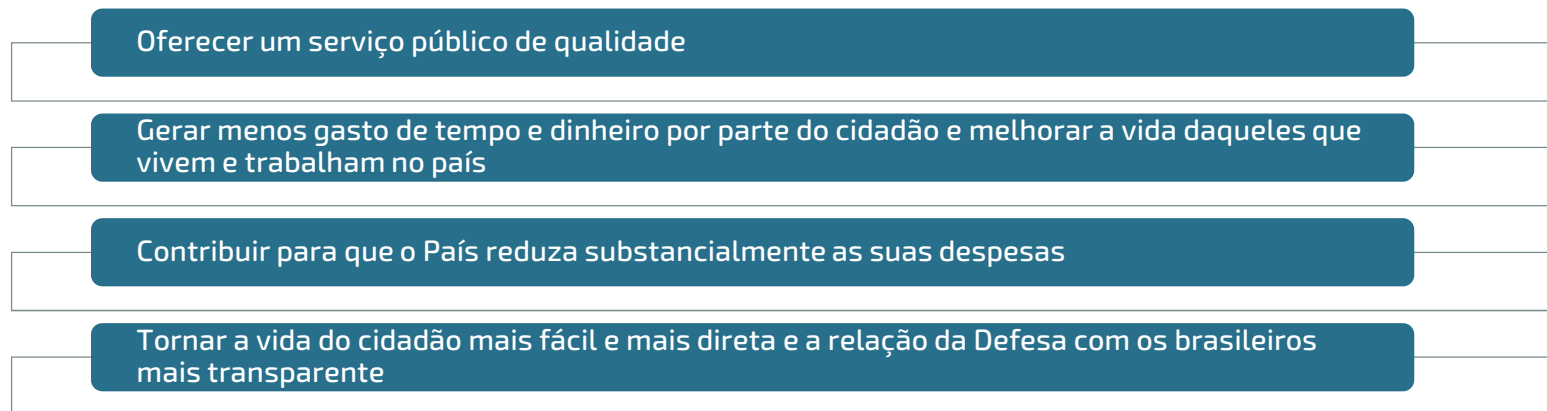
O Brasil foi reconhecido pelo Banco Mundial como o segundo país do mundo no que se refere à maturidade em governo digital. A avaliação é resultado do *GovTech Maturity Index* 2022, índice divulgado em 16/11/2022, que considera o estado atual da transformação digital do serviço público em 198 economias globais. Ao subir cinco posições em relação ao ranking divulgado em 2021, o Brasil teve o maior avanço entre as nações avaliadas, passando do sétimo para o segundo lugar e tornando-se líder em governo digital no Ocidente. O país vem se destacando mundialmente na oferta de serviços públicos digitais por meio da plataforma GOV.BR, já contando com 140 milhões de usuários, número equivalente a 80% da população brasileira acima de 18 anos.

O MD participa do processo de automação dos serviços prestados à sociedade, trabalhando em conjunto com a Marinha, o Exército e a Aeronáutica para:

Oferecer um serviço público de qualidade

Gerar menos gasto de tempo e dinheiro por parte do cidadão e melhorar a vida daqueles que vivem e trabalham no país

Contribuir para que o País reduza substancialmente as suas despesas

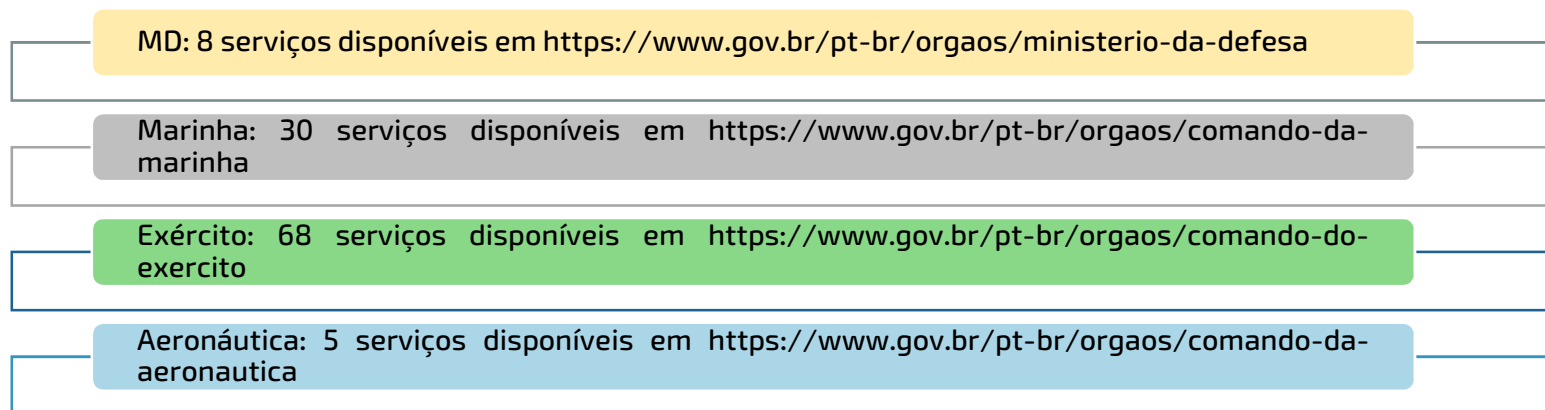
Tornar a vida do cidadão mais fácil e mais direta e a relação da Defesa com os brasileiros mais transparente

Iniciado em abril de 2020, em plena pandemia de Covid 19, o processo de transformação digital do MD busca estabelecer um novo modelo de prestação dos serviços públicos, com aproveitamento do potencial das tecnologias digitais em prol da melhoria da forma de interação com a sociedade.

Os 111 serviços digitais (computados até 31/12/2022) prestados à sociedade pelo MD e pelas Forças Armadas, juntamente com as 4 Cartas de Serviços de cada órgão, estão assim oferecidos no Portal de Serviços do Governo Federal:

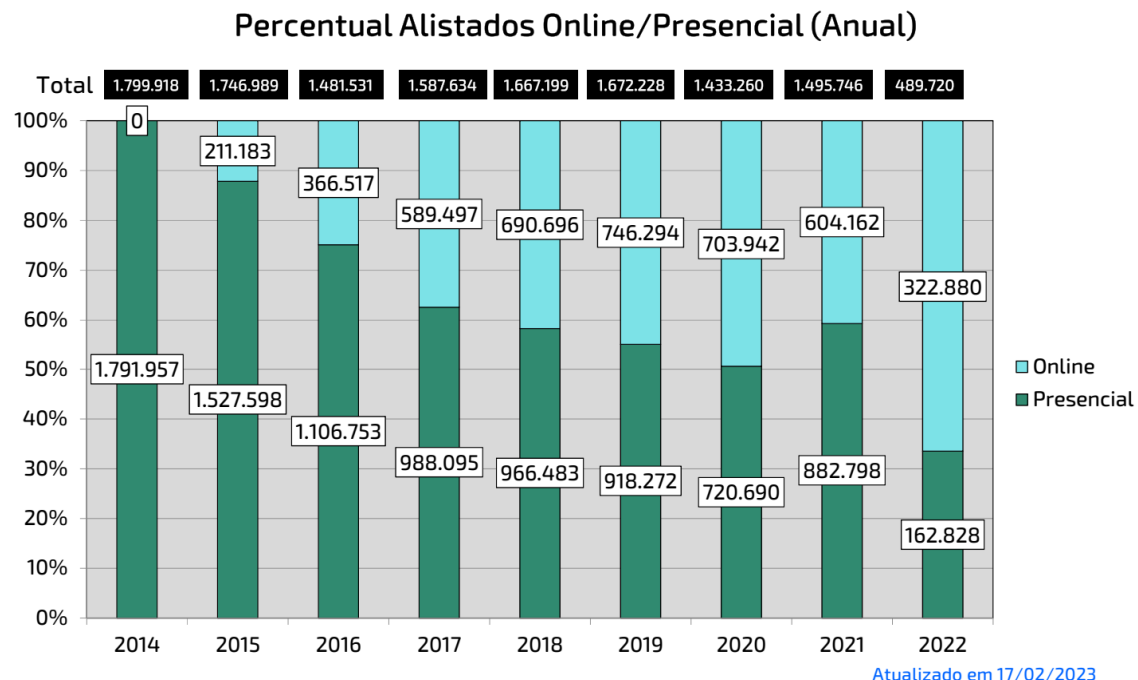
MD: 8 serviços disponíveis em https://www.gov.br/pt-br/orgaos/ministerio-da-defesa

Marinha: 30 serviços disponíveis em https://www.gov.br/pt-br/orgaos/comando-da-marinha

Exército: 68 serviços disponíveis em https://www.gov.br/pt-br/orgaos/comando-do-exercito

Aeronáutica: 5 serviços disponíveis em https://www.gov.br/pt-br/orgaos/comando-da-aeronautica

Além dos serviços digitais, vários aplicativos estão disponíveis na Galeria de Aplicativos do Gov.br (https://www.gov.br/pt-br/apps/@@galeria-de-aplicativos).Podem ser destacados:

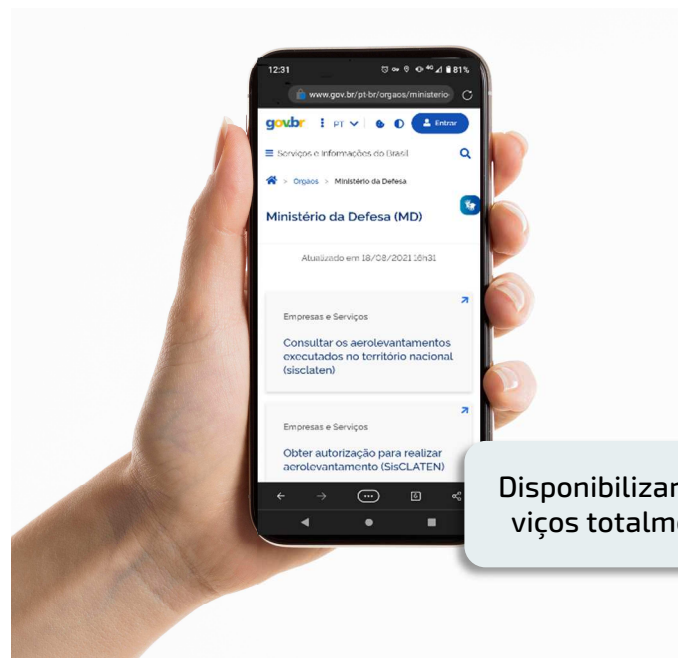
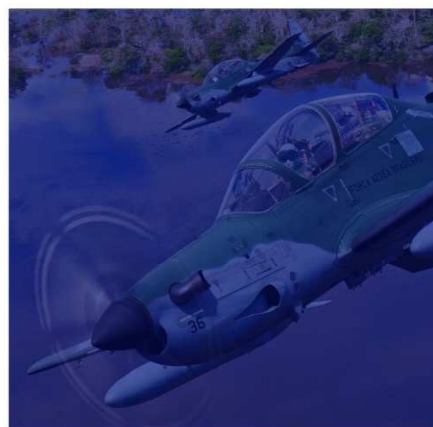
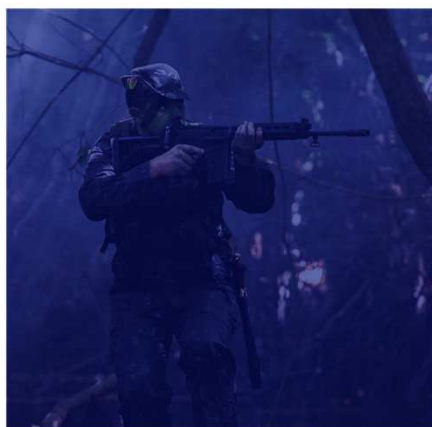
- Censipam (fornece apoio aos órgãos parceiros na condução de operações de combate aos crimes ambientais)
- Previsão do Tempo na Amazônia – Censipam (fornece informações meteorológicas da região amazônica)
- Radares da Amazônia – SIPAM (permite visualizar, em tempo real, imagens de radar das principais cidades da Amazônia.e ver a movimentação das formações de nuvens em tempo real).
- Verde Brasil (permite aos participantes da Operação Verde Brasil registrarem casos de desmatamento, queimada, garimpo, pista de pouso irregulares e outras ocorrências na Amazônia.

A aderência do cidadão ao serviço digital prestado pelo MD pode ser mostrada pela evolução observada no processo de alistamento militar, no qual o emprego do serviço digital Serviço Militar Obrigatório (SMO) cresceu em relação ao comparecimento presencial, mais oneroso para o jovem que está se alistando e para a família, até superá-lo no decorrer de 2022, conforme registra a imagem ao lado.

Seis iniciativas implementadas no processo de transformação digital do MD foram premiadas na primeira edição do Moderniza Brasil, um dos instrumentos da Política Nacional de Modernização do Estado (PNME) implementada pelo Governo federal, que tem por objetivo reconhecer iniciativas de modernização e incentivar instituições a participarem da Agenda Nacional para Modernização do Estado:

- Serviço "Integração do Sistema de Veteranos e Pensionistas da Marinha à Prova de Vida Digital (PVD) no GOV.BR", da Marinha
- Serviço "Solicitar autorização para voo de aeronaves remotamente pilotadas (SARPAS)", da Aeronáutica
- Serviço "Prova de Vida Inteligente", da Aeronáutica
- Aplicativo "FPL BR – EFB (Eletronic Flight Bag. Aplicativo de disponibilização de informações aeronáuticas e informações meteorológicas, on-line e off-line, para ser utilizado por pilotos a bordo das aeronaves)", da Aeronáutica
- Aplicativo "FPL BR (aplicativo para elaboração, tramitação, validação, envio e atualização de mensagens de Plano de Voo)", da Aeronáutica
- Aplicativo "LPNA (Licença de Pessoal da Navegação Aérea)" da Aeronáutica

Ao término do exercício de 2022, entrou em vigor o Dec. nº 11.260/2022, que ampliou o período de término da Estratégia para 2023. Em face disso, foram readequados os prazos das entregas não implementadas. A perspectiva é de que, ao longo do exercício de 2023, sejam todas elas concluídas, no âmbito da 4ª repactuação do Plano de Transformação Digital do MD, conforme indicado a seguir:

175 entregas

- 17 Implementações de acesso digital
- 44 Integrações ao Login Único
- 68 Integrações ao Módulo de Avaliação
- 12 Integrações ao PagTesouro
- 4 Integrações à API CBC/CPF
- 12 Integrações à API CEP
- 12 Integrações à API CNPJ
- 6 Implementações afetas ao Programa de Privacidade de Segurança da Informação

3 Nossos Recursos

INTRODUÇÃO

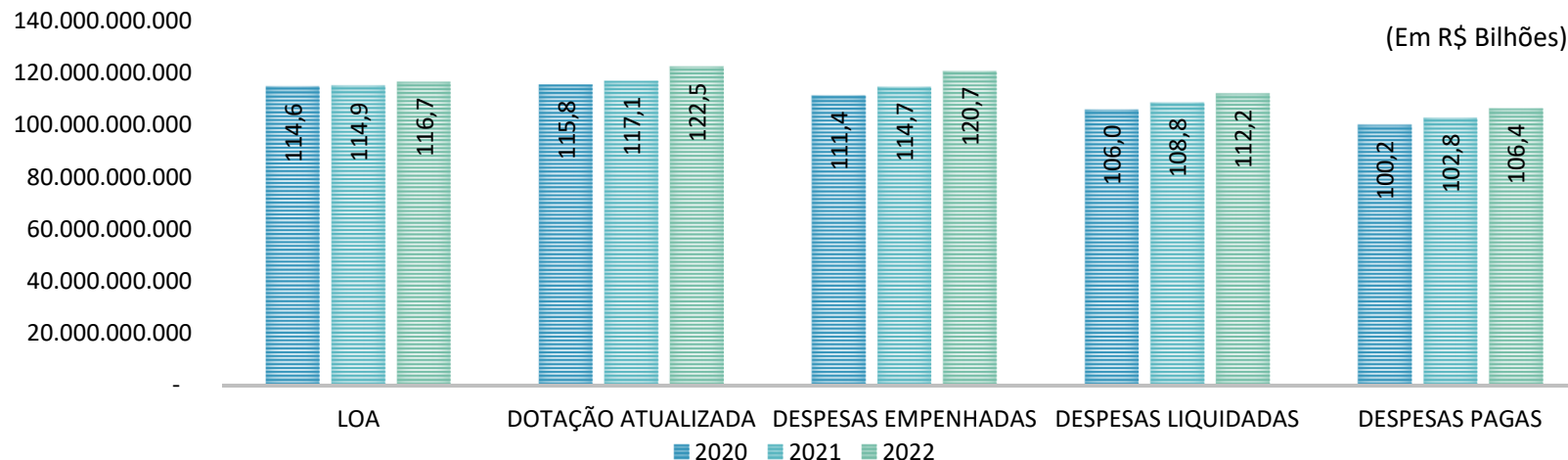
Este Capítulo apresenta uma visão geral dos recursos disponíveis e utilizados no exercício, passando pelos seguintes tópicos:

– Gestão Orçamentária e Financeira
    - Execução Orçamentária do Triênio 2020-2022
    - Comparativo entre Despesas Obrigatórias e Discricionárias
    - Comparativo entre GND – Despesas Discricionárias
    - Execução das Despesas agrupadas por tipo de Despesa
    - Execução das Despesas agrupadas por Função de Governo
    - Formação do Orçamento por Comando e MD (com todos os órgãos que o integram)
    - Comparativo das despesas pagas por finalidade (GND e Natureza da Despesa)
    - Despesas Pagas em 2022 por Finalidade – Discricionárias RP 2
    - Desempenho Orçamentário 2022 – Despesas discricionárias – RP 2
    - Execução dos créditos Extraordinários no Triênio 2020-2022
    - Execução Financeira e Restos a Pagar – Visão Geral
    - Principais Realizações em 2022
    - Desafios e Perspectivas para 2023

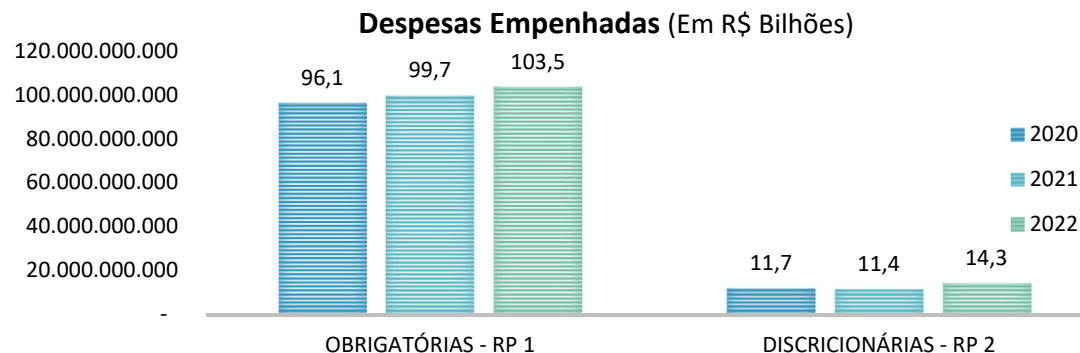
– Principais fatos contábeis, contas ou grupo de contas
    - Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
    - Evidenciação da situação e do desempenho patrimonial no exercício

– Pessoal – Visão Geral
    - Despesas com pessoal
    - Visão geral do quadro de pessoal
    - Pessoal das Forças Armadas
    - Força de trabalho do MD, com todos os órgãos que o integram, exceto as Forças Armadas
    - Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA)

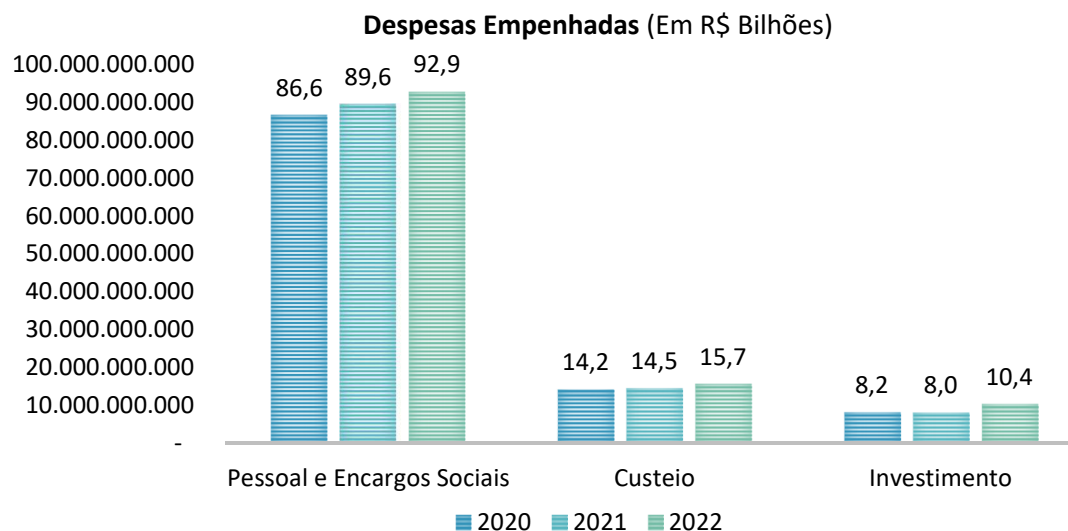
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO TRIÊNIO 2020-2022

Este primeiro gráfico aborda uma visão geral da execução orçamentária do Ministério da Defesa (MD) no triênio 2020-2022 e engloba todas as unidades do Órgão Superior 52.000 - MD, incluindo os Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Base - Tesouro Gerencial – 13/01/2023

COMPARATIVO ENTRE DESPESAS OBRIGATÓRIAS E DISCRICIONÁRIAS

No detalhamento, verifica-se o aumento das despesas obrigatórias, onde se enquadram as despesas com pessoal e benefícios. Essa variação é resultado da Lei nº 13.954/2019, que reestruturou a carreira dos militares. Com relação às despesas discricionárias, o crescimento no ano de 2022 advém de suplementações obtidas ao logo do exercício para atender demandas das unidades, tendo em vista que os recursos destinados para o MD na LOA 2022 não atendiam as necessidades mínimas do Órgão.

Base - Tesouro Gerencial – 13/01/2023 – Apenas despesas classificadas com Resultado Primário 1 e 2

COMPARATIVO ENTRE GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA (GND) - DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

Em função do cenário fiscal restritivo do País nos últimos anos, o orçamento destinado aos investimentos em projetos estratégicos do MD sofreu uma estagnação. Em 2022 foi percebido um acréscimo oriundo de créditos suplementares, permitidos por conta de uma abertura do espaço fiscal no final do exercício. Já os recursos para o custeio das Forças, apesar de um incremento observado no exercício de 2022, se comparados com os dois anos anteriores, alcançaram o patamar mínimo para manutenção das mais de 1600 Organizações Militares no país.

Base - Tesouro Gerencial – 12/01/2023 – Apenas despesas classificadas com GND 1, 3, 4 e 5.

EXECUÇÃO DAS DESPESAS AGRUPADAS POR TIPO DE DESPESA

A tabela demonstra o comportamento do orçamento do MD nos três últimos exercícios, detalhado pelo tipo de despesa, classificação baseada no identificador de Resultado Primário. De forma geral, o orçamento executado vem apresentando uma pequena variação positiva. Parte dessa variação pode ser observada nas despesas obrigatórias, que como já mencionado, decorre da reestruturação da carreira dos militares. Nas Despesas Discricionárias, o incremente verificado em 2022 foi em grande parte para os investimentos em projetos prioritários, que estavam defasados. Já a variação negativa registrada nas emendas parlamentares, deve-se principalmente aos cancelamentos de dotações das emendas de Relator em 2022, determinadas pelo então Ministério da Economia.

R$ milhões

TIPO DE DESPESA	2020			2021			2022			Variação Empenho	
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EM-PENHADAS (b)	DESPESAS PAGAS (c)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EM-PENHADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (g)	DESPESAS EM-PENHADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	2021/2020 (j) = (e/b)	2022/2021 (k) = (h/e)
OBRIGATORIAS - RP 1	**96.562,3**	**96.083,4**	**88.797,5**	**99.830,4**	**99.698,6**	**92.120,9**	**103.869,5**	**103.536,1**	**95.468,3**	**4%**	**4%**
Pessoal e Encargos Sociais	86.718,1	86.274,3	81.009,6	89.528,2	89.369,7	84.018,2	92.973,1	92.623,7	87.157,9	4%	4%
Custeio	8.746,0	8.718,0	6.967,9	9.388,8	9.392,0	7.484,3	9.960,5	9.964,0	7.878,7	8%	6%
Investimento	1.098,2	1.091,0	820,0	913,4	936,9	618,4	936,0	948,3	431,7	-14%	1%
DISCRICIONÁRIAS - RP 2	**11.500,3**	**11.690,7**	**8.503,1**	**11.126,9**	**11.391,5**	**7.700,7**	**13.980,5**	**14.304,2**	**8.685,1**	**-3%**	**26%**
Custeio	5.400,8	5.400,4	3.506,7	5.075,9	5.118,6	3.039,9	5.646,0	5.677,9	3.489,8	-5%	11%
Investimento	6.062,4	6.290,3	4.996,4	6.051,0	6.272,8	4.660,7	8.334,5	8.626,3	5.195,3	0%	38%
Reserva de Contingência	37,0									0%	0%
EMENDAS - RP 6, 7, 8 e 9	**668,5**	**663,9**	**82,1**	**644,4**	**644,1**	**78,6**	**592,0**	**580,4**	**57,9**	**-3%**	**-10%**
Custeio	98,2	95,4	39,8	25,1	25,1	5,8	34,2	32,1	13,3	-74%	28%
Investimento	570,3	568,6	42,2	619,3	619,0	72,8	557,8	548,3	44,6	9%	-11%
FINANCEIRAS - RP 0	**7.024,4**	**2.938,0**	**2.856,1**	**5.456,6**	**2.993,4**	**2.876,9**	**4.082,0**	**2.316,5**	**2.184,2**	**2%**	**-23%**
Pessoal e Encargos Sociais	295,5	291,7	291,7	307,9	277,0	277,0	261,2	257,5	257,5	-5%	-7%
Investimento	284,2	247,6	169,0	254,5	219,4	105,7	299,5	242,4	130,5	-11%	10%
Dívida	2.817,1	2.398,7	2.395,4	3.576,3	2.497,0	2.494,2	3.209,2	1.816,6	1.796,2	4%	-27%
Reserva de Contingência	3.627,6			1.317,9			312,1			0%	0%
TOTAL MD	**115.755,4**	**111.376,0**	**100.238,8**	**117.058,4**	**114.727,6**	**102.777,1**	**122.524,0**	**120.737,1**	**106.395,5**	**3%**	**5%**

Base - Tesouro Gerencial - 13/01/2023

EXECUÇÃO DAS DESPESAS AGRUPADAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO

No detalhamento da execução orçamentária por função, são evidenciadas as áreas de atuação do setor público em que os recursos das Unidades do MD foram alocados e executados. Destaque para a Defesa Nacional, competência institucional do MD, na qual a maioria do gasto constantemente fica concentrada. A variação positiva em 2022 da função "Defesa Nacional" está basicamente associada ao efeito da Lei nº 13.954/2019 que reestruturou a carreira militar e aos créditos suplementares para atenderem a recomposição dos recursos necessários para a continuidade dos projetos estratégicos do MD e da manutenção das atividades das Forças Armadas.

A função Encargos Especiais engloba as despesas que não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como dívidas, despesas com anistiados políticos, sentenças judiciais, dentre outras.

FUNÇÃO GOVERNO	2020				
	PLOA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
DEFESA NACIONAL	75.238,89	82.531,09	82.380,01	77.000,39	73.213,08
PREVIDÊNCIA SOCIAL	25.462,41	26.068,76	25.969,51	25.969,51	24.044,69
ENCARGOS ESPECIAIS	3.272,69	3.490,93	3.026,48	3.023,13	2.980,98
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.019,38	3.664,63			
TOTAL MD	**113.993,38**	**115.755,41**	**111.376,00**	**105.993,03**	**100.238,76**

Base - Tesouro Gerencial – 13/01/2023

R$ milhões

FUNÇÃO GOVERNO	2021				
	PLOA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
DEFESA NACIONAL	81.019,35	84.449,81	84.561,01	78.593,55	74.746,83
PREVIDÊNCIA SOCIAL	25.734,23	27.087,84	27.060,82	27.060,82	24.959,80
ENCARGOS ESPECIAIS	4.175,60	4.202,79	3.105,75	3.102,90	3.070,42
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.198,58	1.317,91			
TOTAL MD	**116.127,76**	**117.058,36**	**114.727,58**	**108.757,27**	**102.777,05**

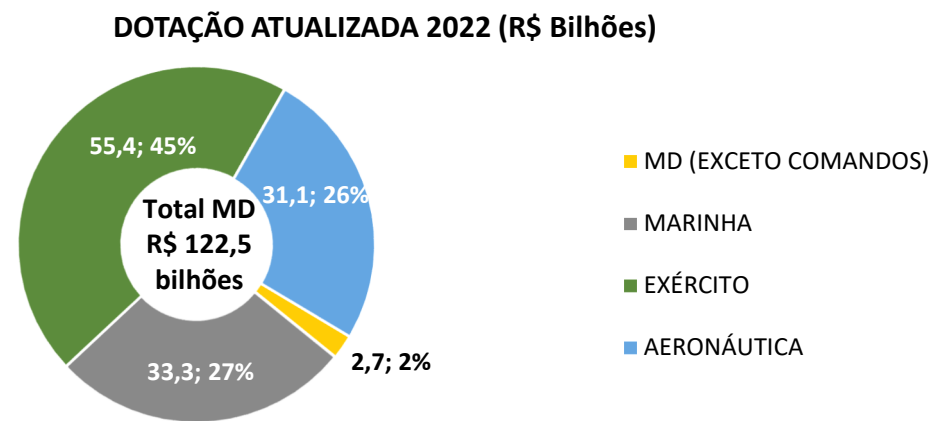
Base - Tesouro Gerencial – 13/01/2023

R$ milhões

FUNÇÃO GOVERNO	2022				
	PLOA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
DEFESA NACIONAL	85.767,14	90.118,31	90.141,62	81.670,98	78.015,38
PREVIDÊNCIA SOCIAL	27.485,08	28.254,85	28.157,28	28.157,28	25.996,39
ENCARGOS ESPECIAIS	3.813,59	3.838,77	2.438,22	2.417,57	2.383,75
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	262,04	312,10			
TOTAL MD	**117.327,85**	**122.524,03**	**120.737,12**	**112.245,83**	**106.395,52**

Base - Tesouro Gerencial – 13/01/2023

FORMAÇÃO DO ORÇAMENTO POR COMANDO E MD, EM 2022

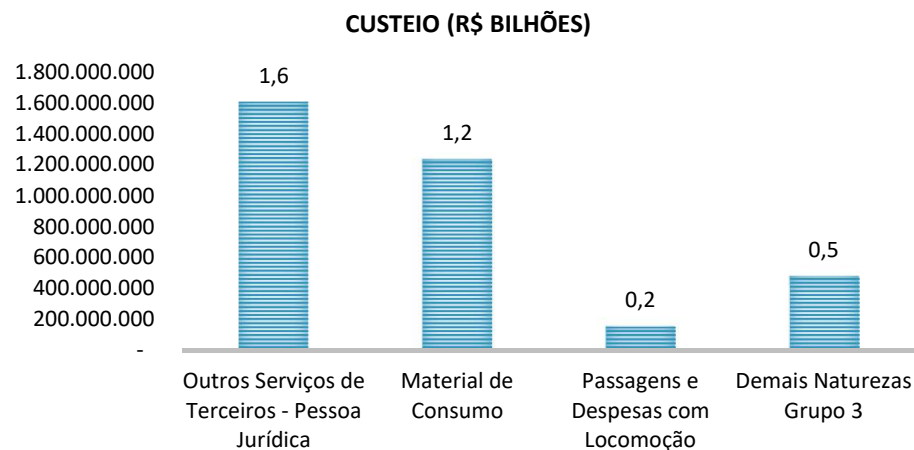
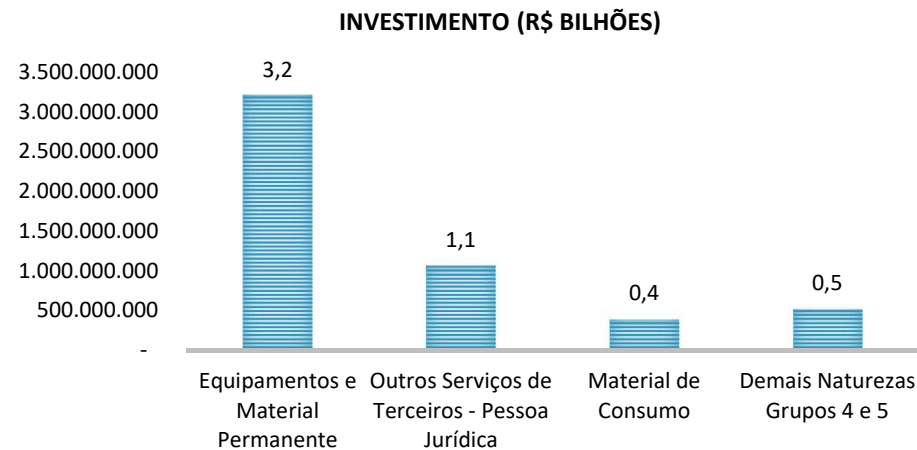
Como pode ser visto no gráfico ao lado, o orçamento do MD está em sua maioria alocado nas unidades orçamentárias vinculadas ao Exército Brasileiro. Isso se deve ao fato de essa Força ser a maior em termos de contingente e sua presença ser muito abrangente nos mais diversos locais do território nacional.

Base - Tesouro Gerencial – 13/01/2023 – Apenas despesas classificadas com GND 1, 3, 4 e 5.

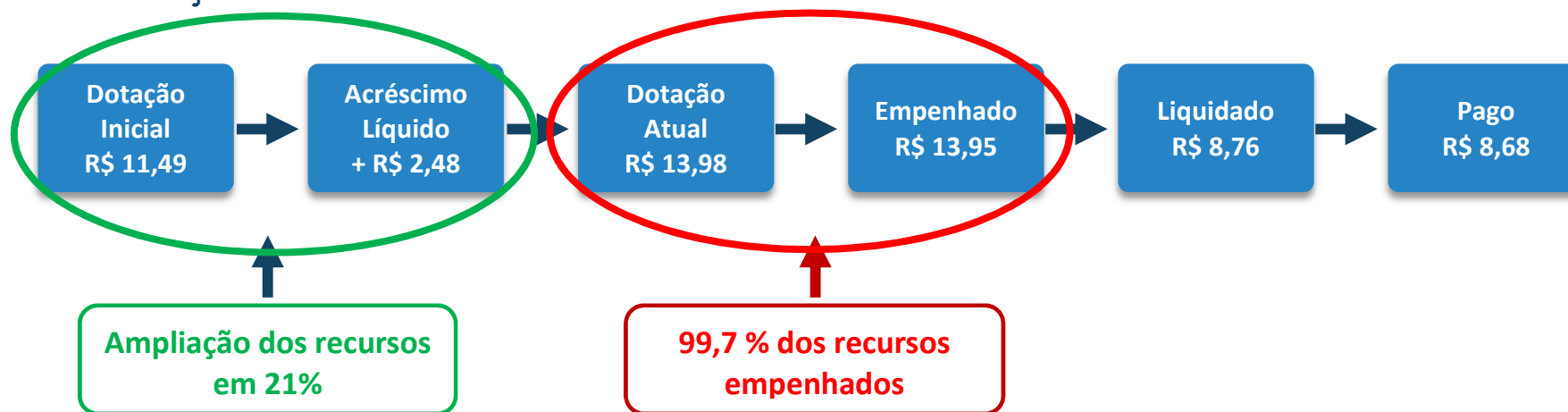
COMPARATIVO DAS DESPESAS PAGAS POR FINALIDADE (GND E NATUREZA DA DESPESA)

R$ milhões

GND/NATUREZA DE DESPESA	2020	2021	2022
Pessoal e Encargos Sociais	**81.301,3**	**84.295,2**	**87.415,4**
Vencimentos e Vantagens Fixas	29.191,9	30.149,6	30.763,2
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	27.210,7	28.245,5	29.570,2
Obrigações Patronais	402,8	392,4	389,6
Demais Naturezas GND 1	24.495,9	25.507,7	26.692,4
Custeio	**10.514,4**	**10.530,0**	**11.381,8**
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.990,7	3.949,2	4.317,1
Material de Consumo	2.951,0	2.685,8	3.067,9
Passagens e Despesas com Locomoção	82,9	127,0	226,5
Demais Naturezas GND 3	3.489,8	3.768,1	3.770,3
Capital	**6.027,6**	**5.457,6**	**5.802,1**
Equipamentos e Material Permanente	3.465,3	2.694,7	3.439,6
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.268,3	1.253,6	1.185,2
Material de Consumo	467,2	901,4	421,1
Demais Naturezas GND 4 e 5	826,8	608,0	756,2
TOTAL MD	**97.843,3**	**100.282,9**	**104.599,4**

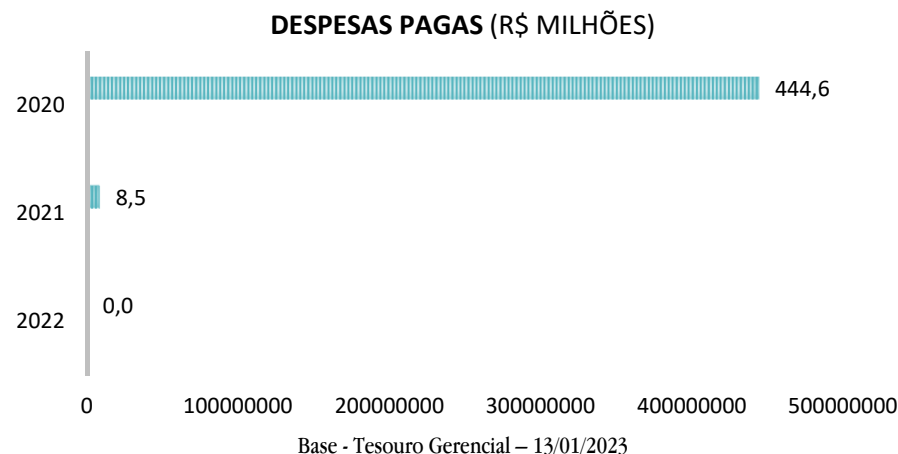
Base - Tesouro Gerencial – 13/01/2023

DESPESAS PAGAS EM 2022 POR FINALIDADE - DISCRICIONÁRIAS RP 2

Base - Tesouro Gerencial – 13/01/2023

Base - Tesouro Gerencial – 13/01/2023

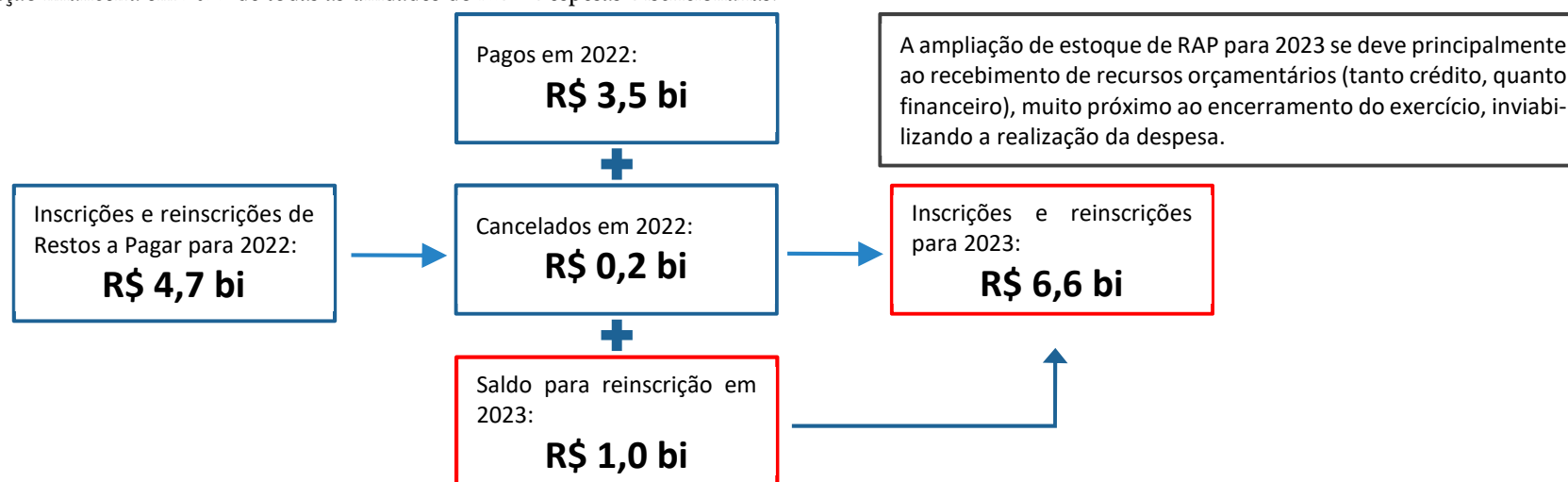
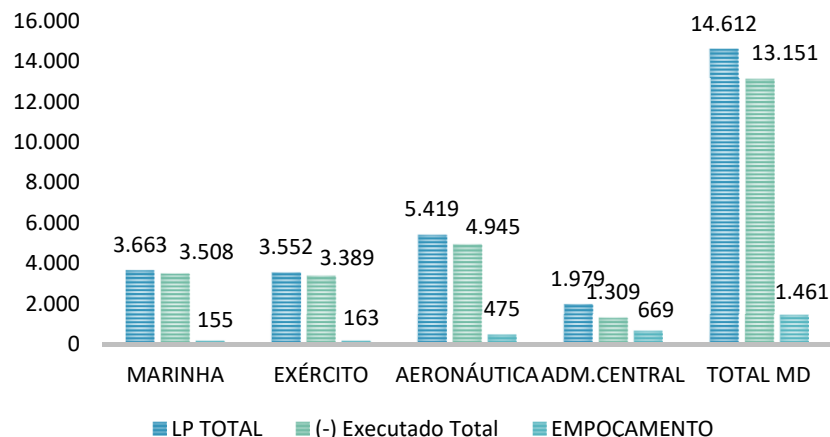
DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO 2022 – DESPESAS DISCRICIONÁRIAS - RP 2

Base - Tesouro Gerencial – 13/01/2023

Com dotação inicial na LOA 2022 em torno R$ 11,5 bilhões, e após cancelamentos e suplementações ocorridas ao longo do exercício (R$ 2,5 bilhões), o MD alcançou mais de R$ 13,98 bilhões de dotação disponível para as Despesas Discricionárias. Com relação à execução desse orçamento, praticamente toda dotação atual foi empenhada, com 99,7% dos recursos disponíveis utilizados, descontada a variação cambial. Já a execução financeira foi impactada pelo ingresso tardio dessas suplementações, o que prejudicou as fases de liquidação e pagamento de algumas despesas.

EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS NO TRIÊNIO 2020-2022

Base - Tesouro Gerencial – 13/01/2023

No ano de 2020, por meio da edição de três Medidas Provisórias, (MP nº 921, de 7 de fevereiro de 2020, MP nº 929 de 25 de março de 2020 e MP nº 985 de 25 de junho de 2020), recursos foram direcionados ao enfrentamento ao Covid 19. Também foi reaberto Crédito Extraordinário oriundo da MP nº 912, de 19 de dezembro de 2019, destinado à assistência emergencial e acolhimento humanitário de pessoas advindas da Venezuela (Operação Acolhida). No exercício de 2021, decisão cautelar, ratificada pelo Pleno do STF em 05/08/2020, determinou que o Ministério da Defesa atuasse em apoio à Polícia Federal na execução do "Plano Operacional 7 TI`s – Arguição De Descumprimento De Preceito Fundamental - ADPF 709/2020", cujo objetivo era o isolamento de invasores nas 07 (sete) terras indígenas. No ano de 2022, o MD não recebeu suplementação de recursos por meio de créditos extraordinários.

EXECUÇÃO FINANCEIRA E RESTOS A PAGAR (RAP) – VISÃO GERAL

Resumo da execução financeira em 2022 de todas as unidades do MD - Despesas Discricionárias.

Base - Tesouro Gerencial – 13/01/2023

2021
R$ 10,8 bi PAGOS
R$ 273,5 mi (2,5%) empoçados

2022
R$ 13,2 bi PAGOS
R$ 1,5 bi (10%) empoçados

- 90% dos Limites de Pagamento (LP) disponibilizados ao MD em 2022 para as Despesas Discricionárias foram utilizados.
- Apesar disso, ocorreu aumento do empoçamento* em 2022, comparado a 2021, devido ao acréscimo significativo de LP em data próxima ao final do exercício, sem tempo hábil para se fazer uso dos recursos financeiros.

* Conforme o Decreto nº 11.415/2023, considera-se empoçamento de limites financeiros a diferença entre o valor do cronograma ou limite de pagamento autorizado e os pagamentos efetuados.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES EM 2022

No âmbito institucional, em 2022 foi mantido o funcionamento da Comissão Técnica de Governança Orçamentária e Financeira (CTGOF-MD), criado pela Portaria GM-MD nº 3.077, de 23 de julho de 2021. Essa comissão permanente tem por objetivo assessorar o Secretário-Geral do MD nos assuntos relacionados às áreas de orçamento, finanças e contabilidade do MD, especialmente quanto:

- ao levantamento de necessidades orçamentárias e financeiras da administração central do MD e dos Comandos Militares, mediante avaliação de riscos, impactos e prioridades;
- ao desenvolvimento de metodologia para a distribuição de limites orçamentários e financeiros nas fases de elaboração da proposta orçamentária e na execução do orçamento, em função da publicação dos decretos de programação orçamentária e financeira do governo federal, especialmente quanto às despesas discricionárias;
- à coordenação do processo de solicitação e recebimento de créditos e limites orçamentários adicionais; e
- à identificação de possíveis fontes alternativas de recursos para atender projetos e atividades do MD no cumprimento de sua missão constitucional.

Com relação ao orçamento, mediante gestões e com uma constante interlocução junto à equipe econômica do governo federal, foi possível ampliar o orçamento discricionário do MD em aproximadamente R$ 2,81 bilhões. Apesar de a maior parte dessa suplementação ter ocorrido no final do exercício, o MD alcançou 99,7 % de execução, ou seja, praticamente a totalidade das despesas discricionárias em 2022 foram empenhadas. Mais informações e dados sobre o histórico da execução orçamentária das unidades do MD estão disponíveis em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/orcamento-e-financas-1/arquivos/01_atualiza_consolidado_2014_a_2023_v_ascom_dot_atualizada_e_empenhadas_janeiro.pdf

PRINCIPAIS FATOS CONTÁBEIS, CONTAS OU GRUPO DE CONTAS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001; e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Observam, também, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e o Manual SIAFI, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, e foram emitidas em nível de consolidação de "Órgão Superior" e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos Órgãos constantes da tabela.

Órgãos que compõem o Órgão Superior MD:

MD	MD, exceto Comandos Militares
Comando da Marinha	Caixa de Construções de Casas para Pessoal da Marinha do Brasil
	Fundo Naval
	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo
	Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
Comando do Exército	Indústria de Material Bélico do Brasil
	Fundação Osório
	Fundo do Exército
Comando da Aeronáutica	Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica
	Fundo Aeronáutico

O escopo deste Relatório de Gestão leva em conta as Demonstrações Contábeis Consolidadas do MD, extraídas do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, e Notas Explicativas.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas e as Notas Explicativas do MD encontram-se disponíveis na íntegra em < https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestaode-recursos/gestao-orcamentaria-e-financeira/demonstracoes-contabeis-do-ministerio-da-defesa >

EVIDENCIAÇÃO DA SITUAÇÃO E DO DESEMPENHO PATRIMONIAL NO EXERCÍCIO

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial Consolidado do MD evidencia os Ativos, os Passivos e o Patrimônio Líquido e sua evolução em 2022 em relação a 2021.

Balanço Patrimonial R$ milhares

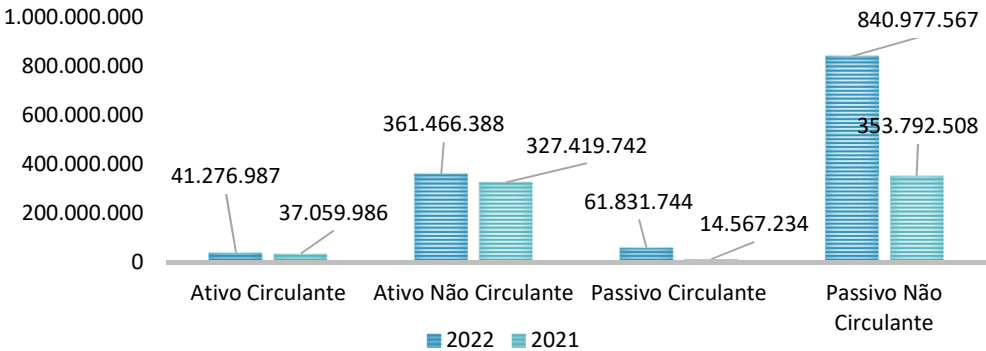
	2022	2021	AH (%)	AV (%)
Ativo (I)	**402.743.374**	**364.479.727**	**10,50**	**100,00**
Ativo Circulante	41.276.987	37.059.986	11,38	10,25
Ativo Não Circulante	361.466.388	327.419.742	10,40	89,75
Passivo (II)	**902.809.312**	**368.359.743**	**145,09**	**100,00**
Passivo Circulante	61.831.744	14.567.234	324,46	6,85
Passivo Não Circulante	840.977.567	353.792.508	137,70	93,15
Patrimônio Líquido	**-500.065.937**	**-3.880.015**	**12.788,25**	**-124,16**
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)	**-500.065.937**	**-3.880.015**	**12.788,25**	**-**

Fonte: Siafi, em 30/1/2023.

AH – Análise Horizontal (comparação entre os exercícios, 2022 e 2021) – ver glossário

AV – Análise Vertical (quanto o item representa em relação ao todo) – ver glossário

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Em síntese, considera-se "Circulante" aqueles bens, direitos e obrigações realizáveis ou exigíveis até o término do exercício seguinte; o "Não Circulante", em consequência, após esse período.

Fonte: Siafi, em 30/1/2023

Ativo Circulante

O Ativo Circulante representa 10,25% do total do Ativo, ou seja, cerca de R$ 41,28 bilhões em valores absolutos assim distribuídos:

O gráfico ao lado apresenta a composição do Grupo em valores absolutos.

Ativo Circulante – Composição R$ milhares

	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Caixa e Equivalentes de Caixa	24.143.143	22.675.778	6,47	58,49
Créditos a Curto Prazo	2.181.811	1.525.287	43,04	5,29
Estoques	14.952.016	12.858.907	16,28	36,22
VPDs Pagas Antecipadamente	16	14	16,56	0,00
Total	**41.276.987**	**37.059.986**	**11,38**	**100,00**

Fonte: Siafi, em 30/1/2023.

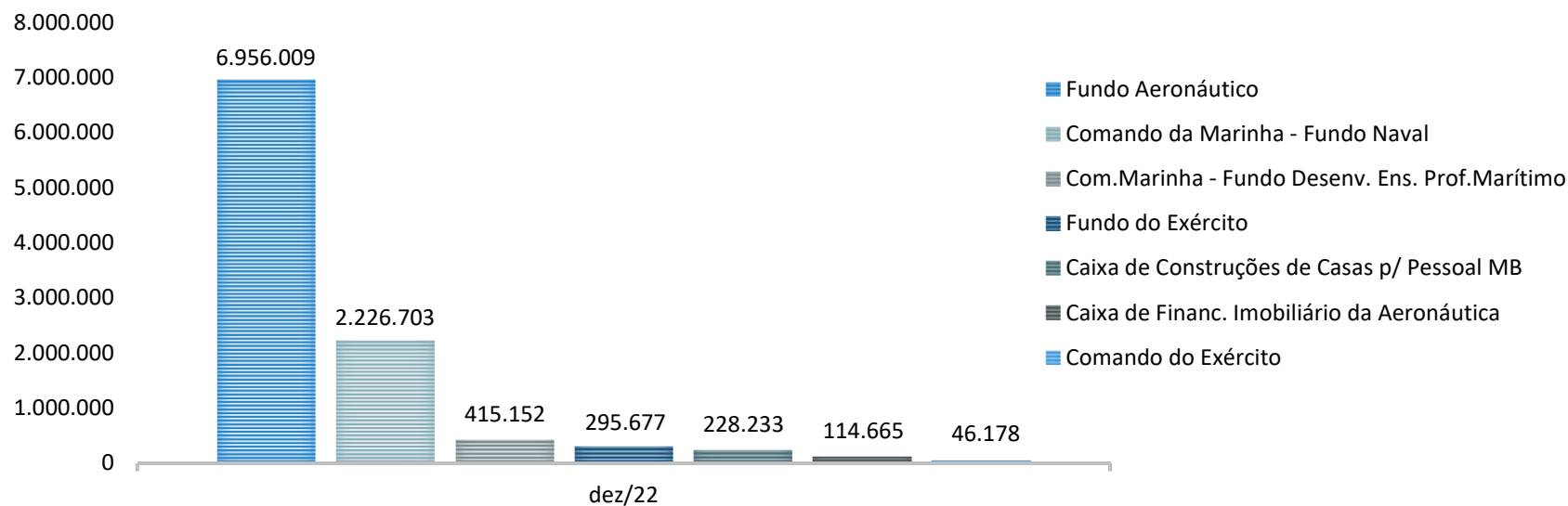
Caixa e Equivalentes de Caixa

O subgrupo "Caixa e Equivalente de Caixa", representado por valores em caixa e em bancos, apresentou aumento de 6,47%, quando comparados com os saldos apurados no exercício anterior, com a seguinte distribuição por Órgão:

Caixa e Equivalentes de Caixa R$ milhares

Órgão	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
MD	141.536	103.389	36,90	0,59
Comando da Marinha	5.903.153	5.419.094	8,93	24,45
Comando do Exército	6.306.306	5.747.751	9,72	26,12
Comando da Aeronáutica	11.792.149	11.405.544	3,39	48,84
Total	**24.143.143**	**22.675.778**	**6,47**	**100,00**

Fonte: Siafi, em 16/1/2023.

O item "CTU – Recursos da Conta Única Aplicados", que representa os recursos da Conta Única arrecadados em fontes próprias em processo de aplicação financeira, apresenta 42,59% do total do subgrupo "Caixa e Equivalentes de Caixa".

Fonte: Siafi, em 16/1/2023.

Estoque

Os Estoques representam os materiais de consumo em almoxarifado; as importações em andamento e os materiais em trânsito. A tabela a seguir apresenta a composição do subgrupo "Estoques" por Órgão:

Estoques por Órgão R$ milhares

Órgão	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
MD	22.701	24.410	-7,00	0,15
Comando da Marinha	2.435.533	2.483.752	-1,94	16,29
Comando do Exército	2.956.385	2.660.766	11,11	19,77
Comando da Aeronáutica	9.537.398	7.689.980	24,02	63,79
Total	**14.952.016**	**12.858.907**	**16,28**	**100,00**

Fonte: Siafi, em 16/1/2023.

Fonte: Siafi, em 16/1/2023.

"Material de Consumo – Estoque Interno para Distribuir", que representa os registros dos valores relativos a aquisições e/ou transferências de material de consumo para a formação de estoque interno destinado à distribuição, é o item mais relevante de "Estoques" com o maior valor registrado, correspondendo a 33,75% do total do Subgrupo. A composição do item é demonstrada no gráfico ao lado.

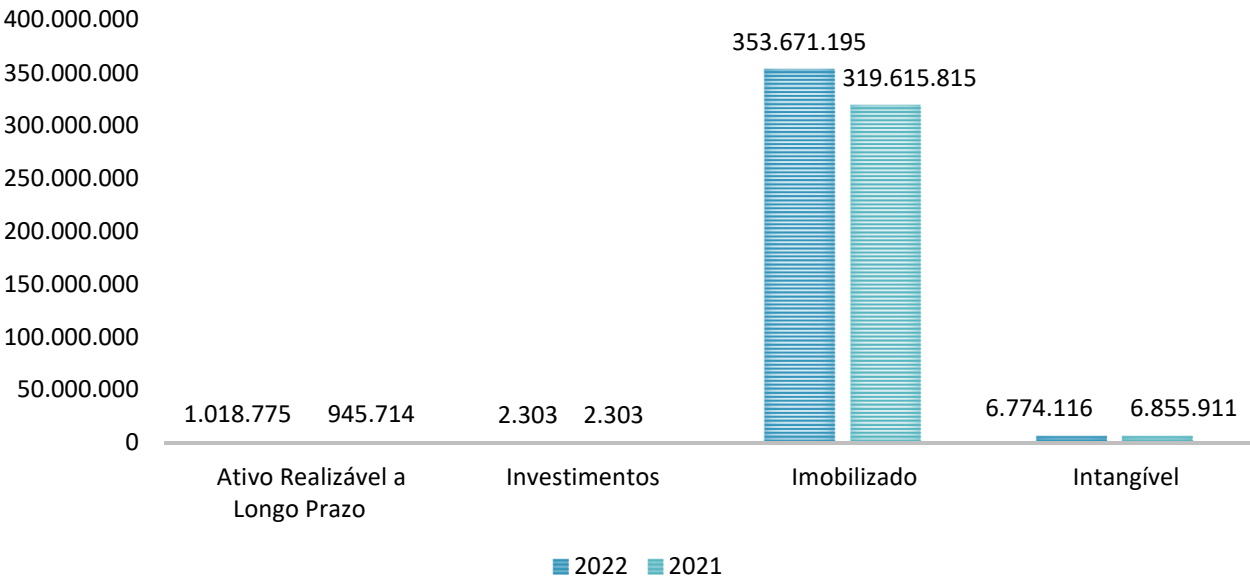
Ativo Não Circulante

Ativo Não Circulante – Composição R$ milhares

	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.018.775	945.714	7,73	0,28
Investimentos	2.303	2.303	0,00	0,00
Imobilizado	353.671.195	319.615.815	10,66	97,84
Intangível	6.774.116	6.855.911	-1,19	1,87
Ativo Não Circulante	**361.466.388**	**327.419.742**	**10,40**	**100,00**

Fonte: Siafi, em 30/1/2023.

O Ativo Não Circulante representa 89,75% do total do Ativo, ou seja, cerca de R$ 361,47 bilhões em valores absolutos.

O gráfico ao lado ilustra essas informações.

Fonte: Siafi, em 30/1/2023.

Ativo Realizável a Longo Prazo

O "Ativo Realizável a Longo Prazo", que compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo, está distribuído pelos Órgãos conforme a tabela a seguir.

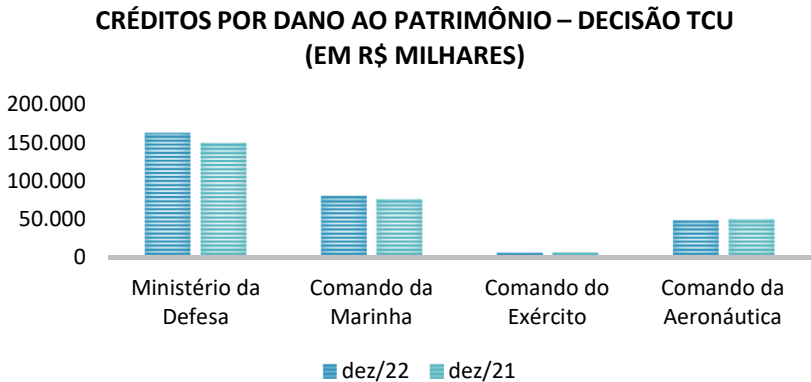
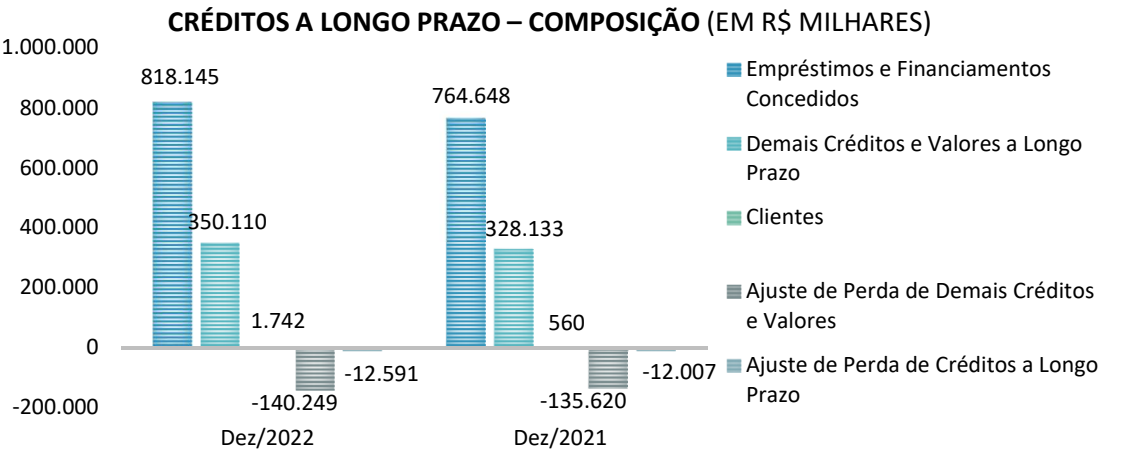
O grupo "Ativo Realizável a Longo Prazo apresenta 99,84% de seu saldo no subgrupo "Créditos a Longo Prazo", ou R$ 1,01 bilhão em valores absolutos.

Em relação à composição dos "Créditos a Longo Prazo", o título "Demais Créditos e Valores a Longo Prazo" registrou saldo no montante de R$ 350,11 milhões, ou 34,42% do total do Subgrupo.

Ativo Realizável a Longo Prazo por Órgão R$ milhares

Órgão	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
MD	173.360	158.108	9,65	17,02
Comando da Marinha	805.994	751.316	7,28	79,11
Comando do Exército	18.478	16.961	8,94	1,81
Comando da Aeronáutica	20.943	19.328	8,36	2,06
Total	**1.018.775**	**945.714**	**7,73**	**100,00**

Fonte: Siafi, em 16/1/2023.

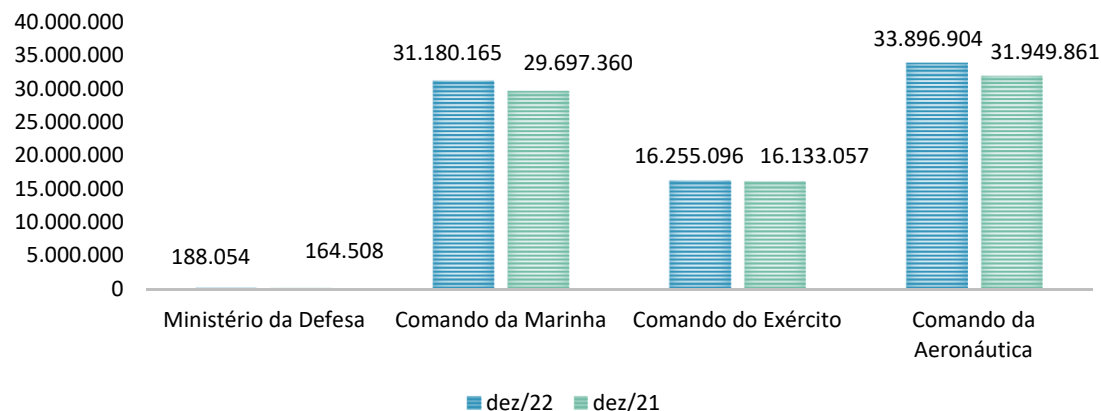
O item "Crédito por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU" apresentou o saldo mais expressivo do subgrupo "Demais Créditos a Longo Prazo", no montante de R$ 297,43 milhões. Esse subgrupo representa direitos provenientes de danos ao patrimônio apurados em Tomadas de Contas Especial e julgados pelo TCU, a partir de Acórdãos com imposição de débito ao responsável. A tabela ao lado apresenta a alocação do item por Órgão.

Créditos Por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU			R$ milhares	
Órgão	**Dez/2022**	**Dez/2021**	**AH (%)**	**AV (%)**
MD	162.608	149.597	8,70	54,67
Comando da Marinha	80.187	75.789	5,80	26,96
Comando do Exército	6.085	6.085	0,00	2,05
Comando da Aeronáutica	48.553	49.628	-2,17	16,32
Total	**297.434**	**281.100**	**5,81**	**100,00**

Fonte: Siafi, em 16/1/2023.

Imobilizado

O Ativo Imobilizado abrange os direitos que tenha por objeto bens corpóreos mantidos para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, sendo classificado em bens móveis e imóveis.

ATIVO IMOBILIZADO – BENS MÓVEIS POR ÓRGÃO (EM R$ MILHARES)

Fonte: Siafi, em 16/1/2023. Em Valores Contábeis Líquidos.

Ao final do exercício de 2022, o item "Bens Móveis" totalizava o valor líquido de R$ 81,52 bilhões.
Os Comandos da Aeronáutica e da Marinha têm os maiores valores registrados, correspondendo a 41,58% e 38,25% do total, respectivamente.

No item "Bens Móveis em Andamento" são classificados todos os gastos com bens móveis em elaboração; as importações em andamento, bem como os adiantamentos para inversões em bens móveis.
Do total desse item, o Comando da Aeronáutica detém 52,13% dos valores, representados principalmente pelo Projeto F-X2. No Comando da Marinha estão registrados 42,54% dos valores, relativos, principalmente, às aquisições de máquinas e motores de navios e submarinos do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB).

Em 31/12/2022, o item “Bens Imóveis” totalizava R$ 272,15 bilhões e estavam distribuídos conforme detalhado no gráfico ao lado.
O Comando do Exército é o órgão que apresenta maior valor registrado no item de “Bens Imóveis” (40,20%) seguido do Comando da Aeronáutica (38,69%).

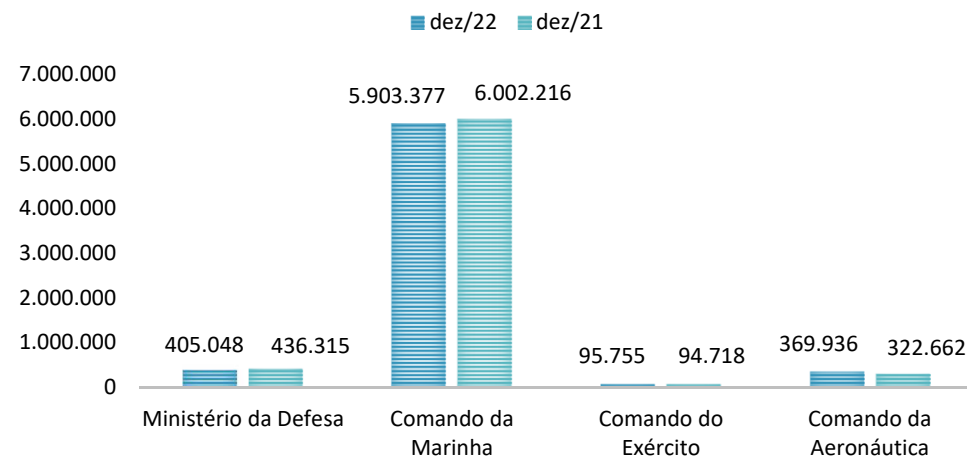
Fonte: Siafi, em 16/1/2023. Em Valores Contábeis Líquidos.

Fonte: Siafi, em 16/1/2023. Em Valores Contábeis Líquidos

Os “Bens de Uso Especial”, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração pública, representam 94,98% do total do item. Esses bens são segregados conforme sua forma de registro.
Os maiores valores são os dos “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet”, ferramenta de apoio à administração dos imóveis de uso especial da União. Esses bens representam 94,81% do total dos bens imóveis.

Intangível

Trata-se de um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, tais como *softwares* e marcas e patentes.

Ao final de 2022, o Ativo Intangível totalizava R$ 6,77 bilhões. Verifica-se que o maior saldo está registrado no Comando da Marinha (87,15%). O Comando da Aeronáutica apresentou a maior variação (14,65%) em relação ao exercício de 2021.

Fonte: Siafi, em 16/1/2023. Em Valores Contábeis Líquidos

Intangível – Composição R$ milhares

	Dez/20222	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Indefinida	5.849.187	5.952.102	-1,73	86,35
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	551.136	552.090	-0,17	8,14
Software com Vida Útil Indefinida	456.332	399.689	14,17	6,74
Software com Vida Útil Definida	139.921	132.471	5,62	2,07
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	0	440	-100,00	0,00
Subtotal	**6.996.576**	**7.036.790**	**-0,57**	**103,28**
Amortização Acumulada – Marcas, Direitos e Patentes Vida Útil Definida	-163.287	-129.765	25,83	-2,41
Amortização Acumulada – Software com Vida Útil Definida	-59.174	-51.115	15,77	-0,87
Valor Contábil Líquido	**6.774.116**	**6.855.911**	**-1,19**	**100,00**

Fonte: Siafi, em 16/1/2023. Em Valores Contábeis Líquidos

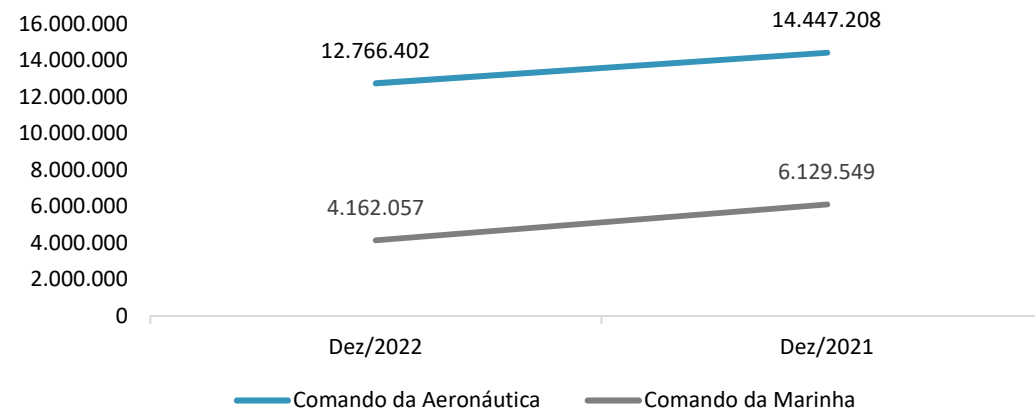
No Intangível, destaca-se o título "Marcas, Direitos, Patentes – Vida Útil Indefinida", que representa cerca de 86,35% do total do Grupo, ou seja, aproximadamente R$ 5,85 bilhões, montante quase integralmente registrado no Comando da Marinha (99,99%), concernentes a marcas, patentes e transferência de tecnologia do PROSUB, referente à construção de novos submarinos convencionais e propulsão nuclear.

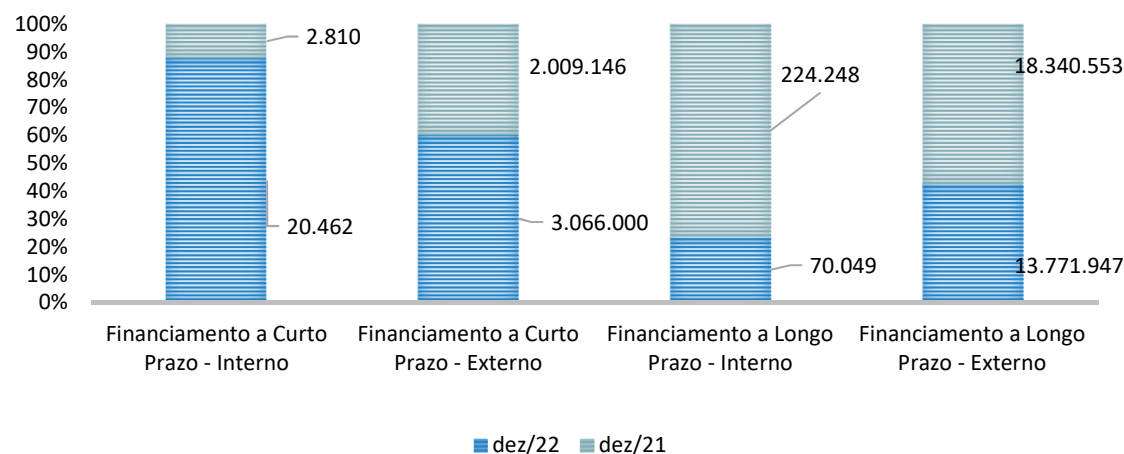
Passivo - Empréstimos e Financiamentos – Curto e Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor.

Ao final do quarto trimestre de 2022, o subgrupo "Empréstimos e Financiamentos – Curto e Longo Prazo" totalizava R$ 16,92 bilhões, ou seja, 1,88% do Passivo Exigível.

Quanto à exigibilidade, o montante de R$ 13,84 bilhões, ou 81,77% do total, encontrava-se no longo prazo em 31/12/2022.

Empréstimos e Financiamentos Curto e Longo Prazo (em R$ milhares)

Fonte: Siafi, em 16/1/2023.

Financiamentos a Curto e Longo Prazos (em R$ milhares)

Fonte: Siafi, em 16/1/2023.

O item com os valores mais expressivos é o de "Financiamentos de Longo Prazo - Externo" que apresentava saldo de R$ 13,77 bilhões, representado, principalmente, pelo financiamento do Projeto H-X-BR (aquisição de cinquenta helicópteros de médio porte e suporte logístico) e do Projeto F-X2 (aquisição de vinte e oito aeronaves de caça multiemprego monoposto e oito aeronaves de caça multiemprego biposto), no montante de R$ 12,29 bilhões no Comando da Aeronáutica.

Passivo – Provisões

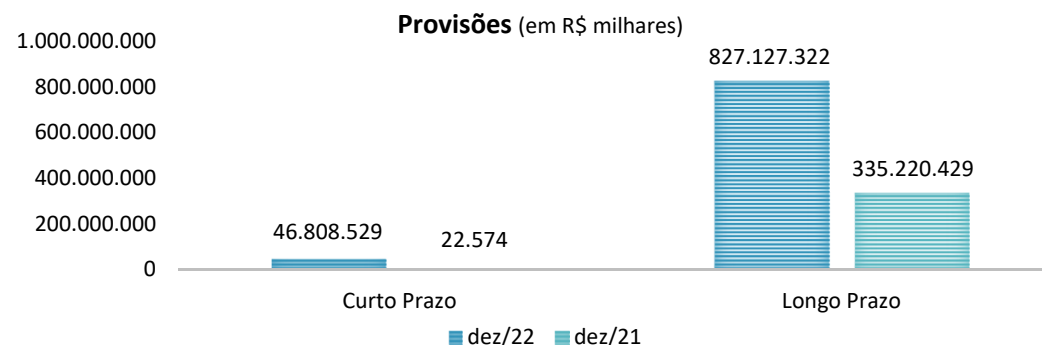
As provisões são passivos de prazo ou de valor incertos. Seu reconhecimento ocorre quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

PROVISÕES R$ milhares

Subgrupo	Conta Contábil	Dez/2022	Dez/2021	AV (%)
Curto Prazo	Provisão de Benefícios com Militares Inativos	31.234.858	-	3,57
	Provisão de Pensões Militares	13.981.199	-	1,60
	Provisão de Pensões Especiais/Forças Armadas	1.109.781	-	0,13
	Provisão de Anistiados das Forças Armadas	450.037	-	0,05
	Outros	32.654	22.574	0,00
Total Curto Prazo		**46.808.529**	**22.574**	**5,36**
Longo Prazo	Provisão de Benefícios com Militares Inativos	494.662.656	-	56,60
	Provisão de Pensões Militares	319.701.820	335.219.018	36,58
	Provisão de Pensões Especiais/Forças Armadas	7.884.249	-	0,90
	Provisão de Anistiados das Forças Armadas	4.875.650	-	0,56
	Outros	2.947	1.412	0,00
Total Longo Prazo		**827.127.322**	**335.220.429**	**94,64**
Total		**873.935.851**	**335.243.003**	**100,00**

Fonte: Siafi, em 19/1/2023.

Nas Demonstrações Contábeis, as provisões estão segregadas em curto e longo prazo, conforme pode ser observado sua composição em 31/12/2022 e em 31/12/2021.

Os cálculos foram realizados pelo MD, com apoio da Diretoria de Finanças da Marinha (DFM) e do Centro de Análise de Sistemas Navais (CASNAV), com data focal em 31 de dezembro de 2022, em consonância com as recomendações contidas nos Acórdãos nº 1.464/2022 e nº 684/2022, ambos do Plenário do TCU, à luz da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBC TSP Nº 15.

Fonte: Siafi, em 19/1/2023.

Provisões para benefícios com Militares Inativos, Pensionistas e Anistiados

As provisões para benefícios com militares inativos e pensões militares representam o resultado da avaliação das estimativas contábeis atuariais de desembolsos com benefícios futuros, em consonância com a regulamentação do Sistema de Proteção Social dos Militares da Forças Armadas (SPSMFA). As pensões especiais de militares e as reparações a anistiados são benefícios vinculados às Forças Armadas que não fazem parte do SPSMFA.

Transposição de saldos

Os valores que compõem as Provisões com Militares em Inatividade, no curto e longo prazo, foram incorporados às Demonstrações Contábeis do MD no terceiro trimestre do presente exercício, oriundos de transposição de saldos da Unidade Gestora 170615 –Obrigações da União com Militares Inativos, do então Ministério da Economia, no montante de R$ 456,4 bilhões. Cumpre registrar que, até aquele trimestre, os cálculos foram promovidos no âmbito da Secretaria de Previdência (SPREV), do Ministério da Previdência Social (MPS).

A transposição em referência, decorre dos esforços adotadas no âmbito do MD com vistas ao atendimento das recomendações emanadas do Tribunal de Contas da União (TCU), ao longo dos últimos anos, em decorrência das ações de Auditoria Financeira levadas a efeito para avaliação do Balanço Geral da União (BGU), que analisaram, dentre outros aspectos, as estimativas contábeis referentes ao passivo atuarial do SPSMFA, que resultaram na edição de vários Acórdãos, dentre os quais se destaca o Acórdão nº 2451/2019-TCU-Plenário, que em seu item 9.4 apresenta a seguinte recomendação:

> "9.4. recomendar, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, à Casa Civil, em conjunto com o Ministério da Economia e o Ministério da Defesa, **que defina plano de ação, com a indicação de ações, responsabilidades e cronograma, com vistas a aprimorar a governança do sistema de previdência no Brasil, de modo a avaliar de forma integrada todos os regimes, civis e militares, da União, de Estados e Municípios, do setor público e do setor privado, contributivos e não contributivos, bem como a elaboração de painel em sítio de internet com informações detalhadas de quantitativos e resultados previdenciários agregados dos subsistemas do RGPS, RPPS da União e do sistema de proteção social dos militares das Forças Armadas (inativos e pensões).**"(Nosso Grifo)

Pensões Especiais de Militares e Anistiados Militares

No presente exercício foram reconhecidos os passivos do MD com Pensões Especiais de Militares e Anistiados Militares. As pensões especiais são originadas por políticas de Estado que têm por objetivo compensar cidadãos que prestaram eventuais e relevantes serviços à defesa dos interesses nacionais. Por sua vez, as reparações a anistiados são indenizações que buscam compensar cidadãos que sofreram prejuízos causados por ações e políticas de Estado.

Eventos Subsequentes

Conforme disposto na NBC TSP 25 – Evento Subsequente, um evento, que ocorre entre a data das demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações, seja favorável ou desfavorável, é chamado evento subsequente.

A seguir serão dispostos eventos que evidenciaram condições já existentes na data das demonstrações contábeis, 31/12/2022, e que ensejaram ajustes contábeis após o encerramento do exercício. Tais eventos decorreram de achados apresentados nos relatórios preliminares de auditoria financeira realizada pelo TCU ao avaliarem as Demonstrações Contábeis do MD, a qual possui período de execução e conclusão posterior ao encerramento do exercício.

Em relação às obrigações decorrentes do SPSMFA, bem como, das pensões especiais de militares e dos anistiados políticos militares, a auditoria financeira apontou que os passivos atuariais dos inativos militares foram contabilizados sem considerar a proporcionalização *pro rata* de serviços preconizados no item 70 da NBC TSP 15. Quanto aos passivos atuariais de pensões; pensões especiais militares e anistiados políticos militares, a referida reavaliação decorreu da necessidade de aperfeiçoamento do algoritmo atuarial responsável pelo cálculo.

Dessa forma, as obrigações atuariais em questão foram recalculadas, o que resultou no reconhecimento de passivos atuariais no montante de R$ 806,6 bilhões, em fevereiro de 2023, ante um passivo atuarial de R$ 873,9 bilhões, registrados nas Demonstrações Contábeis de 31/12/2022.

A tabela a seguir detalha os ajustes contábeis das provisões atuariais das Forças Armadas segregadas por curto e longo prazo.

Provisões Atuariais das Forças Armadas — R$ 1,00

	DEZ/2022	AJUSTES SUBSEQUENTE	23/02/2023
Curto prazo	46.775.875.207,64	2.578.167.194,81	49.354.042.402,45
Longo prazo	827.124.374.412,34	-69.856.812.368,87	757.267.562.043,47
Total	**873.900.249.619,98**	**-67.278.645.174,06**	**806.621.604.445,92**

Fonte: Siafi, em 23/02/2023.

Mais informações sobre as provisões atuariais das Forças Armadas podem ser encontradas nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Ministério da Defesa, disponíveis, na íntegra, no repositório "Transparência e Prestação de Contas" do sítio institucional do MD (https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-de-recursos/gestao-orcamentaria-e-financeira/demonstracoes-contabeis-do-ministerio-da-defesa).

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Denominação completa (Órgão Superior): MD	**Código do Órgão: 52000**

A presente declaração refere-se às Demonstrações Contábeis Consolidadas do MD e suas Notas Explicativas em 31 de dezembro de 2022.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022 e é pautada na Macrofunção 02.01.35 – Conformidade Contábil presente no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

De acordo com as análises realizadas no balancete contábil, nas demonstrações contábeis e nos auditores contábeis do SIAFI, **DECLARO** que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2021, dos órgãos subordinados 52000 – MD, 52131 – Comando da Marinha, 52121 – Comando do Exército e 52111 – Comando da Aeronáutica, refletem, em seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial, **EXCETO** no tocante à ressalva apresentada pelo órgão abaixo:

Órgão: 52000 – MD

Ressalva:

a) Restrição 315: Falta/Registro Conformidade de Registro de Gestão.

b) Restrição 632: Saldo Alongado/Indevido Contas Trans. Ativo Não Circulante – Imobilizado.

c) Restrição 773: TED a Comprovar com Data Expirada.

d) Restrição 775: TED a Repassar com Data Expirada.

Órgão: 52131 – Comando da Marinha

Ressalva:

a) Restrição 707: Saldo Invertido – Classe 8.

Órgão: 52111 – Comando da Aeronáutica

Ressalva:

a) Restrição 606: Saldo Alongado/indevido Conta Transitória Ativo Circulante.

b) Restrição 642: Falta /Registro Incompatível de Depreciação, Amortização, Exaustão – Ativo Imobilizado.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta Declaração.

Local	Brasília/DF	Data	31/01/2023
Contador Responsável	Antônio Luiz Almeida	CRC nº	011766/0-8

PESSOAL – VISÃO GERAL

A existência e o futuro das nações dependem, fundamentalmente, da capacidade de suas Forças Armadas sustentarem ou respaldarem as decisões estratégicas do Estado, bem como de atuarem para a garantia dos poderes constituintes, da soberania, com a preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais.

As obrigações, deveres, direitos e prorrogativas dos integrantes das Forças Armadas são regidos pelo Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880/1980, alterada pela Lei nº 13.954/2019) e demais normas complementares.

Pessoas altamente qualificadas, treinadas, motivadas, bem equipadas e integralmente dedicadas à atividade militar são os critérios de capacitação das Forças Armadas.

A carreira militar é dotada de particularidades por vezes desconhecidas pela sociedade em geral. Durante toda sua carreira, o militar é submetido a exames médicos periódicos e testes de avaliação física. As atribuições que ele desempenha exigem-lhe elevado nível de saúde física, pois todo militar deve estar sempre preparado. Além disso, ele convive de perto com o risco. A possibilidade iminente de um dano físico ou algo mais grave é uma característica permanente da profissão.

Outra característica da profissão é a mobilidade geográfica. O militar pode ser alocado para qualquer região do país, em qualquer época do ano, de acordo com a necessidade da Força.

Além de todos esses aspectos da carreira militar, esse profissional não usufrui de alguns direitos sociais que são assegurados aos demais cidadãos, como remuneração do trabalho noturno superior à do trabalho diurno, carga horária de trabalho diária máxima de oito horas, repouso semanal remunerado e remuneração de serviço extra. Sendo assim, a disponibilidade permanente, e a dedicação exclusiva característica da natureza da profissão, impedem que haja reivindicação de remuneração adicional em decorrência de extrapolação de jornada de trabalho.

As Forças Armadas também contam com a atuação de servidores concursados, de algumas carreiras já existentes no Executivo, distribuídos em diversas áreas, como administração, saúde, magistério, ciência e tecnologia, entre outras. Também utilizam força de trabalho civil contratada por tempo determinado para algumas atividades específicas, como professores e áreas de engenharia e construção, entre outras.

No âmbito do MD, a força de trabalho é híbrida, composta por servidores públicos efetivos; requisitados da Administração Pública federal direta, autarquias, empresas públicas, estados e municípios; empregados públicos; e militares das três Forças Armadas colocados à disposição. Os servidores públicos são regidos pela Lei nº 8.112/1990 e demais normas complementares.

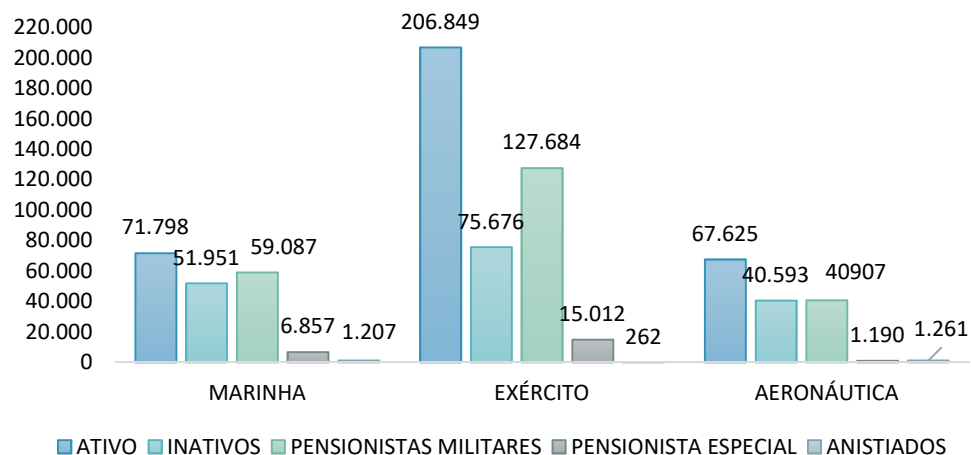
DESPESAS COM PESSOAL ATIVO, INATIVOS E PENSIONISTAS, EM 2022

A tabela demonstra a execução em 2022 das despesas classificadas com GND 1, agrupadas por Comando e Ação Orçamentária. O Exército Brasileiro apresenta o maior valor executado para esse grupo de despesa, haja vista possuir o maior contingente de militares dentre as Forças Singulares.

R$ milhões

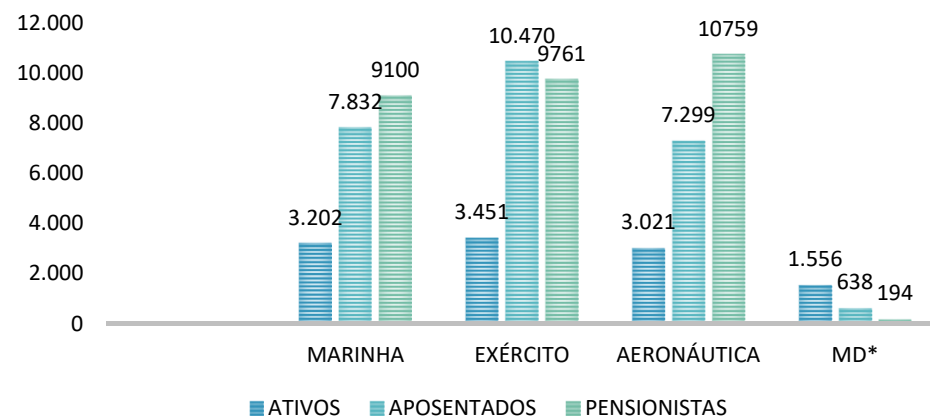
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	MD EXCETO COMANDOS	MARINHA	EXÉRCITO	AERONÁUTICA	TOTAL
0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	49,2	935,0	1.093,5	1.051,5	3.129,2
20TP - Ativos Civis da União	164,7	687,5	523,6	442,5	1.818,3
2867 - Ativos Militares das Forças Armadas	-	8.250,3	15.561,3	6.763,2	30.574,8
214H - Inativos Militares das Forças Armadas	-	7.736,2	13.424,0	7.025,0	28.185,2
0179 - Pensões Militares das Forças Armadas	-	5.642,3	12.873,3	4.351,5	22.867,1
Demais Ações de Pessoal - GND 1	18,7	253,2	144,0	424,8	840,7
TOTAL	**232,6**	**23.504,0**	**43.619,8**	**20.058,5**	**87.415,4**

Base - Tesouro Gerencial – 13/01/2023 – Apenas despesas classificadas com GND 1.

VISÃO GERAL DO QUADRO DE PESSOAL

ÓRGÃO	ATIVOS	INATIVOS	PENSIONISTAS MILITARES	PENSIONISTAS ESPECIAIS	ANISTIADOS
MARINHA	71.798	51.951	59.087	6.857	1.207
EXÉRCITO	206.849	75.676	112.672	15.012	262
AERONÁUTICA	67.625	40.593	40907	1.190	1.261
TOTAL	**346.272**	**168.220**	**212.666**	**23.059**	**2.730**

Fonte: SEPESD/MD Dez 2022

QUADRO DE PESSOAL CIVIL

12.000
10.000
8.000
6.000
4.000
2.000
0
3.202
7.832
9100
3.451
10.470
9761
3.021
7.299
10759
1.556
638
194
MARINHA
EXÉRCITO
AERONÁUTICA
MD*
ATIVOS
APOSENTADOS
PENSIONISTAS

ÓRGÃO	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS
MARINHA	3.202	7.832	9100
EXÉRCITO	3.451	10.470	9761
AERONÁUTICA	3.021	7.299	10759
MD*	1.556	638	194
TOTAL	**11.230**	**26.239**	**29.814**

* MD inclui: ACMD, ESG, ESD, HFA E CENSIPAM

Fonte: SEPESD/MD Dez 2022

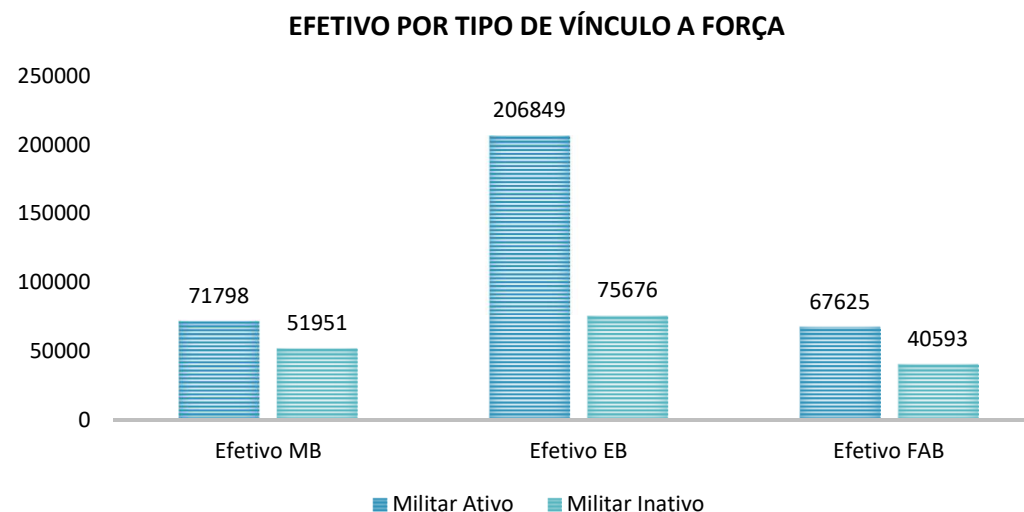
PESSOAL DAS FORÇAS ARMADAS

UNIVERSO E SUBGRUPOS

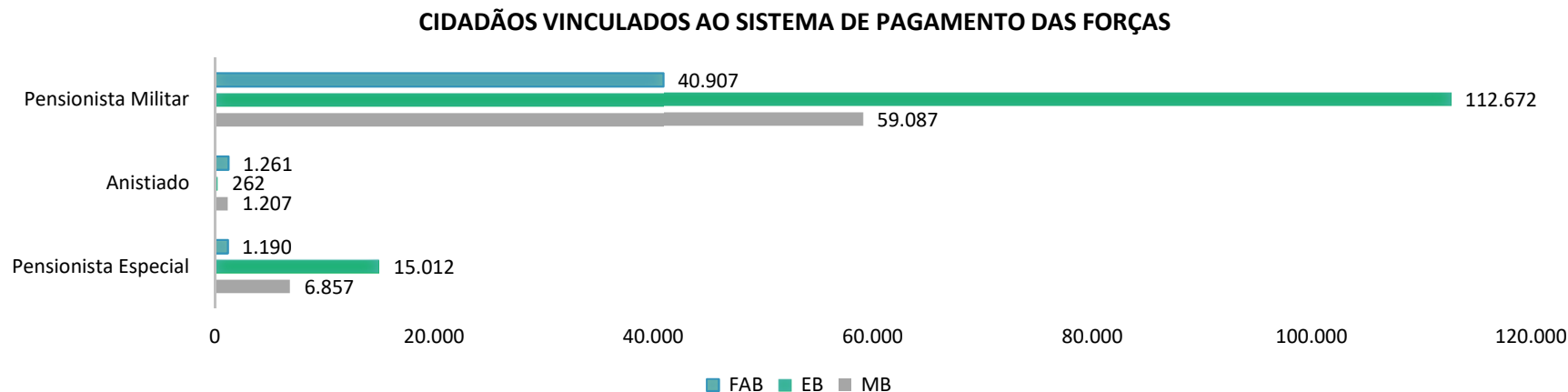
Efetivo por círculos de situação de vínculo com a Força

Vale registrar que, além do vínculo direto dos militares da ativa e inativos e suas (seus) pensionistas, as Forças Armadas também gerem o pagamento à beneficiários de pensões especiais e anistia, essas oriundas de legislação própria de diversas conjunturas históricas, sociais e políticas, não previstas no Estatuto dos Militares.

Efetivo de Pessoal vinculado à Força de Trabalho (Família Militar)

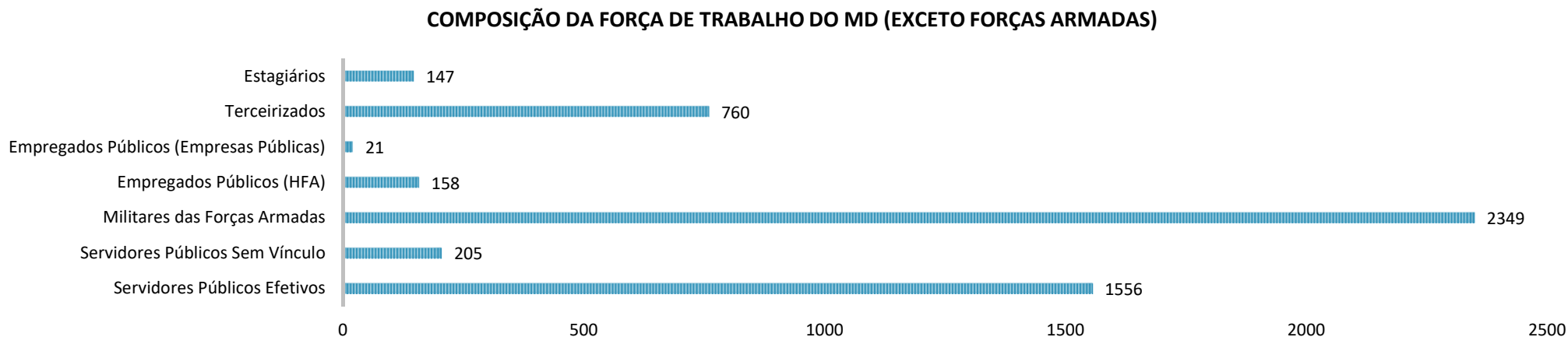
Os quantitativos apresentados contemplam também os militares em exercício no MD e demais órgãos dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e nas demais esferas de governo.

Fonte: SEPESD/MD Dez 2022

Efetivo de cidadãos vinculados ao sistema de pagamento das Forças

Fonte: SEPESD/MD Dez 2022

FORÇA DE TRABALHO DO MD, COM TODOS OS ÓRGÃOS QUE O INTEGRAM, EXCETO AS FORÇAS ARMADAS

COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A força de trabalho do MD é composta por: servidores públicos efetivos (oriundos de: alguns poucos cargos remanescentes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), da Carreira de Ciência e Tecnologia (C&T do Censipam), do Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas (PCCHFA) e da Carreira de Magistério Superior da ESG e da ESG, bem como requisitados ou cedidos da Administração Pública Federal direta, autarquias, empresas públicas ou estados e municípios); empregados públicos; e militares designados para serviço no MD, somando um total de 4.289 agentes públicos. Cerca de 1% encontra-se cedida a outros órgãos. O MD conta, ainda, com a colaboração de 760 terceirizados e 147 estagiários (de níveis superior e intermediário).

Fonte: SEPESD/MD Dez 2022

Para maiores informações sobre a força de trabalho do MD, exceto Forças, consultar a seção “Transparência e Prestação de Contas” do sítio do MD na Internet, no endereço https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas

SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DO MILITARES DA FORÇAS ARMADAS (SPSMFA)

A Proteção Social dos Militares das Forças Armadas é constituída por um conjunto integrado de instrumentos legais e ações permanentes e interativas, que abrangem a remuneração, a saúde e a assistência social, visando a assegurar o amparo social aos militares das Forças Armadas e seus dependentes, haja vista as peculiaridades da carreira militar, de modo a compensar as limitações que lhes são impostas e o não usufruto de direitos e garantias comuns aos demais cidadãos brasileiros, com o objetivo de possibilitar o pleno exercício da carreira militar.

As principais peculiaridades da profissão militar são o risco de vida, a sujeição a preceitos rígidos de disciplina e hierarquia, a dedicação exclusiva e a disponibilidade permanente, a mobilidade geográfica, a exigência de vigor físico, a proibição de participar de atividades políticas, a proibição de sindicalização e greve, as restrições a direitos e garantias fundamentais.

Cabe esclarecer que, conforme ratificado pelo Acórdão nº 684/2022 – TCU-Plenário, o SPSMFA não possui caráter previdenciário.

O MD e as Forças Armadas vêm trabalhando para aperfeiçoar a governança e a transparência do SPSMFA. Merecem destaque as seguintes ações executadas em 2022, no âmbito da implementação das decisões dos seguintes Acórdãos TCU-Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), números 1.463/2020, 1496/2021 e 684/2022:

a. O reconhecimento, mensuração e evidenciação, no BGU, em conformidade com as normas contábeis e melhores práticas internacionais, dos passivos atuariais de curto e longo prazo atinente às despesas futuras com militares veteranos, pensões de militares da Lei nº 3.765/1960, pensões especiais e anistiados militares.
b. Constatou-se a necessidade de alterações significativas no Plano de Contas de União, de forma a orientar a escrituração e a apresentação dos registros contábeis do SPSMFA. Assim, conforme entendimentos junto à Casa Civil da Presidência da República (CCPR), a Controladoria Geral da União (CGU), o Ministério da Economia (ME) e o Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), o MD concluiu estudos para gerar um roteiro de contabilização do SPSMFA em contas específicas no SIAFI, inclusive com a inclusão de capítulo específico no MCASP. Caso o roteiro de contabilização seja definido e implantado no SIAFI no ano de 2023, por intermédio da STN, os registros contábeis do SPSMFA, serão lançados somente a partir do Exercício Financeiro de 2024, quando será implementada a disponibilização na transparência ativa das informações em Portal Próprio, seja do MD ou da CGU, a definir.
c. Em reuniões entre a CCPR, o ME, o MTP e o MD ficou definido que, para o Exercício Financeiro de 2022 e posteriores, os Cálculos do Passivo Atuarial dos Veteranos, dos Pensionistas, dos Pensionistas Especiais e dos Anistiados Políticos serão efetuados exclusivamente por esta Pasta, com as devidas atualizações registradas no SIAFI, no âmbito de cada Força Singular, a exemplo da sistemática aplicada até então para as Pensões Militares.

Para tal, ao longo do ano de 2022, o ME, com auxílio do então MTP, identificou, segregou e transferiu os saldos contábeis apurados até então para os militares inativos, direcionando-os para as Unidades Gestoras indicadas pelos Comandos Militares.

A STN está analisando a proposta de atualização do MCASP, enviada pelo MD, a fim de dar tratamento contábil adequado às peculiaridades do SPSMFA, para que todos os registros no SIAFI passem a ser executados de forma completa e adequada a partir do Exercício Financeiro de 2024.

GLOSSÁRIO

ABIMDE	Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança
AESPI	Assessoria Especial de Integridade
AGE-SG	Assessoria Especial de Gestão Estratégica da Secretaria-Geral
AGE-EMCFA	Assessoria Especial de Gestão Estratégica do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
AH	Análise Horizontal. "A finalidade principal da análise horizontal é apontar o crescimento de itens dos Balanços e das Demonstrações de Resultados (bem como outros demonstrativos) através de períodos, a fim de caracterizar tendências" (SOUZA, Rodrigo Paiva. Análise Horizontal e Vertical. São Paulo – Faculdade FIPECAFI. 2023)
ASPLAN	Assessoria Especial de Planejamento
AV	Análise Vertical: "A análise vertical demonstra quanto uma conta representa dentro do conjunto de contas a qual faz parte." (SOUZA, Rodrigo Paiva. Análise Horizontal e Vertical. São Paulo – Faculdade FIPECAFI. 2023)
BGU	Balanço Geral da União
BID	Fortalecimento da Base Industrial de Defesa
CASNAV	Centro de Análise de Sistemas Navais
CCE	Cargos Comissionados Executivos
CCPR	Casa Civil da Presidência da República
CEMCFA	Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CG-MD	Comitê de Governança do Ministério da Defesa
CGD-MD	Comitê de Governança Digital da administração central do Ministério da Defesa
CGU	Controladoria Geral da União
CHEC	Chefia de Educação e Cultura
CIG	Comitê Interministerial de Governança
CIRM	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CISET	Secretaria de Controle Interno
CISM	Conselho Internacional do Esporte Militar
CMID	Conselho Militar de Defesa
CONDEFESA-CNI	Conselho Temático da Indústria de Defesa e Segurança-Confederação Nacional da Indústria
CONJUR	Consultoria Jurídica
CONSIPAM	Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia
CONSUG	Conselho Superior de Governança
CTGOF-MD	Comissão Técnica de Governança Orçamentária e Financeira do Ministério da Defesa.
CSIN-MD	Comitê de Segurança da Informação da administração central do Ministério da Defesa

DETIC	Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação
DFM	Diretoria de Finanças da Marinha
DPCN	Departamento do Programa Calha Norte
EB	Exército Brasileiro
EGD	Estratégia de Governo Digital
EMCFA	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
END	Estratégia Nacional de Defesa
EPM	Ensino Profissional Marítimo
ESD	Escola Superior de Defesa
ESG	Escola Superior de Guerra
FAB	Força Aérea Brasileira
FCE	Funções Comissionadas Executivas
GAA	Guia Aéreo Avançado
GND	Grupos de natureza de Despesa
GSI-PR	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da Republica
HFA	Hospital das Forças Armadas
IOPF	Índice de Operacionalidade das Forças Armadas
LP	Limites de Pagamento
MB	Marinha do Brasil
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MD	Ministério da Defesa
ME	Ministério da Economia
MPS	Ministério da Previdência Social
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MTP	Ministério do Trabalho e Previdência
OGU	Orçamento Geral da União
PAAR	Programa Atletas de Alto Rendimento
PCN	Programa Calha Norte
PESE	Programa Estratégico de Sistemas Espaciais
PGPE	Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PJP	Programa João do Pulo
PND	Política Nacional de Defesa
PNSI	Política Nacional de Segurança da Informação

PROSUB	Programa de Desenvolvimento de Submarinos
PROFESP	Programas Forças do Esporte
PSD	Política Setorial de Defesa
RBJID	Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa
SCPN	Submarino convencionalmente armado com Propulsão Nuclear
SEORI	Secretaria de Orçamento e Organização Institucional
SEPESD	Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde, Desporto e Projetos Sociais
SEPROD	Secretaria de Produtos de Defesa
SG	Secretaria-Geral
SIC	Serviço de Informações ao Cidadão
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SMDC	Sistema Militar de Defesa Cibernética
SPREV	Secretaria de Previdência
SPSMFA	Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
UPC	Unidades Prestadoras de Contas